













Relatório de Gestão 2013-2015

Sec. Executivo do Fórum Clóvis Beviláqua

### **GESTÃO 2013-2015**

Presidência Vice-Presidência

Juiz Coordenador da Esmec

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva

Corregedoria Geral da Justiça Escola Superior da Magistratura

Des. Francisco Sales Neto Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo

Ouvidoria Geral da Justiça Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua **Desa. Maria Edna Martins** Francisco Luciano Lima Rodrigues

Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho José Wilton Bessa Macêdo Sá

Juiz Auxiliar da Presidência Juiz Auxiliar da Presidência

Eduardo de Castro Neto Francisco Eduardo Fontenele Batista

Juíza Auxiliar da Presidência Assessoria Especial da Presidência

Mirian Porto Mota Randal Pompeu Luis Eduardo de Menezes Lima

Assessoria de Precatórios Assessoria Institucional

Paulo Pires de Carvalho Mailu de Oliveira Franco Alvarenga

Assessoria de Comunicação Assessoria de Cerimonial Dalva Regina Luna Queiroz Sílvio de Paiva Ribeiro

Assistência Militar Auditoria Administrativa de Controle Interno

Major PM Lourival Cordeiro Lima Ticiana Porfírio Pinto

Consultoria Jurídica Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

Luis Lima Verde Sobrinho Diana Santos Pontes

Secretaria Geral Secretaria de Administração

Chrystianne dos Santos Sobral Anco Márcio Guimarães Franco

Secretaria de Finanças Secretaria de Gestão de Pessoas

José Joaquim Neto Cisne Vládia Santos Teixeira

Secretaria Judiciária Secretaria de Tecnologia da Informação

Maria Carmen de Lima Martins Pinto Francisco Moacir da Silva Medeiros Jr.

### **APRESENTAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no art. 30, inc. X, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que prevê a apresentação, por ocasião de reabertura dos trabalhos desta Corte, após cada período de recesso, de relatório anual da administração e das atividades do Tribunal, e, com o objetivo de dar transparência às ações desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário cearense, é que se apresenta o Relatório da Gestão 2013-2015.

Ao longo do versado biênio, sob a Presidência do Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, Vice-Presidência do Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva e Corregedoria Geral do Des. Francisco Sales Neto, foram priorizadas ações de melhoria em infraestrutura e iniciativas que contribuíssem para o aprimoramento da prestação jurisdicional, para a profissionalização da gestão judiciária e para a utilização plena e racional dos recursos. Primou-se, de igual forma, pela valorização dos servidores e magistrados que compõem este Poder.

O vertente relato documenta as principais ações, projetos e resultados do Tribunal de Justiça do Ceará referentes à Gestão 2013-2015.

## SUMÁRIO

1.	Presidência	7
2.	Gestão de Pessoas	11
3.	Gestão Financeira e Orçamentária	21
4.	Gestão Estratégica	29
5.	Estatística Processual	45
6.	Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação	63
7.	Otimização de Procedimentos	71
8.	Infraestrutura e Segurança	85
9.	Auditoria e Controle Interno	.101
10.	Comunicação	.109
11.	Outras Ações e Projetos	.119
12.	Vice-Presidência	.139
13.	Corregedoria Geral da Justiça	.143
14.	Ouvidoria Geral da Justiça	. 163
15.	Escola Superior da Magistratura	.167

### 1. Presidência

#### 1.1 Introdução

A Presidência do Tribunal de Justiça, auxiliada pelas unidades administrativas que a compõem, tem buscado implementar ações para efetivar a modernização do Poder Judiciário no Estado, determinando à sua Assessoria Especial, aos Juízes Auxiliares e ao Grupo de Apoio da Presidência (Chefia de Gabinete, Diretores e Chefe de Serviço) a análise criteriosa das demandas que chegam ao crivo da Administração Superior, a fim de obter subsídios na tomada de decisões que melhor atendam aos anseios dos que buscam pela excelência na prestação do serviço público.

Dentre as atividades desenvolvidas, é importante realçar a elaboração de projetos e mensagens de lei, resoluções, portarias, provimentos, atos, despachos, acompanhamento dos procedimentos junto ao Conselho Nacional de Justiça, bem como o atendimento às suas resoluções e recomendações, orientações a magistrados e servidores, encaminhamento de documentos oficiais aos setores e órgãos competentes, atendimento pessoal a interessados e o direcionamento para a solução de problemas administrativos.

Cumpre ressaltar a iniciativa desta Administração de promover encontros com os magistrados das comarcas do interior do Estado, por meio de reuniões de trabalho, realizadas em cada sede de Zona Judiciária, onde foram apresentadas as ações implementadas na administração, esclarecendo ainda sobre os projetos em andamento para a melhoria do Judiciário, especialmente da segurança e das condições de trabalho de magistrados e servidores.

Destarte, pode-se elencar algumas ações efetivadas para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e para o atendimento de pleitos de magistrados e de servidores, tais como: a nomeação de novos magistrados e a realização de concursos para servidores e magistrados; a implantação de promoções e progressões para servidores; o pagamento de gratificações por execução de trabalho relevante, técnico ou científico a servidores lotados em comarcas do interior do Estado; a regulamentação e pagamento de diárias e auxílio-alimentação a magistrados; a implantação da isonomia entre servidores do interior e da capital; e a assinatura de contratos para construção e reforma de fóruns, dentre outras citadas adiante.



#### 1.2 Estatística processual

Neste biênio, a Presidência do TJCE teve expressiva demanda, todas atendidas em prazo razoável. Manter baixo número de feitos administrativos em andamento no sistema de cadastro de processos administrativos (CPA) constituiu o maior desafio. Abaixo, o quadro ilustrativo, inclusive com quantitativo de despachos, ofícios e memorandos expedidos:

Tabela 1: Quantitativos de despachos, oficios e memorandos expedidos

Tipo	Quantidade
Processos recebidos (CPA)	7.383
Correspondências	3.079
Malotes digitais recebidos	1.627
Telegramas	935
Despachos (CPA)	3.252
Ofícios Expedidos	3.545
Ofícios Circulares Expedidos	129
Memorandos	135
Julgamentos de Pedidos de Suspensão de Liminar	358
Agravo Regimental	136

Fonte: Presidência do TJCE

#### 1.3 Ações e projetos

As ações da Presidência se consolidaram, em sua maioria, em atos normativos, de onde se extrai o quadro estatístico, abaixo listado:

Tabela 2: Atos Normativos

Tipo	Quantidade
Portarias	3.883
Resoluções do Tribunal Pleno	10
Resoluções do Órgão Especial	27
Assentos Regimentais	4
Provimentos	81

Fonte: Presidência do TJCE

Dentre as iniciativas do biênio, ganharam maior destaque aquelas decorrentes de pleitos mais antigos dos servidores e magistrados.

Foram implantadas promoções e progressões para servidores, pagamento de gratificações por execução de trabalho relevante, técnico ou científico àqueles lotados em comarcas do interior do Estado e a isonomia salarial entre servidores do interior e da capital.

Partiram da Presidência, também, o restabelecimento e determinação de cumprimento literal dos horários de expedientes orientados pelo Conselho Nacional de Justiça, a regulamentação do pagamento de auxílio-moradia onde não havia residências oficiais de magistrados e o recolhimento e destruição de armas apreendidas em todo o Estado, bem como a determinação de instauração de licitações que visavam à execução de obras e aquisição de materiais de informática e segurança, tais como: notebooks e detectores de metais; construções de novos fóruns e realização de reformas nos prédios da justiça.

Novas varas foram instaladas, a exemplo do 22º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza; 3ª Vara da Comarca de Itapipoca; 3ª Vara da Comarca de Iguatu; 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões, 3ª e 4ª Varas Criminal, ambas da Comarca de Caucaia; Vara Única de Família e Sucessões do Crato; 3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte; e 10ª a 15ª Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza.

Ademais, o Chefe do Poder Judiciário proveu 35 cargos de magistrados, designando-os para atuarem nas entrâncias iniciais do Estado, criando em seguida, comissões para efetivação de estudos visando à realização de concursos para servidores e magistrados.

Merecem destaque, ainda, as atividades desempenhadas no âmbito da gestão estratégica, por meio da Assessoria Especial da Presidência, a saber:

- i. coordenação da Comissão Participativa;
- ii. coordenação do Comitê Executivo;
- iii. assessoramento ao Presidente em assuntos administrativos relacionados a outros poderes;
- iv. articulação com Secretários e Técnicos do Poder Executivo;
- v. reuniões administrativas com o Governador onde foram tratados:
  - PIMPJ;
  - Suplementações Orçamentárias;
- vi. elaboração de projetos estratégicos:



- Projeto de Visitas do Presidente ao Interior;
- Projeto para Utilização de Residências Oficiais Desocupadas;
- vii. acompanhamento de projetos estratégicos:
  - Projeto de Segurança Institucional;
  - Isonomia para os Servidores;
  - Concursos Públicos;
  - Construção de Fóruns;
  - Redefinição do Site Institucional;
  - Projeto Cidadania Judiciária;
  - Instalação PJe.
- viii. acompanhamento de todos os processos do TCE (inclusive em contas da gestão anterior);
- ix. acompanhamento das ações da Auditoria Interna;
- x. interlocução entre Secretários/Assessores com o Presidente;
- xi. reunião com sindicatos de servidores;
- xii. assessoramento sobre decisões na área de gestão Administrativa e Financeira.

Isto observado, percebe-se que a Presidência atuou com abrangência, destacando atenção prioritária a órgãos outrora identificados como carentes de acompanhamento institucional.

Neste caminho, alcançou-se melhorias estruturais e procedimentais, bem como se preparou um alicerce organizativo para a próxima gestão.

### 2. Gestão de Pessoas

#### 2.1 Implantação da isonomia salarial

A Mensagem de Lei que trata da isonomia salarial foi aprovada pelo Tribunal Pleno na sessão do dia 1º de novembro de 2013, tendo sido entregue pelo Presidente do TJCE ao Presidente da Assembléia Legislativa e aprovada por esta em 11 de junho de 2014.

A proposta era oriunda de pleito dos servidores efetivos para sanar as diferenças vencimentais entre ocupantes de mesmo cargo e com as mesmas atribuições, por estarem lotados na capital ou no interior, ou por terem ingressado no Poder Judiciário cearense na capital entre os anos de 2002 e 2006.

Foram beneficiados mais de 1300 (mil e trezentos) servidores. O pagamento se dará em 5 (cinco) etapas anuais, tendo a primeira ocorrido em julho de 2014 e as demais no mês de julho dos anos subsequentes, progressivamente.

#### 2.2 Concurso público para ingresso de novos servidores e cadastro de reserva

A realização de concurso público para provimento de cargos de servidores efetivos busca prover as unidades do Poder Judiciário cearense, especialmente do interior do Estado, com quantitativo suficiente de servidores, tornando a prestação jurisdicional mais célere, ágil e suficiente, para facilitar o acesso do cidadão à Justiça, viabilizar o atendimento num prazo razoável e, por conseguinte, cumprir o objetivo estratégico do órgão que preceitua "Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça".

Com intuito de dar andamento à organização e realização do concurso público, foi instituída, por meio da Portaria nº 1.114/13, publicada em 23 de setembro de 2013, a Comissão do Concurso Público, a qual, dentro do prazo previsto de 180 dias, teve a atribuição de fornecer as informações necessárias à elaboração do concurso; aprovar os editais e comunicados aos candidatos; acompanhar e fiscalizar todas as etapas do desenvolvimento dos serviços prestados pela Organizadora do concurso; e notificar a contratada a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que, por ventura, pudessem ser adotadas as medidas corretivas necessárias.

Foi designada ainda, mediante portaria nº 1.820/2013, equipe de servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas para, no prazo de 180 dias, auxiliarem a Comissão



Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de juiz substituto nas providências necessárias à realização do referido concurso.

O projeto foi conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e teve suas atividades concluídas em 13/10/2014, encontrando-se atualmente em fase de convocação dos candidatos aprovados.

#### 2.3 Concurso público para ingresso de magistrados

Tem por objetivo a realização de concurso público para provimento de 80 cargos de juiz substituto como forma de propiciar a melhoria do funcionamento de unidades judiciárias do interior do Estado.

O certame está sendo realizado pela Fundação Carlos Chagas e é composto de 05 etapas, a saber:

- 1<sup>a</sup> etapa: prova objetiva seletiva;
- 2ª etapa: prova discursiva e sentença;
- 3ª etapa: inscrição definitiva;
- 4<sup>a</sup> etapa: prova oral;
- 5<sup>a</sup> etapa: prova de títulos.

Com o intuito de dar andamento à organização e realização do referido concurso, foi instituída, por meio da Portaria nº 976/2013, de 30 de agosto de 2013, a Comissão do Concurso Público de Provas e Títulos para o Provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado do Ceará, conforme preceitua a Resolução nº 75 de 12 de maio de 2009 e a Resolução nº 118, de 3 de agosto de 2010, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que tratam das normas e critérios relacionados ao concurso para ingresso na carreira da magistratura do Poder Judiciário em todo o Brasil.

O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e, em dezembro de 2014, encontra-se na fase final da 2ª etapa (91%), com 58% das atividades concluídas e previsão de conclusão para agosto de 2015.

#### 2.4 Concurso de remoção

O 4º Concurso de Remoção para Cargos/Funções do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará busca atender aos parâmetros de lotações de servidores para as Unidades

Judiciárias do Estado do Ceará estabelecidos no art. 5º da Lei Estadual nº 14.128, de 06/06/08 (DO/CE de 11/06/08) e encontra-se regido pela Resolução do Órgão Especial nº 09/2014, disponibilizada no DJE de 11/07/2014, e pelo Edital nº 62/2014, publicado em 11/07/2014.

A organização e a realização do certame vêm sendo conduzidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Consultoria Jurídica, que atuou na elaboração dos normativos mencionados e no exame de impugnações apresentadas pelos candidatos frente aos resultados provisórios do concurso.

O projeto encontra-se em fase de conclusão do 3º e último ciclo, com a perspectiva de relotação dos candidatos que nele obtiveram êxito em dezembro de 2014.

# 2.5 Implantação da jornada de trabalho de 40 horas semanais e normatização do registro de frequência

A implantação das 40 horas semanais de jornada de trabalho foi realizada a partir de 1º de julho de 2014, atendendo ao previsto no art. 6º da Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010.

Como conseqüência, foi publicada a Portaria nº 1.482/2014, de 30 de junho de 2014, regulamentando o registro de frequência no âmbito do Poder Judiciário cearense, contemplando a nova jornada de trabalho.

# 2.6 Solução integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho e ascensão funcional

Tem como objetivo fundamental desenvolver o mapeamento de competências estratégicas, técnicas e gerenciais dos 28 cargos efetivos e dos 181 cargos em comissão do Poder Judiciário cearense.

Além disso, busca como principais realizações: implementar modelo de avaliação e gestão por desempenho com base em competências e resultados para os servidores do Poder Judiciário cearense, inclusive daqueles que se encontram em estágio probatório; definir a nova sistemática de Ascensão Funcional (promoção e progressão) baseada em critérios objetivos, com sistema de pontuação baseado nos critérios definidos no modelo de avaliação e gestão por desempenho (parte quantitativa); e formular Plano de Educação Corporativa integrado ao modelo de avaliação e gestão por desempenho, com o desenho de, pelo menos, 25 programas de capacitação voltados para as áreas Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário



cearense.

O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas, encerrou sua fase de mapeamento de competências e encontra-se atualmente na primeira etapa da Avaliação e Gestão de Desempenho – Módulo Quantitativo, com 40% das tarefas gerais concluídas e previsão de término para abril de 2015.

#### 2.7 Projeto de valorização do servidor

Tem como principal objetivo garantir a valorização dos servidores por meio de ações que lhe promovam bem-estar e um sentido de maior aproximação com a Instituição.

Dentre seus objetivos específicos está a implementação de três ações que visem a preparar o servidor para a aposentadoria; executar ações que promovam a integração dos novos servidores, atingindo no mínimo 70% do público-alvo e a realização de pelo menos um evento de convivência (campeonatos, corridas etc.), dentre outros.

Em 2013, por meio do Projeto de Valorização do Servidor, realizou-se ação de convivência intitulada "Semana do Servidor" para comemorar o dia do Servidor Público Estadual, em 28 de outubro.

Houve homenagem aos servidores com 40 anos ou mais de Serviço Público no Poder Judiciário cearense e um show de talentos com apresentações de servidores. Ocorreu também o I Concurso Cultural de Redação em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, bem como exposição de fotografías.

#### 2.8 Acompanhamento psicossocial de magistrados

O projeto tem como principal objetivo diagnosticar os principais estressores psicossociais existentes no exercício da magistratura cearense, com vistas a propor ações que diminuam a incidência dos mesmos.

O projeto foi realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Associação Cearense de Magistrados, sendo concluído em 18/12/2013, com a entrega do diagnóstico dos estressores psicossociais dos magistrados.

#### 2.9 Educação corporativa de servidores do Poder Judiciário cearense

Tendo como objetivo fundamental garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário através da Educação Corporativa, aprimorando a excelência na prestação jurisdicional, o projeto de Educação Corporativa da Secretaria de Gestão de Pessoas promoveu a elaboração do Levantamento de Necessidade de Treinamento (LNT), e o credenciamento de facilitadores internos.

No ano de 2014 foram capacitados 1.441 servidores através da oferta de 74 cursos nas áreas de Formação Continuada, Capacitação em Competências Estratégicas, Treinamentos Específicos e Qualidade de Vida. No total, 972 servidores foram capacitados em competências estratégicas no corrente ano, em obediência ao Indicador nº 23 do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014, que prevê "obter 50% de servidores treinados nas competências estratégicas até 2014".

Dentre os cursos ofertados, merecem destaque o preparatório para obtenção de certificações em metodologias relacionadas a boas práticas e gestão de TI (ITIL, COBIT e CAPM), alguns dos quais incluíram a contratação dos respectivos exames.

No Fórum Clóvis Beviláqua, foram realizados 275 eventos de formação, totalizando 2.711h/a com 3.901 concludentes.

Ainda no campo da capacitação de servidores, o Tribunal de Justiça designou dois servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação para, em Brasília, participarem do treinamento de desenvolvimento do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.

# 2.10 Seleções internas e normatização da concessão de gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico (GTR)

A Portaria nº 938/2013, publicada em 26 de agosto de 2013, estabeleceu critérios e parâmetros eminentemente técnicos para concessão e gerenciamento da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), prevista no inciso IV do art. 132, da Lei estadual nº 9.826/74, no âmbito do Poder Judiciário cearense.

Trata-se de regulamento cujo escopo mostra-se inédito, na medida em que promoveu, de maneira consistente, a revisão de antigos critérios, o redimensionamento de valores defasados e a inclusão de novos parâmetros, estabelecendo, ainda, condições objetivas para a concessão e a cessação da gratificação. Soma-se, a isso, o efeito de interiorização da



gratificação, que passa a ser estendida a servidores que prestam assistência direta aos magistrados nas comarcas de entrâncias intermediária e inicial.

Merece destaque, ainda, as seleções internas realizadas pela Auditoria de Controle Interno e pelo Fórum Clóvis Beviláqua para fins de recrutamento de quadros técnicos por meio da publicação de editais, aplicação de provas com caráter classificatório e realização, no caso do Fórum Clóvis Beviláqua, de cursos de formação.

#### 2.11 Reajuste das diárias de viagem de serviço

As Resoluções do Órgão Especial nº 04 e nº 09, de 25 de julho e 22 de agosto de 2013, respectivamente, reajustaram os valores das diárias concedidas em viagem de serviço a servidores e magistrados, bem assim atualizaram e disciplinaram as regras para concessão das mesmas. As regulamentações anteriores sobre o assunto datavam do ano de 2009.

#### 2.12 Nova normatização de estágio

A Resolução do Órgão Especial nº 08/2013, de 22 de agosto de 2013, normatizou a concessão de estágios a estudantes universitários no âmbito do Poder Judiciário cearense, trazendo como principal inovação a possibilidade de celebrar com agentes de integração, públicos ou privados, convênio ou contrato para recrutamento e pré-seleção de candidatos a estágio, bem como o acompanhamento das atividades realizadas pelos estagiários.

#### 2.13 Implantação do novo sistema de gestão de recursos humanos (GRH)

O novo sistema GRH, implantado em maio de 2014, é responsável por gerenciar as informações de recursos humanos, como nomeações, promoções, substituições, exonerações, aposentadorias, histórico de lotações, férias, licenças, consulta e validação de frequência. Em seguida, há previsão de implantação dos módulos de treinamentos e concursos.

Trata-se de um novo sistema unificado e padronizado que substituiu os antigos sistemas de recursos humanos, a saber: SIRH, SGFU, SFERIAS, SMED, SPONTO, SPONTO Interior e Abono On-line.

# 2.14 Realização de estudo para estabelecimento de parâmetros para distribuição da força de trabalho nas unidades da área fim

Em atendimento à Meta 3 de 2014 do Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre a distribuição da força de trabalho das unidades da área fim, foram realizados levantamentos visando à proposição de parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho nas unidades judiciárias e na área de apoio direto à atividade judicante do TJCE, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Para construção dos versados parâmetros, tomou-se como referência inicial o modelo estatístico proposto pelo CNJ no âmbito da Resolução nº 184/2013 e da Minuta de Resolução sobre distribuição de Força de Trabalho, e foram realizados levantamentos visando à identificação dos parâmetros que melhor retratassem a demanda e a produtividade das unidades judiciárias e de apoio direto do 1º e 2º graus. Foram observados ainda, para fins de comparação e análise, os critérios de similaridade das atividades e processos de trabalho, nas áreas de apoio direto, e os critérios legais de competência material e territorial, nas unidades judiciárias.

O estudo, que vem sendo coordenado pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria Judiciária, tem previsão de conclusão para dezembro de 2014.

#### 2.15 Programa de desenvolvimento de gestores judiciais – PDJud

Em março de 2013, com o objetivo de profissionalizar os diretores de secretaria para gerirem as suas unidades e prepará-los para exercerem o papel típico de um líder/gestor, foi criado, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, o Programa de Desenvolvimento de Gestores Judiciais – PDJUD.

O foco da primeira etapa do programa foi a capacitação desses servidores em temas como: liderança, planejamento, trabalho em equipe, tomada de decisão, foco em resultados, aquisição de conhecimento, habilidades, competências e atitudes. A segunda etapa do programa voltou-se para o conhecimento sobre ferramentas de gestão com foco no acompanhamento dos resultados da unidade judiciária. Foi realizado um ciclo de palestras com o intuito de fomentar uma nova cultura de gestão com foco no cidadão. A terceira etapa



aprofundou os conhecimentos sobre liderança e planejamento e ampliou-se para conhecimento sobre motivação e comunicação.

86% 85% 83% 80% 81% 69% 68% 68% 64% 57% Antes Depois Trabalho em Planejamento Liderança Tomada de Foco em Decisão Resultado equipe

Gráfico 1 — Resultados do PDJud (abr-jun/2013): Questionário de Compreensão por Temas (Autoavaliação)

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

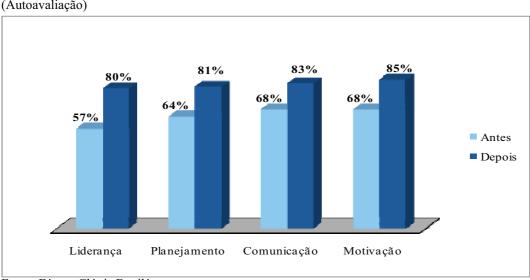


Gráfico 2 – Resultados do PDJUD (ago-nov/2014): Questionário de Compreensão por Temas (Autoavaliação)

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

#### 2.16 Redistribuição de servidores nas unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua

Como forma de favorecer a equanimidade no número de analistas judiciários existentes nas varas do Fórum Clóvis Beviláqua, foi realizada a redistribuição desses colaboradores em março de 2013.

#### 2.17 Ambientação de novos servidores, terceirizados e estagiários

O Fórum Clóvis Beviláqua, por meio do seu Departamento de Administração, adotou a prática de promover a ambientação e integração dos novos colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários), por meio de treinamentos e palestras que são realizadas antes da assunção dos colaboradores em seus novos cargos/funções.

#### 2.18 Qualidade de vida no trabalho

O programa de qualidade de vida no trabalho, conduzido pelo Fórum Clóvis Beviláqua, teve como ações:

- i. Parceria com o serviço ambulatorial de urgência e emergência;
- ii. Acompanhamento nutricional dos servidores;
- iii. Parceria com o Posto de Saúde Matos Dourado para campanhas de vacinação;
- iv. Parceria com o ISSEC para campanhas de medição de pressão e glicemia;
- V. Ciclo de palestras nutricionais voltadas para reeducação alimentar e cuidado com a saúde;
- vi. Projeto Semana da Saúde, em homenagem ao Dia do Servidor Público, com atividades de massoterapia, dança de salão, treinamento funcional, palestras educativas, higiene bucal, pilates solo, corte de cabelo, dentre outras;

#### vii. Cursos sobre:

- Inteligência Emocional;
- Comunicação não Agressiva;
- Lúdico e o Equilíbrio no Ambiente Laboral;
- Meditação no Ambiente de Trabalho, Aposentadoria um novo começo;

viii. Curso "Estresse e o cultivo do equilíbrio emocional";

ix. Projeto de meditação no ambiente de trabalho.



# 2.19 Convênios de cooperação técnica para a cessão mútua de servidores, compartilhamento de conhecimentos técnicos e experiências prático-profissionais

Outra ação na área de gestão de pessoas foi a celebração de 194 convênios de cooperação técnica entre o TJCE e outros entes públicos da Administração Direta ou Indireta, visando à cessão mútua de servidores, para troca de conhecimentos técnicos e experiências prático-profissionais.

A ação contou com a participação ativa da Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a quem coube tanto a elaboração dos termos de convênio, por meio da Divisão Central de Contratos e Convênios, quanto o exame da legalidade de suas cláusulas, mediante pareceres submetidos e aprovados pela Presidência.

Todos os 194 convênios se encontram, atualmente, em pleno vigor, sendo, os mesmos, prorrogáveis a critério de conveniência e oportunidade das partes signatárias, por até 60 meses.

#### 2.20 Encaminhamento de livros às comarcas do interior

Como forma de ampliar o acesso de magistrados e servidores a materiais de consulta, provendo informações essenciais à execução de suas atribuições, bem assim auxiliar na qualificação dos colaboradores do Poder Judiciário cearense, a Assessoria Institucional, por meio do Departamento de Gestão de Documentos, realizou a entrega de livros que haviam sido adquiridos pela Divisão de Biblioteca para encaminhamento às comarcas do interior.

A entrega, que vinha sendo efetuada de forma presencial e com a necessidade de comparecimento de servidores das comarcas do interior às dependências do Tribunal, foi redesenhada para, em parceria com o Departamento de Material e Patrimônio, ser efetuada por meio de uma transportadora, proporcionando uma maior celeridade e, resultando assim, na publicação da Portaria nº 228/2013, que regulamentou a nova metodologia de encaminhamento do referido material.

## 3. Gestão Financeira e Orçamentária

#### 3.1 Execução orçamentária

#### 3.1.1 Gestão orçamentária (créditos e execução)

Com as supressões e créditos orçamentários ocorridos no exercício financeiro de 2014, o orçamento consolidado do Tribunal de Justiça (referência setembro/14) atingiu o montante de R\$ 942.708.608,92 milhões, representando incremento de R\$ 26,7 milhões (2,92%) em relação ao orçamento inicialmente aprovado. O referido incremento decorreu do acréscimo de 21,75% nas despesas correntes, bem como do aumento de 36,16% no orçamento para investimentos, ambos com fonte de recursos do FERMOJU. A execução consolidada do orçamento alcançou R\$ 699,5 milhões em valores empenhados.

#### 3.1.2 Despesa com pessoal (Tesouro)

As despesas com pessoal em Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil) representaram 81,92% do total empenhado neste grupo de despesa. Ressalte-se que a rubrica referente às despesas de pessoal de exercícios anteriores representou apenas 3,22% do total, considerando que a Parcela Autônoma de Equivalência – PAE integra esta natureza de despesa.

Tabela 3 – Despesas do tesouro em 2014 – pessoal e encargos sociais (em R\$ 1,00)

Despesa	Orçamento (a)	Empenhado (b)	% (b)/(a)	Pago (c)	A pagar (d)	% (d)/(b)
Vencimentos – pessoal civil	628.853.244	467.812.775	74,39	457.963.632	9.849.143	2,11
Obrigações patronais ao RPPS	101.380.863	73.847.970	72,84	64.983.055	8.864.915	12,00
Despesas de exercícios anteriores	28.252.421	18.381.134	65,06	16.967.917	1.413.217	7,69
Obrigações patronais ao RGPS	6.140.955	4.221.613	68,75	3.756.119	465.494	11,03
Vencimentos – pessoal militar	3.998.366	2.751.584	68,82	2.700.955	50.630	1,84
Pensões, exclusive do RGPS	3.169.699	2.961.685	93,44	2.942.545	19.140	0,65
Outras despesas com pessoal	30.126.074	19.435.823	64,51	17.949.525	1.486.297	7,65
Geral	801.921.622	589.412.585	73,50	567.263.748	22.148.837	3,76

Fonte: SIOFWEB



A despesa com pessoal manteve-se, no somatório do exercício financeiro de 2014, no patamar de 5,08%, abaixo dos limites prudencial e máximo.

#### 3.1.3 Despesas de custeio

Das despesas com recursos de custeio oriundos do Tesouro, Fermoju e Funseg (R\$ 107 milhões), 31,49% foi concentrado nas despesas com serviços de pessoa jurídica, 23,08% com locação de mão-de-obra e 12,55% com pagamento de auxílio-alimentação.

Tabela 4 – Despesas com custeio consolidadas – 2014 (em R\$ 1,00)

Elemento	Acumulado	%	Média
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33.708.996	31,49%	3.745.444
Locação de mão-de-obra	24.704.883	23,08%	2.744.987
Despesas de exercícios anteriores	11.025.583	10,30%	1.225.065
Indenizações e restituições	15.189.765	14,19%	1.687.752
Auxílio-alimentação	13.434.906	12,55%	1.492.767
Outros serviços de terceiros – pessoa física	4.288.517	4,01%	476.502
Material de consumo	2.112.940	1,98%	234.771
Diárias – civil	1.620.152	1,51%	180.017
Passagens e despesas com locomoção	754.510	0,71%	83.834
Diárias – militar	100.665	0,09%	11.185
Outras despesas de custeio	96.512	0,09%	10.724
Total	107.037.429	100,00%	11.893.048

Fonte: SIOWEB

Com relação ao custeio que tem como fonte o Fermoju, 85% dos recursos arrecadados com a venda dos selos extrajudiciais são vinculados aos próprios cartórios e não podem ser alocados para pagamento de outras despesas. Assim, o total restituído aos cartorários, até o período em apreço, foi de R\$ 14,6 milhões. As demais despesas de custeio com esta fonte totalizaram R\$ 107 milhões, dos quais cerca de R\$ 33,7 milhões foram destinados ao pagamento de "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica" (telefonia, energia elétrica, dentre outras) e R\$ 24,7 milhões de "Locação de Mão-de-Obra".

Tabela 5 – Despesas com investimentos consolidadas – 2014 (em R\$ 1,00)

Elemento	Acumulado	%	Média
Obras e instalações	9.216.595	43,67	1.024.066
Equipamentos e material permanente	7.374.085	34,94	819.343
Despesas de exercícios anteriores	2.359.195	11,18	262.133
Outros serv. de terceiros - pessoa jurídica	1.987.514	9,42	220.835
Material de consumo	168.016	0,79	18.668
Total	21.105.405	100,00	2.345.045

Fonte: SIOFWEB

As despesas com investimentos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, compreendendo a construção e reforma de Fóruns (Obras e Instalações), bem como a aquisição de equipamentos e de material permanente somam o montante de R\$ 21,1 milhões, representando um incremento da ordem de 71,7% em relação ao valor empenhado em 2013, que foi de R\$ 12.291.144,93.

Importante salientar que, em razão da insuficiência de recursos do Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário — PIMPJ, foi solicitada ao Governo do Estado suplementação orçamentária da ordem de R\$ 65.005.103,75 para fazer face aos contratos vigentes, bem como ao pagamento da isonomia salarial, implantação da jornada de trabalho de 40 horas semanais e nomeação de servidores aprovados no concurso público de 2014. Referida suplementação foi autorizada em três parcelas, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 11.175.138,10, foi consignada ao orçamento do Tribunal de Justiça através da publicação do Decreto nº 31.600, de 08 de outubro de 2014, estando previsto o repasse de duas parcelas nos valores de R\$ 48.242.396,60 e R\$ 5.587.569,05, respectivamente, para o meses de outubro e novembro do corrente ano.

Registre-se também que, por determinação da Resolução nº 199, de 07 de outubro de 2014, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que aprovou regulamentação do auxíliomoradia para magistratura, foi demandada ao Poder Executivo, por meio do Ofício nº 1779/2014 – GAPRE (Anexo VII), nova solicitação de suplementação orçamentária no valor de R\$ 5.515.939,80 para viabilizar o pagamento do referido benefício, bem como solicitação de alteração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 (Ofício nº 1778/2014 – GAPRE – Anexo VIII), fazendo-se constar o acréscimo de R\$ 21.433.366,00 decorrente da assunção da despesa em tela.

#### 3.2 Otimização dos recursos financeiros e orçamentários

Otimizar a administração dos recursos e executar com excelência a gestão dos sistemas orçamentários, financeiros e de contabilidade no âmbito do Poder Judiciário cearense, com ética e transparência, constituíram premissas primordiais que nortearam as ações empreendidas ao longo do biênio 2013-2014, como foco em: a) ampliar a independência financeira do TJCE; b) buscar meios alternativos de gerar receitas, sem onerar o contribuinte; c) tornar os processos da Secretaria de Finanças mais eficientes; d) aperfeiçoar os controles sobre o processo de arrecadação do Fermoju; e e) otimizar e racionalizar os custos do TJCE.



Neste sentido, foram empreendidas diversas ações no âmbito da Secretaria de Finanças, culminando na elaboração do seu planejamento estratégico e na definição dos principais projetos executados no exercício de 2014, a saber:

- i. monitoramento das Serventias Extrajudiciais: com o fito de executar atividades de acompanhamento e controle dos recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) junto aos cartórios, foram realizadas, até novembro/2014, inspeções em 46 serventias, repercutindo na identificação de débitos no valor de R\$ 1,4 milhão, além de outras irregularidades. A Portaria nº 2.070, de 24 de outubro de 2014, tornou permanente a Comissão de Monitoramento das Receitas do Fermoju;
- ii. alteração do Regimento de Custas: elaboração de proposta de modificação da tabela de cobrança de custas processuais, de maneira que se possa exigir o pagamento justo pela manifestação estatal, levando em consideração o valor da causa e o tipo de manifestação do Poder Judiciário. O trabalho foi coordenado por servidores da Secretaria de Finanças, em atendimento à determinação da Presidência do Tribunal de Justiça por meio da Portaria nº 1.724/2013, de 11 de novembro de 2013;
- iii. instituição, por meio da Portaria nº 1.776/2013, de 11 de novembro de 2013, de grupo de trabalho com a finalidade de buscar a excelência da gestão dos custos operacionais, com foco na eficiência e otimização das despesas públicas pelo Poder Judiciário. Como resultado, foram identificadas e sugeridas às secretarias do Tribunal de Justiça boas práticas voltadas à redução de despesas por meio do uso racional dos recursos relacionados à energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel, *internet* e impressão;
- iv. instituição, por meio da Resolução nº 02 do Órgão Especial, de 10 de fevereiro de 2014, do regime de parcelamento de dívidas das serventias extrajudiciais junto ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará, regulamentação esta que possibilitou às serventias a renegociação dos seus débitos junto ao Fundo;
- v. Desenvolvimento do Selo Extrajudicial Digital: o projeto, que vem sendo conduzido pela Secretaria de Finanças, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e com a Corregedoria Geral da Justiça, tem por objetivo substituir o selo físico convencional pelo selo digital, de forma a

garantir maior transparência e segurança jurídica aos atos praticados pelos cartórios. Ademais, busca tornar célere a comunicação entre os cartórios e o TJCE no envio dos selos, além de permitir que o usuário possa validar a autenticidade do documento por meio do portal do TJCE. O projeto visa, ainda, eliminar a possibilidade de extravios e roubos de selos, bem como eliminar custos de aquisição, distribuição e controle dos mesmos, contribuindo, de igual forma, com a responsabilidade socioambiental, uma vez que se eliminará o uso do selo em papel. A instituição e a implantação do selo digital restou disciplinada por meio da Resolução nº 5 do Órgão Especial, de 9 de junho de 2014.

- vi. Negociação com os bancos públicos para a assinatura de termo de credenciamento para o pagamento de *spread* sobre os saldos médios mensais dos depósitos judiciais, que culminou na licitação para a seleção do novo banco gestor da conta única do Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará PIMPJ (Pregão Presencial nº 01/2014), que teve como vencedora a Caixa Econômica Federal CEF (Contrato nº 26, de 14 de julho de 2014). O processo foi conduzido pela Secretaria de Finanças, em parceria com a Consultoria Jurídica;
- vii. Aprovação do orçamento 2015: a proposta orçamentária do Poder Judiciário para o ano 2015 foi aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça na sessão realizada no dia 28 de agosto de 2014, compreendendo os seguintes valores:

Tabela 6 - Proposta orçamentária do Poder Judiciário para o ano 2015 (em R\$1,00)

Grupo de Despesa Consolidado	Orçamento 2015
Pessoal e Encargos Sociais	898.786.744
Outas Despesas Correntes (Custeio)	140.759.558
Investimentos	18.512.796
Total	1.058.059.098

Fonte: SIOFWEB

O valor do custeio aportado pelo Tesouro passou de R\$ 36.982.553,00 (ano 2014) para R\$ 62.208.089,00 (2015), representando incremento de 67,94%, para fazer face aos pagamentos das despesas correntes, inclusive aquelas antes financiadas com os recursos do



Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PIMPJ.

#### 3.3 Otimização de impressões e serviços gráficos

Imbuída do propósito de aproximar-se ao máximo da utilização plena e racional dos recursos e almejando a eficiência orçamentária em seus Departamentos e Divisões, a Assessoria Institucional procedeu à revisão do Contrato nº 24/2009, firmado entre o Tribunal de Justiça e a empresa que fornece as máquinas de impressão utilizadas pelo Departamento Editorial e Gráfico. Como resultado desta análise, obteve-se a solicitação de supressão do contrato em 20%, reduzindo, portanto, a quantidade de franquia não utilizada, bem como o valor pago mensalmente, com base no parágrafo I, do art. 65, da lei 8666/93, que assim dispõe:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Tal ação foi motivada pela implantação da nova metodologia de apreciação das demandas de serviços gráficos, disciplinada por meio da Portaria nº 911/2008, que proporcionou uma análise mais apurada quanto aos materiais de impressão solicitados. Como conseqüência, o Departamento Editorial e Gráfico passou a executar os serviços de forma mais racional, resultando em significativa economia no quantitativo da franquia que era, até então, utilizado.

Com base nessa redução e para se evitar o desperdício pela não utilização integral da franquia de impressão, a revisão contratual foi preponderante e proporcionou a redução do valor contratual de R\$ 37.682,53 para R\$ 30.146,03, representando uma redução de 20% no valor mensal pago anteriormente.

Oportuno salientar que o Contrato nº 24/2009 encerrou-se em maio de 2014, oportunidade em que a Assessoria realizou uma nova análise relativa à franquia utilizada, diminuindo-a e adequando-a à produção média mensal. Tal fato possibilitou a redução do valor mensal pago pelo novo contrato (nº 30/2014), o qual, atualmente, registra o montante de R\$ 27.547,50.

Além dos fatos expostos, salienta-se que foi incluído no novo contrato dispositivo que contempla a possibilidade de acumulo de saldo por parte do TJCE, ou seja, a franquia não utilizada no mês é revertida como bônus para os meses subsequentes, limitados ao término do contrato.

Salienta-se, por fim, que as referidas reduções mensais nos gastos com a locação de máquinas de impressão importaram ao TJCE uma economia anual de R\$ 121.620,36 e que, em decorrência do controle de produção aplicado pelo Departamento Editorial Gráfico, não ocorreu na atual Gestão utilização de excedente de franquia.

#### 3.4 Pagamento de precatórios

Iniciando o ano de 2013, foram realizadas durante o mês de janeiro, pelo então Serviço de Precatórios, audiências de conciliação entre Estado do Ceará e credores que, respeitada a cronologia, manifestaram interesse na conciliação, resultando no pagamento de R\$9.157.485,00, devidamente amortizados da dívida de precatórios do Estado do Ceará.

Merecem ainda menção outras ações empreendidas no biênio 2013-2014, dentre elas os pagamentos de parcelas prioritárias no montante de R\$1.625.244,78 para 111 credores do Estado do Ceará, R\$7.469.729,70 para 126 credores do Município de Fortaleza e R\$230.738,55 para credores dos municípios do interior, bem como o pagamento de precatórios segundo listas cronológicas de credores, incluindo requisições de pequeno valor, de responsabilidade do Estado do Ceará, de municípios do interior e do município de Fortaleza, totalizando R\$9.604.320,64, R\$4.745.314,84 e R\$20.198.709,41, respectivamente.

Tabela 7 – Pagamento de Preferência – Ano 2013

Ente Devedor	Deferidos	Pagos	Valor Total (R\$)
Estado do Ceará	41	40	602.521,54
Município de Fortaleza	78	77	4.384.606,82
Municípios do Interior	0	0	0,00

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 8 - Pagamento de Preferência - Ano 2014

Ente Devedor	Deferidos	Pagos	Valor Total (R\$)
Estado do Ceará	71	71	1.022.723,24
Município de Fortaleza	49	49	3.085.122,88
Municípios do Interior	9	9	230.738,55

Fonte: Assessoria de Precatórios



Tabela 9 - Pagamento de Precatórios por Cronologia e Requisição de Pequeno Valor - Ano 2013

Ente Devedor	Créditos Pagos (R\$)
Estado do Ceará	3.948.308,33
Município de Interior	742.259,80
Municípios do Fortaleza	5.917.123,50

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 10 - Pagamento de Precatórios por Cronologia e Requisição de Pequeno Valor - Ano 2014

Ente Devedor	Créditos Pagos (R\$)
Estado do Ceará	5.656.012,31
Município de Interior	4.003.055,04
Municípios do Fortaleza	14.281.585,91

Fonte: Assessoria de Precatórios

Foram também realizados, no ano de 2013, sequestros em valor superior a R\$3.400.000,00, tanto para aporte de valores de parcelas mensais ou anuais às contas especiais de municípios devedores em regime especial (Barro, Quixeramobim, Ubajara, Baturité etc), como para o pagamento de precatórios de responsabilidade de municípios sujeitos ao regime ordinário, como Caucaia. No exercício de 2014, o valor dos sequestros superou R\$ 3.700.000,00 em relação a municípios sujeitos ao regime especial (Acarape, Alcântaras, Aurora, Baixio, Baturité, Granjeiro, Groaíras, Hidrolândia, Ibiapina, Itatira, Jaguaretama, Massapê, São Benedito e Trairi).

### 4. Gestão Estratégica

#### 4.1 O Plano Estratégico 2010-2014

O principal instrumento de acompanhamento e execução da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará vigente nos últimos anos foi o Plano Estratégico 2010-2014. Coube, portanto, à gestão 2013-2015 encabeçar ações alocadas no período de término da vigência do Plano. Construído de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano trouxe a definição da identidade organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará junto a outros itens como objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos. A citada metodologia busca tratar as diversas demandas de melhoria gerencial de uma organização em quatro perspectivas que se complementam mutuamente: clientes (sociedade), procedimentos internos, aprendizagem organizacional e recursos. Ao elaborar o citado plano e ao adotar essa metodologia, o TJCE seguiu orientação nacional e se alinhou com o Plano Estratégico do Judiciário brasileiro construído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Resolução nº 70/2009, do CNJ.

No tocante a ações adotadas no ano de 2013 que beneficiaram estruturalmente o Plano 2010-2014, podem ser destacadas a revisão do Plano para a gestão 2013-2015, incluindo a realização de reuniões de sensibilização junto à Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE (Comissão Participativa); a validação das metas institucionais pelos gestores e a revisão do portfólio de projetos para 2013 e 2014 pelas respectivas unidades responsáveis e a revisão dos indicadores setoriais para fins de percepção da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) no intuito de desdobrar as metas institucionais do Plano em metas setoriais.

#### 4.1.1 Ações de acompanhamento

A busca pelo alcance dos objetivos estratégicos e, em consequência, da Missão e da Visão do Plano 2010-2014 se deu através da execução de projetos e pelo esforço de atingir metas estratégicas, estas, por sua vez, alinhadas a indicadores de medição de desempenho.

A rotina de acompanhamento das metas, indicadores e projetos estratégicos foi conduzida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) que, no nível da Alta



Administração do TJCE, contou com o apoio do Comitê Estratégico, do Comitê Executivo e da Comissão Participativa.

Com relação ao Comitê Estratégico, que é responsável por acompanhar, monitorar e executar o Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense, coube à Seplag coordenar a realização de seis Reuniões de Análise da Estratégia no período compreendido entre 2013 e 2014.

Com relação ao Comitê Executivo, criado no ano de 2013 por iniciativa conjunta entre a Seplag e a Sefin, coube à Seplag apresentar informações acerca do cumprimento do Planejamento Estratégico, tendo sido realizadas 40 reuniões ordinárias e 06 extraordinárias do Comitê nos anos de 2013 e 2014.

Por sua vez, no tocante à atribuição de acompanhar a execução do orçamento e o processo de elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Judiciário que cabe à Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico (Comissão Participativa), a Seplag tratou, nos anos de 2013 e 2014, de orientar o encaminhamento, por parte de diversas unidades do Judiciário estadual, de propostas de iniciativas para compor a proposta orçamentária, bem como de reunir tais iniciativas para posterior avaliação acerca do enquadramento das mesmas como possíveis projetos estratégicos ou itens atinentes à manutenção da prestação do serviço judiciário.

Também apoiaram a execução do Plano Estratégico os Gestores de Metas, que são pessoas responsáveis pelo acompanhamento do nível de cumprimento de metas estratégicas, bem como por ações que visaram ao alcance das mesmas.

#### 4.1.2 Execução do Plano Estratégico 2010-2014

Com a finalidade de acompanhar o cumprimento das metas institucionais do Plano 2010-2014, foram realizadas 42 ações de acompanhamento nos anos de 2013 e 2014. As ações de acompanhamento consistiram em reuniões onde se elaborou planos de ação juntamente com os respectivos gestores das metas, bem como foram prestadas orientações que visavam ao alcance das mesmas, além de se acompanhar o atendimento dos citados planos de ação e a elaboração de relatórios que objetivavam prestar informações diversas relativas às metas para as devidas unidades.

Como resultado das ações empreendidas pelos gestores de metas para alcance dos objetivos estratégicos, destacam-se os níveis de cumprimentos apresentados na Tabela 11. Em seguida, apresentam-se as situações de projetos estratégicos ligados ao Plano 2010-2014.

#### 4.1.2.1 Metas

Tabela 11 – Grau de Cumprimento das Metas por Objetivo Estratégico

Objetivo Estratégico	Grau de Cumprimento	
Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania	95%	
Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva	65%	
Exercer a Responsabilidade Socioambiental	73%	
Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça	88%	
Informar para Conscientizar	100%	
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais	43%	
Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições	100%	
Melhorar a Produtividade	80%	
Buscar a Modernização contínua	100%	
Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do judiciário	74%	
Garantir a valorização dos magistrados e servidores	100%	
Alinhar pessoas às demandas de prestações de serviços.	62%	
Automatizar e integrar procedimentos e sistemas	95%	
Assegurar recursos para a execução da estratégia	55%	
Garantir infraestrutura adequada	61%	

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag

#### 4.1.2.2 Projetos

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário cearense e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Seplag, o qual foi criado por meio da Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2011, do Órgão Especial. Nos anos de 2013 e 2014 foram concluídos os seguintes projetos estratégicos:

Tabela 12 – Projetos estratégicos concluídos em 2013

Unidade	Nome do Projeto		
Corregedoria Geral da Justiça	Garantia de Autonomia Financeira		
Comissão de Concursos	Concurso para Ingresso de Magistrados		
Secad	Reforma da ESMEC		
Setin	Aquisição de Switchs de Acesso/Distribuição		
	Ampliação, Implantação e Aquisição de Rede Wireless		
	Aquisição de Estações de Trabalho		
	Expansão dos Storages em uso no TJCE		
	Contratação Rede Metropolitana de Fortaleza (Gigafor)		
	Risc - Renovação Garantia – IBM		
SGP	Núcleo de Educação à Distância		
	Garantir a correção das distorções vencimentais entre servidores da capital e do interior		

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag



Tabela 13 - Projetos estratégicos concluídos em 2014

Unidade	Nome do Projeto
Esmec	Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados
Secad	Fórum Novo de Assaré
	Programa de projetos de eficiência energética
Seger	Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial
Setin	Implantação do PJe
	Cálculos Judiciais
	Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI
	NOC / Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança – GRIS
	Plano de Continuidade / Contingência
	Expansão do PJe
SGP	Desenvolver o Plano de Capacitação
	Concurso Público para Ingresso de Novos Servidores e Cadastro de Reserva
	Acompanhamento psicossocial de Magistrados

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag

Ao final do ano de 2014, 20 projetos estratégicos encontram-se ativos, os quais serão analisados pelo Comitê Estratégico no intuito de poderem ser selecionados aqueles que constarão do novo Plano Estratégico (relativo ao período 2015-2020).

#### 4.2 Aprimoramento da cultura de gerenciamento de projetos

O Gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas relativas às atividades de execução dos projetos para atender aos seus requisitos e aos objetivos organizacionais. Maturidade é o grau em que o gerenciamento de projetos é utilizados na Organização. Desta forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e, baseado nessas análises, diversas ações foram empreendidas entre os anos de 2013 e 2014 para elevação da maturidade em gerenciamento de projetos.

Destacam-se algumas das ações empreendidas com vistas à elevação da maturidade do gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do estado do Ceará:

 normatização da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR) para gerentes de projetos estratégicos (com estabelecimento da avaliação periódica dos projetos e avaliação individual dos gerentes de projetos);

- ii. revisão e informatização de metodologia de gerenciamento de projetos;
- iii. implementação de melhorias/atualizações nas ferramentas (*softwares* livres) utilizadas para gerenciamento de projetos;
- iv. realização de encontros para transferência de conhecimentos entre a consultoria que prestou suporte técnico e a equipe do ECP;
- v. realização de capacitação em CAPM (Certified Associate in Project Management Certification) e PMP (Project Management Professional Certification) para 30 servidores efetivos.

Ainda com relação ao aumento da maturidade da cultura de gerenciamento de projetos, e também visando ao incremento da profissionalização dos gerentes de projetos, nos anos de 2013 e 2014 o ECP empreendeu as seguintes ações de capacitação:

Tabela 14: Ações de Aprimoramento da Cultura de Gerenciamento de Projetos

Ação	Nº de Participantes	Ano
Revisão do Portfólio de Projetos 2013-2014	41	2013
Treinamento na nova Metodologia de Gerenciamento de Projetos	20	2013
Oficina "Técnicas de Recuperação de Cronograma"	14	2013
Oficina "Relatório de Acompanhamento de Projetos – RAP e Técnicas de Estimativas de Prazos"	16	2013
Capacitação introdutória em Gestão de Projetos	19	2013
Balanço do ano de 2013 e um direcionamento para 2014	20	2013
Reunião sobre sistema de acompanhamento das fases dos projetos estratégicos	13	2014
Reunião orientativa sobre as propostas das iniciativas orçamentárias de 2015	14	2014
Treinamento "Gerenciamento de Projetos - Conceitos e Práticas"	11	2014
Treinamento "Comunicação Efetiva"	9	2014
Treinamento "Gerenciamento de Riscos"	8	2014
Treinamento "Administração de Conflitos"	4	2014
Oficina "Elaboração, acompanhamento e atualização do cronograma"	15	2014
Oficina "A arte de Liderar"	8	2014
Palestra "Projetos e Processos: mais sinergia que divergência"	14	2014
Palestra "Por que os Projetos falham"	14	2014
Palestra "Gestão de Recursos"	6	2014
Capacitação "O Gerenciamento de Projetos no contexto da Governança Organizacional"	8	2014
Visitas de acompanhamento discussão de dúvidas junto a gerentes de projetos	80	2014

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag



O resultado das ações listadas revelam-se na elevação da maturidade do TJCE no tocante à cultura de gerenciamento de projetos, conforme apresenta o gráfico a seguir (obtido conforme modelo Prado-MMGP:

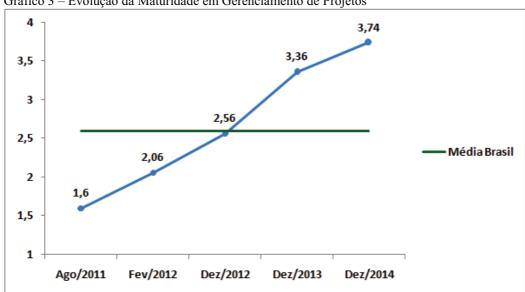


Gráfico 3 – Evolução da Maturidade em Gerenciamento de Projetos

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag

#### Comunicação da Estratégia 4.3

A título de divulgação das ações relativas ao alcance da Estratégia empreendidas nos anos de 2013 e 2014, podem ser destacadas:

- reestruturação do Blog Plano Estratégico em Ação com a finalidade de divulgar os resultados dos projetos estratégicos e da execução da estratégia do Poder Judiciário cearense foi criado o Blog Plano Estratégico em Ação. O canal recebeu mais de 20 postagens, entre publicações de resultados da execução da estratégia a artigos relacionados à discussão da gestão estratégica;
- pesquisa de Compreensão da Estratégia realizada nos meses de setembro e outubro de 2013, a pesquisa objetivou conhecer, junto ao público interno do Poder Judiciário cearense, o nível de compreensão acerca de conceitos, canais e ações da Estratégia do órgão. Participaram da pesquisa 276 pessoas, entre magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça do Ceará. A pesquisa obteve o resultado de que 74% dos respondentes afirmaram compreender, total ou parcialmente, a estratégia do Judiciário cearense;

- iii. realização de concurso cultural no qual os servidores elaboraram redações acerca do tema "Gestão Estratégica";
- iv. exposição e atualização dos resultados das metas anuais e status dos projetos estratégicos na Central do Conhecimento do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Já com vistas à divulgação e favorecimento da participação do público interno e externo na construção da proposta do Plano Estratégico 2015-2020, foi desenvolvido o *hotsite* do Planejamento Estratégico 2015-2020. O canal objetivou acompanhar os trabalhos de elaboração da proposta do Plano e possibilitar o envio de sugestões para enriquecer esse processo. A atualização do *hotsite* se deu após a efetivação de cada novo passo do processo de construção do novo Plano. Além disso, disponibilizou seção onde o público visitante pode tecer comentários acerca do processo de construção do Plano e enviar sugestões de melhorias no serviço prestado pelo Judiciário cearense a serem contempladas no Plano Estratégico 2015-2020. Ao todo, foram enviadas mais de 450 sugestões.

#### 4.4 Incentivo à cultura de planejamento estratégico

Com o objetivo de disseminar a cultura do planejamento no TJCE foram empreendidas as seguintes ações:

- i. elaboração do Plano Estratégico da Assessoria de Precatórios: em atendimento à recomendação do CNJ, em 2013 a Seplag conduziu a elaboração de Plano Setorial que visou alinhar a atuação da Assessoria de Precatórios ao Plano Estratégico 2010-2014. Dotado de elementos similares ao Plano institucional (Missão, Visão, objetivos, metas, indicadores e projetos), o Plano da Assessoria de Precatórios possibilitou melhorias na estruturação organizacional, de pessoal e de gestão do setor;
- ii. desenvolvimento e divulgação da "Ferramenta de Elaboração e Acompanhamento de Planos de Ação";
- realização de cursos voltados a servidores e magistrados, abordando os temas
   Planejamento Estratégico e Administração Judiciária.



# 4.5 Elevação da maturidade em gestão estratégica

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará obteve a segunda colocação (pontuação de 95%) entre os Tribunais estaduais na avaliação do nível de maturidade em gestão estratégica no ano de 2013 em relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na classificação geral (Tribunais dos Estados, Eleitorais, do Trabalho, Superiores e Conselhos), o TJCE ocupa a quarta colocação. Entre os 20 órgãos com maior nível de maturidade em gestão estratégica estão TJRN (98%), Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – TRT/18 (97%), TRT/14 (96%), TJCE (95%), TJSE (92%), TRT/1 (91%), TRT/5 (91%), TRT/15 (90%), Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR (89,50%), TJAL (89%), CNJ (87%), TRT/7 (86,50%) e Superior Tribunal de Justiça – STJ (85%).

O resultado demonstra a evolução pela qual a Justiça do Ceará vem passando nos últimos anos. Como ações que contribuíram para esse alcance, destacam-se a elevação do nível de maturidade em gerenciamento de projetos, participação de servidores e magistrados na elaboração das propostas orçamentárias e formulação da estratégia, instituição de comitês para elaborar e monitorar a execução do Plano Estratégico, elaboração de plano de aquisição integrado à estratégia e aprimoramento da comunicação do Plano Estratégico.

#### 4.6 O Plano Estratégico 2015-2020

A elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 se iniciou em setembro de 2014. Uma vez que o Plano então conduzido pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará chegava ao final de sua vigência (2010-2014), foi necessário envidar esforços que resultassem na construção de novo Plano Estratégico para o período compreendido entre os anos de 2015 e 2020.

Dessa forma, na busca por dar continuidade ao aprimoramento da gestão estratégica do TJCE, nos meses de setembro a dezembro de 2014 foram executados os trabalhos necessários para o desenvolvimento do Plano Estratégico 2015-2020. Para apoiar a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e o Comitê Estratégico do TJCE, foi contratada empresa de consultoria especializada no desenvolvimento de planejamentos estratégicos. Tal contratação foi feita por meio do Pregão Eletrônico nº 34/2014, ocorrido em 08 de julho de 2014. As etapas de desenvolvimento do Planejamento 2015-2020 se deram da seguinte forma:

#### 4.6.1 1<sup>a</sup> etapa

Encontros com magistrados e servidores de todo o Estado para caracterização dos cenários internos e externos do Poder Judiciário e coleta de propostas de ações de melhorias. Foram realizados quatro encontros, ocorridos em 15, 19, 22 e 26 de setembro de 2014, dos quais participaram um total de 241 pessoas dentre as nove zonas judiciárias do Ceará.

#### 4.6.2 $2^a$ etapa

Encontro com organizações da sociedade civil, órgãos do sistema judicial e entidades de classe do Judiciário para coletar opiniões sobre a atual forma de prestação do serviço judiciário, bem como sugestões de melhoria do serviço para o futuro.

Participaram do encontro: Ministério Público, Decon, Rede Nacional dos Advogados Populares (RENAP-CE), OAB-CE, Associação dos Juízes pela Democracia (AJD-CE), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-CE), Pastoral Carcerária, Associação Cearense dos Magistrados, Sindicato dos Servidores do Judiciário do Ceará e Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará. O encontro ocorreu em 29 de setembro de 2014 e contou com o grupo representativo de construção do Plano Estratégico 2015-2020 como expectador.

O grupo representativo foi formado por 60 pessoas dentre magistrados e servidores oriundos da capital ou do interior, do 1º ou do 2º grau, de setores judiciários ou administrativos. A formação do grupo se deu a partir de indicações do Comitê Estratégico e, a pedido deste, por designações procedidas por gestores das diversas áreas funcionais do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Em reconhecimento a essa 2ª etapa do Planejamento Estratégico 2015-2020, o TJCE veio a receber, em 10 de dezembro de 2014, uma homenagem do Fórum Justiça (composto pela Justiça Federal e outras entidades) que buscou enaltecer a iniciativa de democratização do processo de elaboração do Plano 2015-2020 do Judiciário cearense.

# 4.6.3 3<sup>a</sup> etapa

Definição dos elementos do Plano Estratégico 2015-2020 (identidade organizacional, objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos estratégicos) com o grupo representativo. Os encontros se deram nas seguintes datas com as respectivas definições:



- i. 03 de outubro Identidade Organizacional:
  - Missão: Garantir direitos para realizar Justiça;
  - Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da justiça;
  - Valores: Celeridade, Efetividade, Acessibilidade, Transparência,
     Responsabilidade Social e Ambiental, Probidade e Meritocracia.
- ii. 10 de outubro Mapa Estratégico (temas e objetivos estratégicos). Os três temas estratégicos propostos foram:
  - Diálogo com a Sociedade;
  - Desjudicialização de conflitos;
  - Gestão eficiente e participativa.
- iii. 17 de outubro continuação do Mapa Estratégico e início da elaboração dos indicadores. Foram construídos 11 objetivos estratégicos:
  - Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça;
  - Intensificar a interlocução com a sociedade;
  - Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional;
  - Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos;
  - Aprimorar a Governança Judiciária;
  - Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos;
  - Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
  - Garantir a infraestrutura adequada;
  - Aprimorar a gestão de pessoas;
  - Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
  - Garantir a sustentabilidade financeira.
- iv. 24 de outubro indicadores. 34 indicadores foram sugeridos. Para cada indicador foi vinculada uma meta institucional que, por sua vez, teve a definição de patamares a serem perseguidos a cada ano da vigência do Plano;
- v. 31 de outubro e 03 de novembro proposição de projetos estratégicos. Foi proposto um total de 38 projetos estratégicos.

As metas estratégicas foram estipuladas pelos respectivos gestores de metas

(escolhidos pelo grupo representativo) com o apoio da equipe da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

# 4.6.4 4<sup>a</sup> etapa

Desdobramento do Plano Estratégico nas diversas áreas do Poder Judiciário do Estado do Ceará com fins de obter ações de execução voltadas para o alcance dos objetivos estratégicos planejados para os próximos seis anos. Esta etapa ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2014. Um total de 17 planos setoriais foram produzidos. Cada um se vincula a um setor da Justiça cearense responsável diretamente por executar parte da Estratégia construída no Plano 2015-2020.

#### $4.6.5 5^a$ etapa

Proposição de melhorias no modelo de Gestão Estratégica (formas de acompanhamento, execução e institucionalização que facilite o cumprimento dos propósitos da Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Ceará). A proposição foi interposta no início do mês de dezembro de 2014.

Duas apresentações dos resultados do processo de Planejamento da Estratégia para os anos de 2015 a 2020 foram feitas ao final dos trabalhos de elaboração do Plano: uma para o Comitê Estratégico (onde foram validadas/ajustadas as metas sugeridas pelos respectivos gestores) e outra para o Grupo Representativo de construção do Plano Estratégico 2015-2020 e equipe de transição da gestão que tomará posse no mês de janeiro subsequente.

Até janeiro de 2015, o Comitê Estratégico submeterá a proposta do Plano Estratégico 2015-2020 à Presidência desta Corte de Justiça que, oportunamente, encaminhará à apreciação do Órgão Especial.

#### 4.7 Sala de Situação

A Sala de Situação é um ambiente virtual desenvolvido sob a coordenação da Assessoria Especial da Presidência, em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e com a Secretaria de Tecnologia da Informação. Tem por objetivo promover a disponibilização direta de informações administrativas e judiciárias consolidadas à Presidência do TJCE de forma a subsidiar o processo de tomada de decisão. São



disponibilizadas informações relacionadas às seguintes áreas: Gestão, Agenda do Presidente, Viagens da Presidência, Aquisições, Informações Semanais, Mapa de Ocupação de Cargos de Magistrados, Metas Nacionais e Projetos Prioritários. A Sala de Situação possui atualização compartilhada entre as unidades do TJCE e controle de acesso por meio de perfis de usuários e senhas, estando acessível em computadores e dispositivos móveis.

#### 4.8 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

A Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) atingiu, em 2014, 82% das metas previstas no PETI cujo período de vigência estende-se até 2015. Além disso, foram iniciadas as atividades para elaboração de um novo Planejamento Estratégico de TI alinhado ao novo Planejamento Estratégico do TJCE, cuja vigência se estenderá até 2020.

Visando propiciar a divulgação das ações, projetos e metas, bem como a promoção de alinhamento e a integração entre as diversas unidades que compõem a Secretaria, são realizadas reuniões bimestrais com todos os servidores lotados na Setin,.

Como forma de facilitar o acompanhamento das ações estratégicas, foi ainda desenvolvido um portal para monitoramento dos indicadores da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) e dos indicadores do PETI, o qual possibilita a participação mais efetiva dos servidores no esforço para o alcance das referidas metas.

#### 4.9 Certificação ISO 9001:2008

O Departamento Judicial e a Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua têm sido preparados para a certificação ISO 9001:2008. Foram desenvolvidas as seguintes etapas: palestra de conscientização, descrição do negócio, desenvolvimento de fluxogramas, validação dos fluxogramas junto às lideranças, desenvolvimento dos procedimentos de gestão (PGs), implantação da ferramenta Gestão à Vista, reorganização e mudança de *layout*, solicitação de melhorias para a infraestrutura do atendimento no balcão, identificação da interação entre os processos, criação de instruções de trabalho, treinamento dos colaboradores quanto à interpretação da Norma ISO 9001:2008.

A certificação ISO 9001:2008 está prevista para 2015, haja vista a necessidade de realização de licitação.

# 4.10 Democratização das decisões do Fórum Clóvis Beviláqua

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, com o intuito de democratizar e garantir a implementação das decisões tomadas no âmbito daquele Fórum, sistematizou as reuniões do Comitê Gestor de Juízes Coordenadores, instituiu o Núcleo de Apoio à Gestão, o Comitê para Acompanhamento do Plano de Melhoria e o Comitê Gestor para Assuntos Administrativos, este último formado pelos diretores de departamento.

#### 4.11 Padronização de rotinas de gestão

Dentre as ações realizadas em prol da padronização das rotinas de gestão no Fórum Clóvis Beviláqua estão: elaboração de procedimentos gerenciais (PGs), implantação de um sistema de reuniões com pauta e ata de reunião, elaboração de instruções de trabalho (ITs), fluxograma de procedimentos, gerenciamento da rotina no Núcleo de Apoio à Jurisdição e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

#### 4.12 Implantação do software Geplanes

Foi implantado, no Fórum Clóvis Beviláqua, o *software* Gesplanes que permite a gestão estratégica desde a fase de elaboração do planejamento até a execução das ações. Por meio da ferramenta é possível gerenciar metas e seus desdobramentos, os indicadores e definir ações preventivas e/ou corretivas. O Gesplanes fornece ainda diversas ferramentas, como o Painel de Indicadores, bem como relatórios e gráficos que auxiliam na gestão e na melhoria do desempenho organizacional.

#### 4.13 Visitas de benchmarking

Foram realizadas, pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, visitas a organizações com reconhecidas práticas na área de excelência da gestão. Cada visita foi seguida de relatório e as práticas passíveis de execução no Fórum foram incluídas no Plano de Melhoria da Gestão.



#### 4.14 Banco de Informações Gerenciais – BIG

Como forma de sistematizar o fornecimento de informações gerenciais à Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, foi criado o Banco de Informações Gerenciais – BIG, que tem como objetivo apoiar a tomada de decisão por parte daquela Diretoria.

#### 4.15 Exercício da responsabilidade socioambiental

Foi criado pelo Fórum Clóvis Beviláqua o Grupo de Apoio às Ações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, que promoveu as seguintes ações: otimização da coleta seletiva de lixo no Fórum Clóvis Beviláqua, aquisição de *containers* para separação de papel, doação de móveis e cadeiras para entidades filantrópicas, campanha para doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea em parceria com o Hemoce, doação de material reciclável para Associação de Catadores de Lixo e doação de bens inservíveis do Depósito Público.

#### 4.16 Adesão ao Gespública

#### 4.16.1 Premiação do Fórum Clóvis Beviláqua no Prêmio Ceará de Gestão Pública

Em julho de 2013, foi firmado termo de compromisso pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua junto ao Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) com o objetivo de implantar o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP naquele fórum. Foram realizadas duas autoavaliações com base no referido modelo de gestão e implantados dois Planos de Melhoria da Gestão para executar as oportunidades de melhoria identificadas.

Em novembro do ano em curso, o Fórum recebeu a visita da banca examinadora do Prêmio Ceará de Gestão Pública e no dia 14 de novembro foi divulgado o resultado da premiação, tendo o Fórum Clóvis Beviláqua alcançado o 1º lugar, prêmio Ouro, na categoria de 250 pontos.

#### 4.16.2 Capacitação de multiplicadores no Modelo de Excelência em Gestão Pública

Tendo como objetivo preparar o ambiente para a expansão do Gespública no Poder Judiciário do Ceará como um todo, foram realizadas as seguintes ações pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, com a Escola Superior da Magistratura do Ceará – Esmec e com a Escola de Gestão Pública do Ceará – EGP:

- realização do Curso "Modelo de Excelência em Gestão Pública" para 33 participantes das áreas que compõem a estrutura do TJCE;
- ii. participação de servidor da Seplag em curso de "Preparação de instrutores e examinadores para o prêmio Ceará Gestão Pública" e atuação deste como examinador do Ciclo 2014.

# 4.16.3 Adesão à ferramenta Acesso Cidadão

O Acesso Cidadão disponibiliza para a sociedade, por meio da rede mundial de computadores, os serviços prestados pelos órgãos públicos do Estado do Ceará, bem como os procedimentos para obtê-los. Em 2013, o Fórum Clóvis Beviláqua aderiu à ferramenta, catalogando 14 de seus serviços. Em 2014, sob coordenação da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, o Acesso Cidadão foi expandido e disponibilizado no Portal do TJCE, catalogando serviços das seguintes unidades: Secretaria Judiciária, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Finanças e Ouvidoria.



# 5. Estatística Processual

# 5.1 Descongestionamento e Metas Nacionais do CNJ

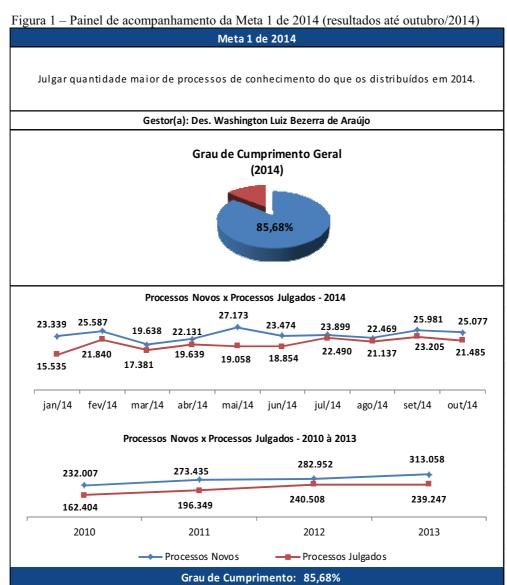
Ao longo do biênio 2013-2014 foram empreendidas diversas ações objetivando a melhoria da produtividade de servidores e magistrados, bem como o aperfeiçoamento das estatísticas judiciais do TJCE, de forma a refletirem com maior fidedignidade a realidade do Poder Judiciário cearense. Dentre as referidas ações, as quais foram conduzidas pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, com a Secretaria Judiciária e com a Comissão Gestora da GAM, destacam-se:

- alinhamento das metas setoriais da GAM (Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas) às Metas Institucionais e às Metas Nacionais do CNJ, por meio da Portaria nº 1.931, de 30 de dezembro de 2013;
- ii. revisão de filtros de extração das informações relacionadas às Metas Nacionais 2014 nos sistemas processuais (SAJ, SPROC e PROJUDI), considerando os parâmetros estabelecidos no Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2014 e as sugestões colhidas junto às unidades judiciárias de 1º e 2º graus;
- iii. elaboração e disponibilização de relatórios automatizados às unidades judiciárias de 1º e 2º graus contendo suas listagens de processos enquadrados nas metas 2, 4 e 6 de 2014 do Conselho Nacional de Justiça, bem assim as relações de processos julgados até 31/12/2013 e que não registram movimentação de baixa (Índice de Descongestionamento), todos identificados mediante extração direta no banco de dados dos sistemas processuais SAJ, SPROC e PROJUDI;
- iv. realização de treinamentos presenciais destinados aos Gabinetes de Desembargadores, Secretarias de Câmaras e Secretarias de Varas/Juizados da Comarca de Fortaleza, bem assim disponibilização de vídeo-aula às comarcas do interior sobre os Indicadores e Metas do Conselho Nacional de Justiça para 2014, com enfoque nas metas de litigiosidade presentes no Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014 e em indicadores da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas;



- v. repasse periódico de dados para acompanhamento das metas e suporte no planejamento de ações em prol do alcance das mesmas junto aos gestores das metas institucionais referentes à taxa de congestionamento (Corregedoria Geral da Justiça, Fórum das Turmas Recursais e Secretaria Judiciária) e às Metas Nacionais do CNJ, designados por meio da Portaria nº 1.307, de 12 de junho de 2014 e da Resolução nº 13 do Órgão Especial, de 24 de novembro de 2011, alterada por meio da Resolução nº 06 do Órgão Especial, de 25 de julho de 2013;
- vi. publicação da Resolução nº 06 do Órgão Especial, de 05 de junho de 2014, que disciplina a realização das devidas correções e atualizações nos sistemas processuais por parte das unidades judiciárias de 1º e 2º graus, concernentes aos processos enquadrados nas Metas do Judiciário Nacional e à Taxa de Congestionamento, ambas do CNJ;
- vii. publicação da Portaria nº 1.473, de 27 de junho de 2014, que determinou a realização dos estudos e levantamentos necessários, por parte da Secretaria Judiciária, do Fórum Clóvis Beviláqua e do Fórum das Turmas Recursais, objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados nos sistemas processuais, a partir dos quais serão re-extraídos e retificados junto ao CNJ todos os dados ajustados referentes à série histórica do TJCE dos indicadores do Relatório Justiça em Números. Os trabalhos, que estão sendo coordenados pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e supervisionados pela Secretaria Geral, visam, ainda, a extração via sistemas processuais dos dados referentes à produtividade dos magistrados, como forma de dar maior consistência e confiabilidade às informações.

Como resultado geral dessas ações, pontua-se a redução de 54,9% do acervo de processos enquadrados nas Metas 2, 4 e 6 de 2014, o qual passou de 121.493 processos (considerando os processos que entram e saem da meta durante o ano) em dezembro de 2013, para 66.692 ao final do mês de outubro do corrente ano, bem assim o julgamento de 200.624 processos da meta 1/2014, 53.351 processos da meta 2/2014, 811 processos da meta 4/2014 e 639 processos da meta 6/2014, conforme se observa nas figuras a seguir.

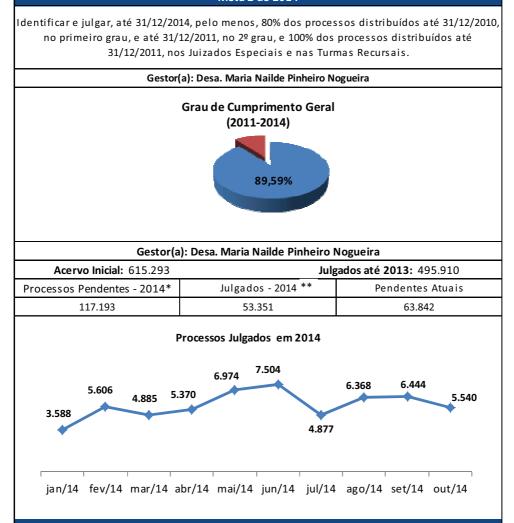


Fonte: Divisão de Estatística/Seplag



Figura 2 – Painel de acompanhamento da Meta 2 de 2014 (resultados até outubro/2014)

#### Meta 2 de 2014



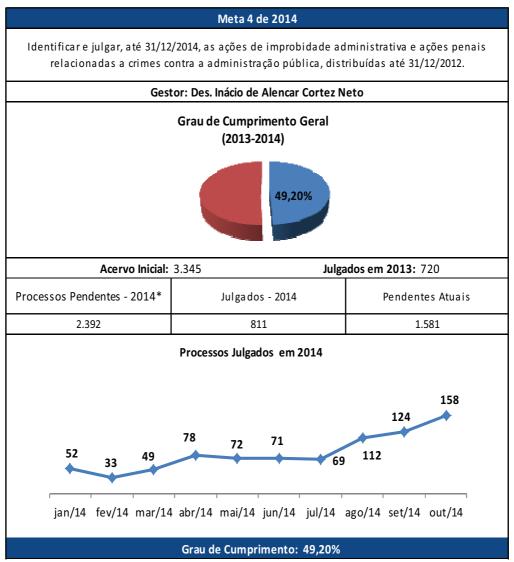
Grau de Cumprimento: 89,59%

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag

<sup>\*</sup> O item Processos Pendentes - 2014 leva em consideração os processos que entraram e saíram da meta, de acordo com as definições do CNJ.

<sup>\*\*</sup> Os Processos Julgados em 2014 não levam em consideração o quantitativo de julgamentos das instâncias que excederam a meta.

Figura 3 – Painel de acompanhamento da Meta 4 de 2014 (resultados até outubro/2014)



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag

<sup>\*</sup> O item Processos Pendentes - 2014 leva em consideração os processos que entraram e saíram da meta, de acordo com as definições do CNJ.



Meta 6 de 2014 Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau, e até 31/12/2012, no 2º Grau. Gestor(a): Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite Grau de Cumprimento Geral (2013-2014) Acervo Inicial: 2.474 Julgados até 2013: 558 Processos Pendentes - 2014\* Julgados - 2014 Pendentes Atuais 1.908 639 1.269 Processos Julgados em 2014 121 95 96 67 70 61 45 21 16 jan/14 fev/14 mar/14 abr/14 mai/14 jun/14 jul/14 ago/14 set/14 out/14 Grau de Cumprimento: 48,54%

Figura 4 – Painel de acompanhamento da Meta 6 de 2014 (resultados até outubro/2014)

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag

#### 5.2 Selo Ouro Justiça em Números

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) foi agraciado com o Selo Justiça em Números, na categoria Ouro, pelos esforços empreendidos em prol do aprimoramento do sistema de estatística de informação do Judiciário cearense.

Contribuíram para a premiação o cumprimento dos prazos e o envio integral das informações, além da extração dos dados de litigiosidade por meio de sistemas automatizados e em conformidade com as Tabelas Processuais Unificadas. Também foi considerada a estruturação da Divisão de Estatística (Seplag) e a elaboração periódica de relatórios gerenciais para subsidiar a alta administração na tomada de decisão.

<sup>\*</sup> O item Processos Pendentes - 2014 leva em consideração os processos que entraram e saíram da meta, de acordo com as definições do CNJ.

# 5.3 Estatísticas processuais do Fórum Clóvis Beviláqua

#### 5.3.1 Comissão Temporária de Metodologia de Análise e Melhoria de Performance

Por meio da Portaria nº 167/2013, de março 2013, foi instituído no Fórum Clóvis Beviláqua grupo de trabalho para desenvolver e efetivar o projeto Metodologia de Análise e Melhoria de Performance das Varas Judiciais da Comarca de Fortaleza, com vistas ao estudo e desenvolvimento de metodologias de aferição e melhoria de performance das Varas da Comarca, inicialmente voltadas à redução da Taxa de Congestionamento. O referido grupo, com base no Ciclo PDCA, criou um método para a redução da Taxa de Congestionamento e desenvolveu ferramentas como o Congestiômetro e os Gráficos de Análise de Performance por Quadrantes.

Os resultados da aplicação da metodologia criada para redução da Taxa de Congestionamento encontram-se nos seguintes gráficos:

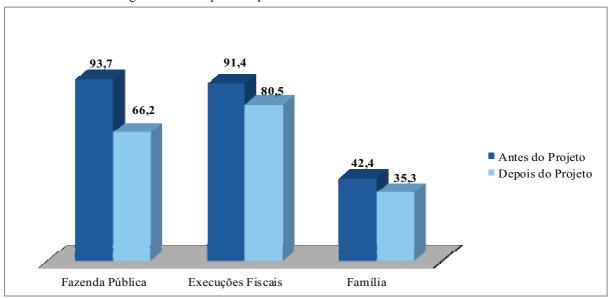


Gráfico 4 - Taxa de Congestionamento por Competência

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



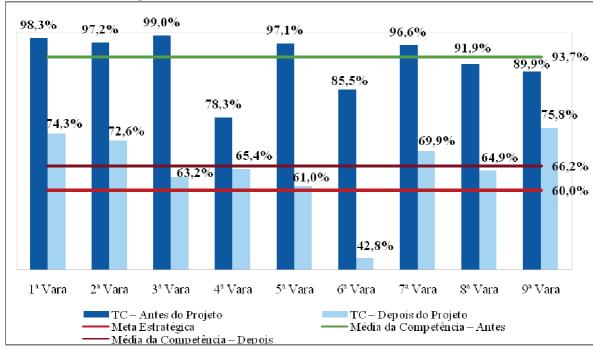
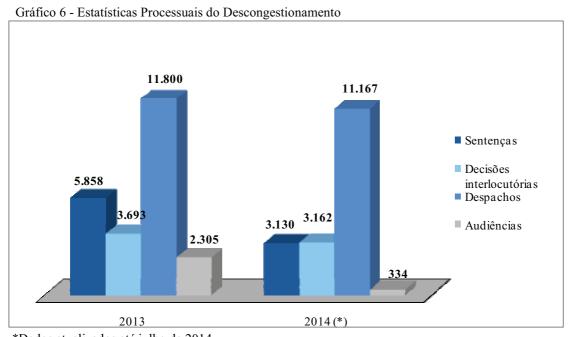


Gráfico 5 - Taxa de Congestionamento das Varas da Fazenda Pública

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

# 5.3.2 Grupo de Descongestionamento

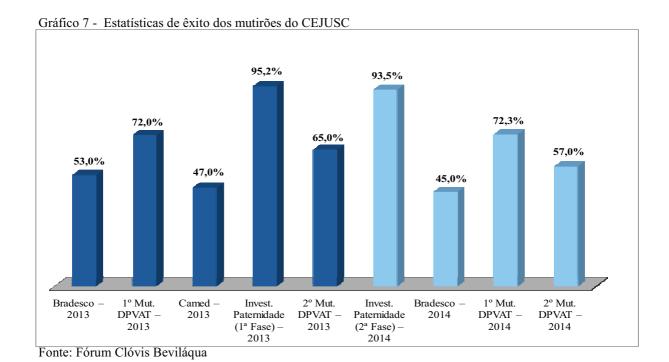
De 2013 a 2014, o Grupo de Descongestionamento elaborou 8.988 sentenças, 6.855 decisões interlocutórias e 22.967 despachos. Foram realizadas, também, 2.639 audiências referentes aos processos judiciais.



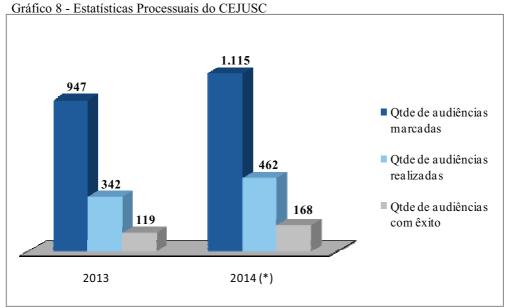
\*Dados atualizados até julho de 2014 Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

#### 5.3.3 Centro Judiciário de Solução de Conflitos

Foram realizados, pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, oito mutirões: dois de Investigação de Paternidade, dois financeiros junto ao Bradesco, três Ações DPVAT e um junto à Camed. Desde 2013, o CEJUSC vem realizando, além da conciliação, Sessões de Mediação Familiar, conduzidas por duas mediadoras especializadas, com excelentes resultados, em especial nos processos que versam sobre a disputa de guarda. Em 2014, o Centro passou a realizar Oficinas de Pais e Filhos (projeto do CNJ), que tem por objetivo auxiliar os pais a manter um diálogo pacífico após situação de ruptura familiar. Em conjunto com o Juizado da Violência Doméstica, passou-se a encaminhar famílias para a referida oficina.

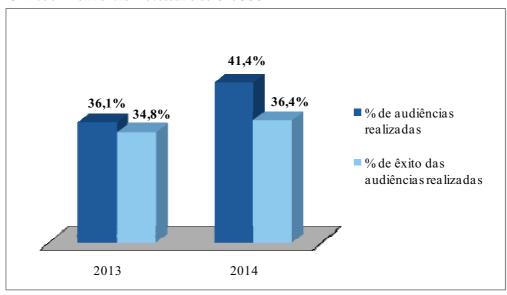






Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Gráfico 9 - Estatísticas Processuais do CEJUSC



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

# 5.4 Estatística processual da Secretaria Geral

A Secretaria Geral, em sua atuação de preparo dos processos para julgamento do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho de Magistratura, ou seja, na elaboração de pautas, certidões de julgamento e atas, perfez os quantitativos processuais discriminados na tabela a seguir:

 $Tabela\ 15-Julgamento\ do\ Tribunal\ Pleno/2013-2014$ 

Processos/Natureza	2013	2014
Processo Adm. Disciplinar	05	01
Reclamação Disciplinar	02	01
Sindicância	01	
Embargo de Declaração (Proc. Adm. Disc.)	01	
Total	09	02

Fonte: Secretaria Geral

Tabela 16 – Julgamentos do Órgão Especial/2013-2014

Processos/Natureza	2013	2014
Ação Rescisória	03	03
Ação Penal	02	01
Agravo Regimental	248	153
ADIN	07	13
Arguição de Inconstitucionalidade	05	06
Conflito de Competência	15	07
Embargos de Declaração	184	120
Embargos à Execução	26	18
Embargos Infringentes	01	01
Habeas Corpus	06	04
Habeas Data		01
Mandado de Injunção		01
Mandado de Segurança	457	296
Medida Cautelar em ADIN		01
Processo Administrativo	20	02
Reclamação	01	05
Recurso Administrativo		23
Total	975	655

Fonte: Secretaria Geral



Tabela 17 – Julgamentos e Expedientes do Conselho Superior da Magistratura

Julgamentos/Natureza	2013	2014
Inspeção – Administrativa	23	50
Correição Geral	01	00
Recurso Administrativo	01	01
Providência Administrativa	01	02
Embargos Declaratórios	00	00
Reclamação Administrativa	01	00
Expedientes Apreciados	431	824
Certidões Nada Consta	88	243
Oficios	354	452
Memorandos	502	832

Fonte: Conselho Superior da Magistratura

# 5.5 Estatística processual da Secretaria Judiciária

5.5.1 Implantação do núcleo de digitalização do 2º grau vinculado ao Departamento de Serviços Judiciários de Apoio

A Secretaria Judiciária empreendeu esforços, em parceria com a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, no sentido de elaborar a normatização necessária para a formalização dos Núcleos de Digitalização de 1º e 2º graus, por meio da Portaria nº 593/2013, de 12 de junho de 2013, de maneira a realizar a digitalização dos processos e recursos, bem como petições físicas. Como resultado, o Núcleo de Digitalização do TJCE promoveu, no biênio 2013-2014, a digitalização de 33.860 processos, conforme a tabela abaixo.

Tabela 18 - Quantidade de processos digitalizados (referente ao período de 1º/01/2013 a 30/10/2014)

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2013	1.044	1.289	1.304	1.779	1.804	1.766	2.109	1.223	2.028	1.608	1.414	843	18.211
2014	1.552	1.707	1.409	1.820	1.641	1.382	1.844	1.283	1.555	1.456	nd	nd	15.649

Fonte: Núcleo de Digitalização TJCE

5.5.2 Incremento da equipe responsável pelo envio dos processos em sede de recurso especial e extraordinário aos Tribunais Superiores

Foram alocados três servidores exclusivamente para digitalização e envio dos processos em sede de recursos especial e extraordinário, resultando nos seguintes quantitativos de processos encaminhados aos Tribunais Superiores:

Tabela 19 - Comparativo da quantidade de processos encaminhados aos Tribunais Superiores (referente ao período de 1º/01/2013 a 14/11/2014)

Discriminação	2013	2014
Recursos para STF (digitais e físicos)	187	78
Recursos para STJ (digitais e físicos)	1.365	1.140
Total	1.552	1.227

Fonte: Serviço de Recursos Privativos

#### 5.5.3 Elaboração de expedientes

Alinhado ao Plano Estratégico 2010-2014, deu-se continuidade à deliberação que instituiu que decisões que ensejam a elaboração de expedientes devem ser assinadas diretamente pelo Secretário Judiciário, de ordem do Desembargador Relator, a exemplo do que ocorre no Superior Tribunal de Justiça como forma de dar maior celeridade ao cumprimento desses. Neste contexto, foi expedida, de ordem, a quantidade de expedientes discriminados na tabela a seguir.

Tabela 20 – Quantitativos de Expedientes

Tue on 20 Quantitudi ( es de Empedientes		
Tipo	2013	2014
Cartas e Mandados Intimação Cível	2.804	2.981
Ofícios Cíveis Expedidos	9.421	9.668
Certidões Cíveis Expedidas	439	652
Mandados Criminais Expedidas	221	259
Ofícios Criminais Expedidos	5.727	6.681
Certidões Criminais Expedidas	1.576	2.109

Fonte: Departamento Judiciário Cível e Gabinete da Secretaria Judiciária (1°/01/2013-12/11/2014) e Departamento Judiciário Penal (1°/01/2013 a 17/11/2014)

Registre-se que, para o cumprimento de despachos, visando à intimação pessoal da parte de forma mais célere e, também, à redução de custos, a Secretaria Judiciária continua expedindo Mandado de Intimação em vez de Carta de Intimação, na Cidade de Fortaleza.

Tabela 21- Percentual de Cumprimento de Mandados (referente ao período de 1º/01/2013 a 17/11/2014)

Mandados	2013	2014
Encaminhados	6.931	5.265
Cumpridos	6.819	5.189
Percentual Cumprimento	98,38%	98,56%

Fonte: Sala dos Oficiais de Justiça

#### 5.5.4 Distribuição processual

Dando continuidade à análise de prevenção e a distribuição dos feitos ingressos no TJCE, tem-se o seguinte resultado no biênio:



Tabela 22 – Quantitativo de Processos Distribuídos/Redistribuídos e Transferidos no Biênio (referente ao período de 1º/01/2013 a 31/08/2014)

Tipo	2013	2014
Distribuição/Redistribuição	44.115	35.345
Transferência	12.215	2.093
Total	56.330	37.438

Fonte: Divisão de Distribuição

Frisa-se que a ferramenta "alteração de relatoria", na versão 1.7.4-31, cujos relatórios são apresentados na própria ata de distribuição, foi disponibilizada no SAJ-SG e instalada em 02 de maio de 2014. Assim, verificou-se, em 2014, uma representativa diminuição do quantitativo de processos transferidos, quando comparado ao ano de 2013.

# 5.5.5 Sessões de julgamento

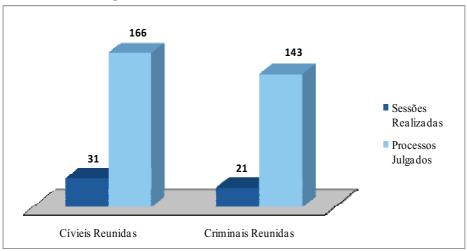
Ressalta-se, também, o preparo integral dos processos para julgamento das Câmaras Reunidas Cíveis e Criminais, ou seja, a elaboração de pautas, certidões de julgamento e atas, resultando no quantitativo de processos julgados discriminados na tabela a seguir:

Tabela 23 - Quantitativo de sessões realizadas e processos julgados nas Câmaras Reunidas (referente ao período de  $1^{\circ}/01/2013$  a 31/10/2014)

Variável	Cíveis Reunidas	Criminais Reunidas
Sessões Realizadas	31	31
Processos Julgados	166	143

Fonte: Gabinete da Secretaria Judiciária

Gráfico 10 – Desempenho Câmaras Reunidas



Fonte: Secretaria Judiciária

Ressalta-se que até o dia 31 de outubro de 2013 foram baixados 14.792 processos cíveis e, no ano em curso, até 14 de novembro, foram baixados 27.607 processos cíveis.

Quanto aos processos criminais, foram baixados durante o exercício de 2013 o total de 6.315 processos, enquanto no interstício de 1º/01/2014 a 14/11/2014 foram baixados 8.377 processos criminais.

#### 5.5.6 Publicação de acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento

Tabela 24 - Quantitativo de sessões realizadas e processos julgados nas Câmaras Reunidas (referente ao período 1º/01/2013 a 31/10/2014)

	2013	2014
Julgados	23.180	18.233
Publicados em até 10 dias	23.167	18.186
Percentual	99,94%	99,74%

Fonte: Serviço de Estatística/Sejud

#### 5.5.7 Elaboração de cálculos aritméticos e judiciais

No ano de 2013, o setor de Serviço de Cálculos realizou atualizações de valores em processos administrativos e cíveis, além de precatórios requisitórios do Estado do Ceará, do Município de Fortaleza e demais municípios deste Estado, perfazendo um total de 1.232 cálculos judiciais (dados do sistema SPROC). Já no interstício de 1º/01/2014 a 11/11/2014 foram realizados 815 cálculos judiciais.

#### 5.6 Estatística processual da Consultoria Jurídica

No decorrer do ano de 2014, entraram no fluxo de trabalho da Consultoria Jurídica um total de 1.617 processos administrativos, tratando, no mais das vezes, de direitos e deveres de servidores ou magistrados, bem como de licitações, contratos administrativos e apuração de responsabilidade de contratados. Nesse mesmo interregno, saíram da Consultoria Jurídica 1.619 processos administrativos, número superior ao dos que deram entrada. Seguem os relatórios sintético e analítico dos Processos Administrativos tramitados na Consultoria Jurídica em 2014:



Tabela 25 – Processos Administrativos Tramitados na Consultoria Jurídica – Ano 2014

Unidade	Entrada	Saída	Arquivado	Saldo	Tramitado
Consultoria Jurídica	710	679	68	117	864
Dep. de Execução e Controle Patrimonial	6	8	0	1	9
Dep. de Execução e Controle Processual	899	928	5	37	970
Div. de Distribuição e Controle de Feitos	2	4	0	0	4
Total	1.617	1.619	73	155	1.847

Fonte: Consultoria Jurídica

Por outro lado, é de se ver, outrossim, que em relação aos Processos Judiciais (Pedidos de Suspensão de Liminar, Agravos, Recurso Extraordinário ou Especial etc.), o número de casos solucionados (716) supera em 41,78% o dos que entraram em 2014 (340).

Em virtude disso, se promovida uma análise comparativa dos números de 2014 com os de 2013, pode-se verificar que, nesse período, houve uma redução de, aproximadamente, 62,05% no acervo de processos conclusos ao Presidente, implicando um sensível e notório descongestionamento no fluxo de trabalho do Sistema e-SAJ Judicial.

Confira-se, a seguir, o relatório dos Processos Judiciais que entraram e saíram da Consultoria Jurídica no decorrer de 2014:

Tabela 26 – Processos Judiciais no ano de 2014

Unidade	Acervo	Entrada 2014	Saída 2014	Saldo
Susp. de Lim. ou Ant. de Tutela	25	169	182	12
Agravo Regimental	117	109	132	94
Agravo	27	9	32	4
Susp. de Execução de Sentença	4	7	10	1
Embargos de Declaração	68	45	103	10
Reclamação	0	29	25	4
Agravo de Instrumento	16	3	18	1
Mandado de Segurança	0	1	1	0
Apelação / Reexame Necessário	16	0	16	0
Petição	1	1	2	0
Recurso Especial	66	91	156	1
Recurso Administrativo	0	2	1	1
Restauração de autos	0	1	1	0
Avocatória de autos	0	0	0	0
Habeas Corpus	0	12	12	0
Revisão Criminal	0	25	25	0
Conflito de Competência	0	1	1	0
Total	340	505	716	129

Fonte: Consultoria Jurídica

Finalmente, merece especial registro que, durante o ano de 2014, a Divisão Central de Contratos e Convênios atuou na elaboração de diversos contratos, convênios e aditivos, totalizando um montante de 477 atos formalizados, como se pode observar no quadro a seguir:

Tabela 27 – Contratos e Convênios firmados no ano de 2014

Contratos e Convênios Firmados	2014
Contratos Formalizados	46
Aditivos de Prorrogação de Contratos (sem ajustes)	37
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com ajustes)	27
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com inclusões)	5
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com supressões)	14
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com redução de valor)	1
Aditivos de Acréscimos	6
Aditivos de Alteração de Cláusulas	4
Aditivos de Realinhamento	13
Atas de Registros de Preço	32
Convênios	9
Convênios de Cessão de Servidores	194
Aditivos de Convênios	18
Termos de Concessão de Uso	71
Total	477

Fonte: Consultoria Jurídica

#### 5.7 Estatística processual da Assessoria de Precatórios

A Assessoria de Precatórios (Asprec), cumprindo recomendações da Corregedoria Nacional de Justiça, passou a realizar análise processual de todos os precatórios em trâmite, com o fim de identificar o cumprimento da fase processual do art. 730 do CPC, o que implicou na confecção de pareceres jurídicos e decisões, além da realização de diligências juntos aos juízos de origem de diversos feitos, de modo a permitir que fossem auditadas as contas de atualização (2013):

Tabela 28 – Atividades realizadas em cumprimentos a Portaria nº 383/2013

*	
Ações	Quantidade
Análise em observância do rito do art. 730 do CPC	1.100
Decisões sobre a regularidade da expedição dos precatórios	823
Decisões determinando a expedição de ofício ao Juízo da Execução solicitando informações requeridas pelo Serviço de Cálculos	41
Decisões determinando a expedição de ofício ao Juízo da Execução solicitando informações para o complemento dos autos de precatórios	231
Decisões determinando o cancelamento de precatórios	16

Fonte: Assessoria de Precatórios



Cumpridos os fins da Portaria nº 383/2013, a atividade de análise de precatórios se tornou uma rotina de trabalho aplicada a todos os precatórios novos ingressados na ASPREC, bem como àqueles já em tramitação que demandam nova análise, seja jurídica ou de cálculos, em virtude de novas peças encaminhadas aos autos ou incidentes processuais neles ocorridos.

Além dessa atividade, o setor, exercendo ordinariamente suas atribuições, expediu ofícios requisitórios conforme tabela abaixo:

 $Tabela\ 29 - Ofícios\ Requisit\'orios - 2013$ 

Ofício	Estado	Município de Fortaleza	Interior	INSS	Total
Precatório	71	1	13	3	88
RPV	12	0	0	3	15

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 30 – Ofícios Requisitórios – 2014

Ofício	Estado	Município de Fortaleza	Interior	INSS	Total
Precatório	32	19	6	0	57
RPV	10	0	0	0	10

Fonte: Assessoria de Precatórios

# 6. Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação

#### 6.1 Virtualização dos precatórios

Foi obtida a cessão, junto ao TJMS, do SAPRE (Sistema de Administração de Precatórios), cujo uso, aprovado em Resolução do Órgão Especial nº 13, de 18 de outubro de 2013, permite o eficaz envio, cadastro e controle de precatórios, bem como a inserção de todos os precatórios no sistema SAJ (Sistema de Automação da Justiça), tornando virtual a tramitação dos precatórios.

Como o SAPRE cuida apenas do gerenciamento financeiro do precatório e das contas especiais, a Presidência do TJCE determinou ainda, de modo a imprimir maior transparência e celeridade na tramitação do precatório, a adoção do sistema SAJ-SG para o processamento dos requisitórios. Para tanto, todos os processos físicos de precatórios e RPVs sofreram o processo de virtualização, trabalho que compreende a higienização, a digitalização, autuação, importação, indexação, assinatura, liberação das peças nos autos e distribuição de todos os feitos, ações desenvolvidas pela Assessoria de Precatórios em parceria com a Secretaria Judiciária, com a Assessoria Institucional e com a Secretaria de Tecnologia da Informação. O projeto, desenvolvido em 2013, está em continuidade no que pertine à digitalização e inserção no SAJ das peças rotineiramente protocoladas em meio físico pelos credores.

Após a virtualização, a consulta aos autos, até então apenas presencial, foi disponibilizada na *internet* para os advogados e partes por meio de senha eletrônica fornecida pela Assessoria de Precatórios.

Quanto à implantação do SAPRE, é necessário apontar que a funcionalidade "cadastro e envio de precatórios" está em plena utilização pelos juízos da execução (1° e 2° graus). Entretanto, a ferramenta de controle e atualização de cálculos de precatórios ainda está em fase de testes pela Setin/TJCE para posterior implantação.



# 6.2 Sistemas, portais e formulários

No biênio 2013-2014, diversos sistemas, portais e formulários eletrônicos foram disponibilizados ou passaram por evoluções, sendo os mais relevantes apresentados da seguinte forma: implantação de novos sistemas, evoluções em sistemas implantados, integrações entre sistemas, implantação ou melhoria de portais e disponibilização de formulários eletrônicos.

Tabela 31 - Implantação de novos sistemas

Sigla	Descrição
SAJADM – SCL	Sistema de Compras e Licitações
SAJADM – GRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
CADARM	Sistema de Controle de Armas
SIOGE	Sistema de Ouvidoria
SBJE	Sistema de Busca de Juizados Especiais (permite, de forma ágil, a localização das unidades de JECC em uma determinada área)
SIME	Implantação do Sistema SIME para uso das Unidades Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e Central de Conciliação do 2º Grau
РЈЕ	Processo Judicial Eletrônico (sistema desenvolvido pelo CNJ e implantado nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais dos JECC's)
PEIS	Portal de Envio de IRPF para Servidores
VWACESSO	Sistema de controle acesso às dependências das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense
SAPRE	Sistema de Administração de Precatórios (cedido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, gerido pela Assessoria de Precatórios - permite o envio de oficios requisitórios, gerados pelas ações de 1º e 2º graus, para a Assessoria de Precatórios)

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 32 - Evoluções em Sistemas Implantados

Sigla	Descrição
	Implantação do Processo Eletrônico na 1ª Turma Recursal Fazendária, utilizando o sistema SAJ-SG
SAJ	<ul> <li>Integração dos sistemas SAJ-PG e SAJ-SG disponibilizando:</li> <li>Envio de recursos da classe Apelação do SAJ-PG para o SAJ-SG;</li> <li>Devolução de recursos da classe Apelação do SAJ-SG para o SAJ-PG;</li> <li>Envio de ações com pedido de Diligência e Declínio de Competência do SAJ-SG para o SAJ-PG;</li> <li>Envio de recursos mais de uma vez do PG para o SG.</li> </ul>
	Disponibilização de um novo fluxo digital no SAJ-SG para contemplar atividades de arquivamento e desarquivamento de processos judiciais eletrônicos de segundo grau, pela Divisão de Arquivo e Departamentos da Sejud.
	Disponibilização de nova versão do SAJ-SG para acesso via internet.

Continua

#### Conclusão

Sigla	Descrição		
SAJ	Implantação do módulo de Voto Provisório, possibilitando a votação antecipada em julgamento de processos		
PJe	Evolução do PJe para a versão 1.6.5.18 que incluiu correções de erros e implantação de novas funcionalidades relacionadas a movimentação e localização de processos, elaboração de expediente, assinatura em lote e destaque em processos sigilosos		
SCON	Atualização estrutural do sistema de publicação de conteúdos (SCON)		
SAJADM	Implantação do Módulo de Gestão de Convênios		
SIGNO	Inclusão do módulo de boletins de notícias		
DESEMPENHO	Evolução do Sistema de Ascensão Funcional para adequação às ascensões do exercício atual		
SAPRE	Adequação do sistema obtido do TJMS à realidade do TJCE e importação de dados dos credores dos precatórios do SAJ		

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 33 - Integrações entre Sistemas

Descrição
Integração do Sistema Financeiro (SAJADM) com serviços (WebServices) disponibilizados pela SEFAZ
Integração entre os sistemas SPROC (TJCE) e Arquimedes (PGJ)
Integração entre o sistema SAJ (TJCE) e sistema da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza (PGM)
Integração entre os sistemas SAJ e SAPRE para importação dos dados dos Credores

Fonte: Secretaria de tecnologia da Informação

Tabela 34 - Implantação/Melhoria de Portais.

Descrição			
Novo Portal da Internet do Poder Judiciário			
Novo Portal de Licitações do TJCE			
Portal da Central do Conhecimento			
Portal da Sala de Situação (disponível inclusive para tablets e smartphones)			
Portal de Autoridades para a Assistência Militar			
Portal do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (NUPEMEC)			
Portal do Planejamento Estratégico 2015 – 2020.			
Portal da Coordenadoria da Infância e Juventude			
Portal da Secretaria de Administração (Secad)			
Portal do Coordenaria da Infância e da Juventude (CIJ)			
Reformulação do Portal de Precatórios			
Reformulação do Portal da ESMEC			
Reformulação do Portal da Transparência			

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



Tabela 35 - Disponibilização de Formulários Eletrônicos

Formulários Eletrônicos
Formulário para inscrição nos cursos ofertados pelo TJCE
Formulário para cadastramento de peritos, intérpretes e tradutores através da Internet
Formulário para cadastro de currículo dos novos concursados
Formulário para pesquisa de clima organizacional
Formulário para inscrição da Creche Escola do TJCE

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

# 6.3 Infraestrutura de tecnologia da informação

Objetivando o aprimoramento da infraestrutura de tecnologia da informação do Poder Judiciário cearense, diversas ações foram realizadas entre 2013 e 2014, entre as quais se destacam:

Tabela 36 - Ações em Infraestrutura

Infraestrutura	Descrição
Infraestrutura de Rede	Duplicação da velocidade de transmissão de dados nas comarcas de entrância final do interior do estado e nas comarcas de Crato e Barbalha
	Configuração e disponibilização de rede WiFi nas comarcas de Crato e Barbalha, no Tribunal do Povo e na Assessoria de Precatórios do TJCE
Equipamentos	Distribuição de 221 notebooks aos Magistrados do Poder Judiciário
	Instalação de 1.000 <i>no breaks</i> para garantir fornecimento de energia à rede de dados do Poder Judiciário e para os computadores das comarcas do interior do estado
	Distribuição e instalação de 2.148 microcomputadores, sendo 1.148 doados pelo CNJ para unidades judiciárias do Fórum FCB, Sobral, Tauá, Iguatu, Juazeiro, Quixeramobim e Região Metropolitana de Fortaleza
Certificação Digital	Emissão de 1.345 Certificados Digitais para Magistrados e Servidores
Atendimento	Implantação de nova ferramenta de gestão de central de serviços de TI, proporcionando maior transparência no acompanhamento online dos chamados

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

# 6.4 Projetos conduzidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Durante o biênio 2013-2014, a Secretaria de Tecnologia da Informação concluiu 17 projetos alinhados ao Planejamento Estratégico de tecnologia da informação e comunicação e chega ao quarto trimestre de 2014 com outros 14 projetos ativos no seu portfólio, sendo que, destes, 12 se encontram com mais de 50% de execução, conforme apresentado nas tabelas a seguir.

Entre os benefícios alcançados com os projetos, destacam-se: a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em 10% das unidades do Poder Judiciário cearense (conforme determinação do CNJ), que visa à unificação dos sistemas processuais eletrônicos; a otimização do trabalho de servidores de outras áreas; a centralização das informações pessoais, através da substituição de sistemas obsoletos por soluções integradas para controle de recursos humanos; e a melhoria do monitoramento de recursos de infraestrutura de TI.

Tabela 37 - Projetos Finalizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades envolvidas
Implantação do Pje	Implantação do sistema PJe nos juizados especiais da capital e nas turmas recursais	<ul><li>a) Sejud</li><li>b) Comissão de Informática</li><li>c) Coordenação dos JECCs</li></ul>
Expansão do Pje	Implantação do sistema PJe em todos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Ceará (interior)	a)Setin b)FCB
Sistema de Gestão de Recursos Humanos – GRH	Implantação de sistema para gestão de recursos humanos	a) Setin b) SGP
Sistema de Compras e Licitações - SCL	Implantação de sistema para o acompanhamento automatizado dos processos de solicitação de aquisição, lançamento de edital, licitação e compra de produtos e serviços	<ul><li>a) Setin</li><li>b) Comissão Permanente de Licitação</li><li>c) Secad</li></ul>
Ferramenta de busca a Juizados Especiais	Desenvolvimento de uma ferramenta de busca a Juizados Especiais a ser incorporada ao site do Poder Judiciário cearense	a) Setin b) FCB
Cálculos Judiciais	Implantação de funcionalidades de cálculos de atualização monetária de 1° e 2° graus e treinamento de usuários do setor de contadoria e setor de cálculos nas novas funcionalidades de cálculos judiciais	, ,
Virtualização de Precatórios	Adequação tecnológica do módulo de cadastro do sistema SAPRE para o ambiente tecnológico do Poder Judiciário cearense	
AR Digital - 1° Grau	Implantação de solução de envio de AR de forma eletrônica e integrada ao sistema dos Correios	a) Setin b) Fórum Clóvis Beviláqua
Notebooks para o Judiciário Cearense	Fornecimento de equipamento móvel (notebooks) para o Judiciário cearense	a) Setin b) Secad
No breaks para Infraestrutura do TJCE	Aquisição de <i>no breaks</i> para infraestrutura de comunicação e servidores – interior e capital	a) Setin b) Secad

Continua



# Conclusão

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas
NOC	Contratação de serviço de monitoramento da infraestrutura de TI através de modernas ferramentas de controle	Setin
Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI	Contratação de serviços de consultoria para amadurecimento da gestão em Segurança da Tecnologia da Informação	Setin
Plano de Continuidade / Contingência	Contratação de serviços de consultoria técnica para elaboração de Plano de Contingência de Tecnologia da Informação	Setin
Aquisição de Software de Backup	Ampliar a capacidade do TJCE na realização de <i>backup</i> e <i>restore</i>	Setin
Licenças para estações de trabalho e servidores de rede	Aquisição de licenças para estações de trabalho e servidores de rede para modernização do parque computacional do TJCE	<ul><li>a) Setin</li><li>b) Todas as unidades do Poder</li><li>Judiciário Cearense</li></ul>
Extensão da Garantia dos Servidores DELL	Extensão da garantia dos equipamentos de processamento de dados (servidores DELL) pertencentes ao Tribunal de Justiça do Ceará	Setin
Ferramenta Anti- Spam	Contratação de ferramenta de proteção para serviço de correio eletrônico do TJCE	Setin

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 38 - Projetos em Andamento pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Selo Extrajudicial Digital	Desenvolvimento e implantação de solução para utilização do Selo Extrajudicial Digital.	a) Sefin b) Corregedoria Geral de Justiça c) Setin	98%	Realização
Unificação do Sistema de Ponto	Fornecimento de equipamentos para solução de controle de registro de ponto biométrico às unidades jurisdicionais.	a) Setin b) SGP	94%	Realização
Solução de Gerenciamento de Service Desk	Aquisição de software para Gerenciamento de Service Desk com base nas melhores práticas do ITIL.	a) Setin	93%	Realização
Serviço de Impressão	Contratação de serviços de impressão e digitalização de documentos.	a) Setin b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense	90%	Realização
Renovação de Licenças - AIX	Renovação do sistema operacional do servidor de banco de dados (AIX).	a) Setin	81%	Realização
Modernização dos Portais TJCE	Implantação dos novos Portais Intranet e Internet do TJCE.	a) Seplag	34%	Realização

Continua

Conclusão

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados - Oficiais de Justiça	Integração do módulo de controle de mandados judiciais ao sistema SAJ-SG, no âmbito do 2º grau, possibilitando a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais através deste sistema	a) Setin b) Sejud	72%	Realização
Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais	Aquisição da Ferramenta de Visualização de Informações Gerenciais	<ul><li>a) Setin</li><li>b) Seplag</li><li>c) Sejud</li></ul>	72%	Realização
Construção do sistema acadêmico da ESMEC	Construção do sistema SESMEC para apoio à Escola Superior da Magistratura	a) Setin b) Esmec	70%	Realização
Solução de Serviços de Service Desk	Contratação de serviços de atendimento e suporte em Tecnologia da Informação para o Poder Judiciário cearense	a) Setin	65%	Realização
INTEGRAJUS	Projeto para integração das informações criminais entre TJCE, SSPDS e Sejus	<ul><li>a) Fórum Clóvis</li><li>Beviláqua</li><li>b) Sejud</li><li>c) Sejus e</li><li>SSPDS</li></ul>	60%	Realização
Implantação do SAJ em Maracanaú	Implantação do Sistema SAJ para controlar os processos que tramitam em papel, em substituição ao sistema SPROC, e as novas ações de forma eletrônica na comarca de Maracanaú, excetuando a unidade dos juizados especiais desta Comarca.  Implantação do módulo de controle da Central de Mandados do sistema SAJ na comarca de Maracanaú.	a) Fórum Clóvis Beviláqua b) Fórum de Maracanaú c) Setin d) Sejud	54%	Realização
Sala de Audiência - Gravação, Áudio e Vídeo	Aquisição de equipamentos que permitam a gravação de áudio e vídeo das salas de audiência	<ul><li>a) Fórum Clóvis</li><li>Beviláqua</li><li>b) Comissão de Licitação</li><li>c) Secad</li></ul>	50%	Realização
Renovação das Estações de Trabalho	Aquisição de 3.019 microcomputadores para renovação do parque tecnológico do Poder Judiciário cearense.	a) Setin b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense	3%	Concepção

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

# 6.5 Projetos conduzidos pelo Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua

# 6.5.1 Projeto de digitalização de processos

Foram criados cinco núcleos de digitalização, compostos de infraestrutura tecnológica para digitalização, bem como de equipe especializada para realizar todas as etapas necessárias à digitalização. A execução da conversão dos processos físicos em digitais



atendeu todas as secretarias cíveis, tendo sido digitalizados 77.000 processos, totalizando aproximadamente 75% do acervo em tramitação nas varas cíveis.

#### 6.5.2 Projeto de migração de dados processuais

Criado com o objetivo de realizar a migração dos dados processuais dos sistemas legados para o Sistema SAJ, buscando a unificação da base de dados. Foram submetidos à migração, em sua totalidade, os processos das seguintes unidades da Comarca de Fortaleza: Varas Cíveis, Varas Criminais, Vara da Auditoria Militar, 2ª Vara de Sucessões, Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas da Infância e da Juventude, além da migração por demanda de processos redistribuídos no SProc, oriundos do interior, para as diversas unidades virtualizadas, totalizando 809.344 processos migrados.

#### 6.5.3 Implantação da governança de TI através da metodologia Cobit

Implantado no Departamento de Informática a governança em Tecnologia da Informação baseada na metodologia do Cobit.

#### 6.5.4 Implantação do processo de execução criminal – PEC para as varas criminais

Implantado no sistema SAJ-PG de procedimento para cadastramento do Processo Executório Criminal - PEC de forma digital.

#### 6.5.5 Projeto de implantação do AR digital

Tem como objetivo permitir que as correspondências referentes à emissão de Carta de Citação possam ser automática e digitalmente enviadas aos Correios. A implantação da funcionalidade foi concluída em novembro de 2014.

#### 6.5.6 Implantação do cadastro nacional de advogados no portal e-SAJ

Implantado com o objetivo de permitir que advogados de outros Estados possam se habilitar no peticionamento eletrônico do Portal e-SAJ sem a necessidade de se deslocarem ao Estado do Ceará.

# 7. Otimização de Procedimentos

# 7.1 Padronização e normatização para instituição dos trabalhos em grupo

No campo da padronização organizacional, foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão proposta contendo os parâmetros para criação, denominação e remuneração dos grupos de trabalho do TJCE, com o objetivo de disciplinar e padronizar a instituição e o funcionamento dos referidos grupos. Após minucioso estudo técnico, a proposta foi finalizada e encaminhada à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Convém salientar que o estudo contemplou a catalogação e atualização de todos os grupos de trabalho existentes no TJCE.

# 7.2 Sistema de Padronização Organizacional (SPO)

Visando à instituição de normas para elaboração, identificação e controle de documentos no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foi desenvolvido pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão o Sistema de Padronização Organizacional – SPO (Portaria nº 1.464/2013), com a elaboração, a padronização e a disponibilização de modelos de documentos administrativos, que foram divididos em dois Módulos, a saber:

- Sistema de Atos Normativos, com modelos de Ata de Sessão, Ata de Reunião, Certidão, Declaração, Edital, Informação, Memorando, Nota Técnica, Ofício, Parecer, Portaria, Provimento, Requerimento, Resolução, Termo de Referência e Projeto Básico;
- ii. Sistema Normativo Administrativo, com modelos de Formulário e Manual.

# 7.3 Estudo organizacional do Gabinete da Presidência

Com intuito de otimizar os processos de trabalho do Gabinete da Presidência do TJCE, foi realizada por parte da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão a análise de seus processos de negócio, que resultou na otimização e formalização de suas rotinas, com a elaboração dos seguintes produtos:

- i. Diagnóstico Organizacional;
- ii. Manual de Atribuições;



- iii. Manual de Orientações ao Atendimento;
- iv. Manual de Orientações ao Protocolo;
- v. atualização do organograma do Gabinete da Presidência.

# 7.4 Padronização dos procedimentos de emissão e recebimento de atestados de capacidade técnica (Meta 17/2013 do CNJ)

Em atendimento à meta 17 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, que tem por objetivo desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos, foi realizada a padronização dos procedimentos para emissão e recebimento de atestados técnicos, com a elaboração de "Modelo padrão para emissão de Atestados de Capacidade Técnica".

### 7.5 Elaboração de metodologia para diagnóstico organizacional

Foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão metodologia para realização de Diagnósticos Organizacionais, contendo orientações para o desenvolvimento de trabalhos desta natureza, além da criação do "Roteiro de Elaboração de Diagnóstico Organizacional".

### 7.6 Normatização e manualização dos serviços do Núcleo de Terceirização

Em atendimento à recomendação da Auditoria Interna do TJCE, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão mapeou os processos de trabalho do Núcleo de Terceirização e normatizou seus processos e procedimentos internos, além da elaborar do "Manual de Terceirização", documento disponibilizado para os gestores e servidores do TJCE na Central do Conhecimento.

### 7.7 Elaboração de metodologia de gestão por processos

Com intuito de disseminar e implantar a cultura de gestão por processo, além de padronizar as iniciativas desta natureza, foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão a "Metodologia de Gestão por Processos" que estabelece padrões, processos e atividades, papéis e responsabilidades, ferramentas e técnicas, bem como modelos de documentos para a realização da Gestão por Processos, contemplando:

- i. Desdobramento da Estratégia em Processos;
- ii. Execução de Projetos de Transformação;
- iii. Gestão do Dia-a-Dia;
- iv. Modelagem de Processos.

### 7.8 Redesenho de processos

Foram realizados, pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, projetos com vistas a definir fluxos de trabalho de processo, incluindo análise e padronização de atividades e formulários, bem como sua manualização e sua normatização. Como produto, foi elaborado um conjunto de documentos e de normativos fundamentais à regulamentação dos seguintes processos:

- i. aquisições: bens de consumo e permanentes; soluções de TI; serviços de engenharia e de consultoria;
- ii. diárias;
- iii. digitalização e importação de processos judiciais;
- iv. protocolo e cadastro de petições;
- v. auto de prisão em flagrante;
- vi. inquérito policial.

Cabe ressaltar que os Manuais de Aquisições e de Diárias (dentro e fora do Estado) estão disponibilizados para os gestores e servidores do TJCE na Central do Conhecimento.

### 7.9 Estudos para reestruturação de unidades

Em atendimento às demandas de criação de unidades judiciárias e de elevações de comarcas, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão realizou estudos com a elaboração de pareceres envolvendo:

- i. elevação das Comarcas de:
  - a) Crato;
  - b) Iguatu;
  - c) Juazeiro do Norte;
  - d) Maracanaú;



- e) Sobral;
- f) Itaitinga;
- g) Jaguaribe.
- ii. implantação de vara especializada de Infância e Juventude na Comarca de Juazeiro do Norte;
- iii. criação de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- iv. alteração dos artigos 77 e 79 do Código de Organização Judiciária.

## 7.10 Racionalização, mapeamento e manualização de procedimentos e rotinas de trabalho alusivos à tramitação processual no 2º Grau

O projeto tem como objetivos, dentre outros, analisar, racionalizar e padronizar as rotinas, de maneira a identificar problemas (gargalos/sobreposição) de atividades, o tempo de execução em cada atividade e a possibilidades de delegação, evitando retrabalhos, bem como produzir documentação contendo o mapeamento do fluxo do andamento processual e o Manual de Normas e Procedimentos Internos. Atualmente, o projeto encontra-se em fase de execução, sob coordenação da Secretaria Judiciária.

### 7.11 Manualização dos procedimentos de auditoria

O Manual de Procedimentos de Auditoria foi editado em janeiro de 2013, objetivando a definição de procedimentos e padrões de auditoria, a uniformização de papéis de trabalho e o fornecimento de diretrizes gerais para planejamento, execução e monitoramento dos trabalhos de auditoria, possibilitando à unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno cumprir suas atividades sob as normas técnicas de auditoria e observância aos princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade.

Em maio de 2014, o manual foi atualizado com o objetivo de adequar às normas previstas na Resolução nº 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça, bem como atualização acerca da previsão da Constituição Estadual quanto ao Controle Interno da Administração Pública Estadual, consoante Emenda Constitucional Estadual nº 75, de 20 de dezembro de 2012.

Com a disponibilização desta ferramenta técnica, necessária para maior controle e confiabilidade no planejamento e na execução das atividades fiscalizatórias, pretende-se contribuir para dar maior qualidade aos trabalhos de auditoria, de sorte a favorecer o fortalecimento dos controles internos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

### 7.12 Manualização e otimização de precatórios

Foi disponibilizado no sítio eletrônico do TJCE, além da normatização reguladora da matéria relacionada aos precatório e às RPV, o Manual de utilização do Sistema de Administração de Precatórios – SAPRE, para consulta de todos os interessados. Cuidou-se, também, de encaminhar o referido material a todas as unidades jurisdicionais.

Demais disso, encontra-se em desenvolvimento o Manual de Precatórios do TJCE, onde deverão estar disciplinadas todas as rotinas de trabalho inerentes ao precatório, desde a sua expedição até o efetivo pagamento, projeto este que deverá ser concluído até dezembro de 2014.

Buscando, ainda, otimizar o pagamento dos precatórios, a Asprec adotou, em 2014, a rotina do provisionamento dos valores de precatórios cujo pagamento já seria possível em razão da posição na lista cronológica (caso de o precatório ocupar a primeira colocação) e da existência de recursos para tanto, mas que não pode ser realizado por ainda carecer o precatório de providências que competem aos interessados (habilitação dos herdeiros de credores falecidos e partilha na forma da lei sucessória, ausência e localização do credor e seus dados bancários, por exemplo). O objetivo dessa ação consiste em permitir o regular e legal pagamento do precatório seguinte àquele já garantido pela reserva.

Atendendo recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça, foi alterado o artigo 25 da Resolução nº 10/2011 do Órgão Especial do TJCE para permitir que o pagamento dos precatórios fosse realizado diretamente à conta pessoal indicada pelos credores, dispensando, assim, a confecção e entrega de alvarás.

A rotina relacionada aos pedidos de prioridade também foi otimizada com a edição da Resolução nº 13/2013 do Órgão Especial do TJCE, permitindo que os pedidos fossem apresentados em processos incidentes aos respectivos precatórios, o que facilitou a identificação dos pedidos e acelerou a análise e pagamento preferencial previsto no § 2º do artigo 100, da CF/88.

Também consistiu em ação voltada à otimização dos precatórios, planejada em 2013 e implantada em 2014, a realização de reuniões com os gestores públicos de municípios



devedores de precatórios inseridos no regime especial de pagamento, na modalidade anual, objetivando garantir o pagamento da dívida de precatórios no ano de 2014 por meio de retenção mensal do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Colheu-se, como resultado dessa ação, a autorização de 20 municípios para o referido bloqueio.

### 7.13 Automação de processos de trabalho da TI

Foi instituído, na Secretaria de Tecnologia da Informação, grupo de automação de processos de trabalho, constituído de servidores da própria secretaria, atuando de forma autodidata, que culminou na construção de 12 processos automatizados, com 31 versões desenvolvidas e implantadas. Na tabela a seguir estão relacionados os referidos processos e as respectivas áreas demandantes.

Tabela 39 - Processos Automatizados

Demandante	Processo	Descrição
Fórum Clóvis Beviláqua	Cumprir Alvará de Soltura	Auxilia na gestão operacional da localização (por parte da CIAAC) de presos que tiveram um alvará de soltura expedido
	Requisitar Preso para Audiência	Auxilia na gestão operacional da localização (por parte da CIAAC) de presos que devem comparecer a audiências
Seplag (TJCE)	Planejar Projeto	Orquestra as atividades de elaboração de artefatos das fases iniciais de projetos, de acordo com a metodologia do ECP (Escritório Corporativo de Projetos)
	Conceder de Permissão ao Repositório de Arquivos	Gerencia as solicitações de concessão de permissão a repositórios de arquivos (armazenados na tecnologia SVN)
TJCE (diversas áreas)	Criar Repositório	Auxilia na gerência de solicitações de criação de repositórios (na tecnologia SVN)
	Incluir Usuário em Processo	Auxilia a criação de usuário na ferramenta de automatização de processos utilizada no TJCE (Bonita XP)
Setin (TJCE)	Acompanhar Projetos	Orquestra as tarefas do ciclo de vida de um projeto da Setin, estando alinhado com a metodologia do ECP e do escritório de projetos da Setin
	Automatizar Processo	Define as atividades necessárias para se atender pedidos de automação de processos, advindos de qualquer unidade judiciária do TJCE e priorizados pela Setin

#### Conclusão

Demandante	Processo	Descrição
Setin (TJCE)	Processo de Desenvolvimento de Software (PDS)	Orquestra o trabalho realizado para a criação de um novo software
	Desenvolver Versão de Sistema	Subprocesso do PDS, relacionado ao desenvolvimento de uma versão de sistema
	Criar Projeto no Redmine	Auxilia no atendimento a solicitações de criação de projetos na ferramenta interna de gestão de tarefas da Setin ( <i>Redmine</i> )
	Solicitação de Publicação de Conteúdo	Gerencia as publicações (no site da Intranet e Internet) solicitadas por diversos usuários do TJCE

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

### 7.14 Oficinas de modelagem e simplificação de processos

Foram realizadas no Fórum Clóvis Beviláqua quatro oficinas de modelagem e simplificação de processos, permitindo a análise e melhoria de processos dos seguintes departamentos do Fórum: Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais, Departamento de Informática, Departamento de Administração e Departamento de Patrimônio.

### 7.15 Elaboração de procedimento gerenciais e instruções de trabalho

Após as oficinas de Modelagem e Simplificação de Processos, foram descritos os principais procedimento gerenciais (PGs) e as principais instruções de trabalho (ITs). Atualmente, existem 80 procedimentos gerenciais descritos, os quais estão disponíveis na *intranet* do Fórum Clóvis Beviláqua.

### 7.16 Implantação da Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública

A Secretaria Única da Fazenda Pública encontra-se instalada sob a forma de projeto piloto, conforme termos da Portaria nº 03/2014. Em decorrência desse caráter experimental, foi implantada sob a forma de comissão temporária (composta por um coordenador, dois supervisores e até 35 servidores. Mensalmente, é realizado um levantamento estatístico do desempenho das atividades, tanto da Secretaria Única, como dos Gabinetes. No cômputo geral, considerando o período de funcionamento da Secretaria Única



(de janeiro a outubro de 2014), em comparação com o mesmo período do exercício anterior, tem-se um incremento significativo conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 40- Resultados da Secretária Única

Atos/Expedientes	jan-out/2013	jan-out/2014	Incremento (%)
Expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás	10.607	15.668	47,71%
Encaminhamento/Publicação no DJ	35.141	38.887	10,66%
Devolução de carta precatória	846	1.690	99,76%
Despachos	25.837	36.436	41,02%
Decisões	7.413	11.265	51,96%
Sentenças	6.525	6.691	2,54%
Movimentações	119.026	160.465	34,82%

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

### 7.17 Melhorias procedimentais nas unidades do Fórum Clóvis Beviláqua

### 7.17.1 Seção de Certidões

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Seção de Certidões:

- i. aplicação da Resolução do CNJ nº 121/2010 para a expedição de certidões de antecedentes criminais;
- ii. atualização do Manual de Procedimentos para Expedição de Certidões de Antecedentes Criminais:
- iii. implantação do Malote Digital; 4) implantação de Pesquisa de Satisfação;
- iv. envio para trituração e doação dos documentos não retirados pelos interessados em tempo hábil como parte das ações de responsabilidade ambiental;
- v. emissão das certidões em frente e verso, conforme determina a Portaria nº 863/2006, o que resultou numa economia de cerca de 30% no consumo de papel.

### 7.17.2 Protocolo e Distribuição

Foram realizadas as seguintes melhorias nos setores de protocolo e distribuição:

- i. contratação de novos funcionários;
- ii. diminuição do tempo de entrega de petições;
- iii. otimização da remessa de processos e petições às varas;

- iv. adequação da divisão dos Serviços de Distribuição Cível e Penal, com a finalidade de melhor organizar e otimizar as atividades correlatas de cada Serviço, proporcionando celeridade ao serviço prestado;
- v. implantação do Projeto CAF Compartilhar, Alinhar e Finalizar;
- vi. instalação de Núcleo de Digitalização;
- vii. mudança no recebimento e na remessa das petições protocolizadas para encaminhamento ao Malote, que agora são devidamente conferidas;
- viii. criação de um balcão de atendimento prévio com o objetivo de fazer triagens;
  - ix. os documentos advindos do Malote Digital passaram a ser impressos em PDF para evitar a impressão em papel;
  - x. integração SAJ-PG/SAJ-SG.

Como resultado das ações obteve-se a remessa de processos para as varas com mais eficiência e eficácia: o mesmo número de processo que era remetido em um mês passou a ser remetido em menos de dois dias.

As tabelas a seguir detalham os resultados obtidos no âmbito do Serviço de Protocolo e do Serviço de Distribuição:

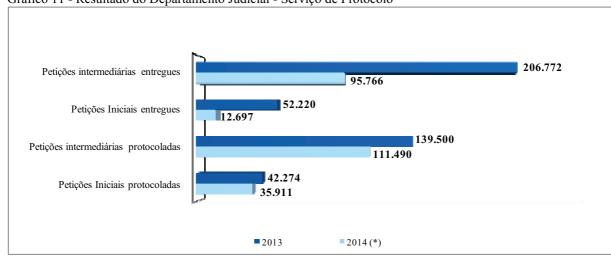


Gráfico 11 - Resultado do Departamento Judicial - Serviço de Protocolo

\*Dados atualizados até setembro/2014 Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



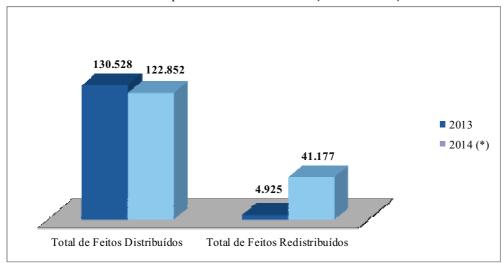


Gráfico 12 - Resultados do Departamento Judicial - Serviço de Distribuição

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

### 7.17.3 Núcleo de Apoio à Jurisdição

Foram realizados os seguintes projetos no âmbito do Núcleo de Apoio à Jurisdição (NAJ):

- Escuta de Crianças e Adolescentes em Processo de Guarda: em defesa do melhor interesse da criança;
- ii. Capacitação Continuada em Temas Relacionados à Psicologia, ao Serviço Social e ao Direito de Família;
- iii. Construção dos Fluxogramas, Procedimentos Gerenciais e Rotinas de Trabalho;
- iv. Proposta de criação do NUVEP Núcleo das Varas de Execução Penal, para a reinserção laborativa e social dos apenados em regime de livramento condicional;
- v. Interação entre o NAJ e as Varas de Família, para promover a interdisciplinariedade entre essas unidades.

<sup>\*</sup> Dados atualizados até setembro/2014

Média de Atendimentos e Laudos Realizados

949

694

762

802

2013.1 2013.2 2014.1 2014.2

Gráfico 13 – Resultado do Núcleo de Apoio à Jurisdição

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

### 7.17.4 Depósito Público

Foi realizada a destinação de bens inservíveis, conforme a Portaria nº 1.635/2014, cujo quantitativo gerou cerca de: 1.300 sucatas de bicicletas e ciclomotores; 300 monitores danificados; 6.000 artigos de couro, como bolsas, carteiras, cintos etc, completamente deteriorados; 100 cadeiras e mesas de plástico quebradas; e 31 carcaças de veículos sem vinculação processual, os quais foram destinados à reciclagem ou doados a instituições de utilidade pública, mediante lavratura de Termo.

### 7.17.5 Departamento de Recursos Humanos

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito do Departamento de Recursos Humanos:

- i. parceria com o Instituto Euvaldo Lodi para a contratação de estagiários;
- ii. implantação do novo Sistema de Gerenciamento de Postagens.

### 7.17.6 Serviço de Partilhas e Leilões

Foi efetivada a inclusão desse setor no fluxo do SAJ-PG, permitindo o encaminhamento de autos virtuais para a realização de partilhas determinadas pelas autoridades judiciais.



### 7.17.7 Seção da Contadoria

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito do Seção de Contadoria:

- i. implantação do Módulo de Cálculos Judiciais no Sistema SAJ, o qual se encontra em fase de testes;
- ii. criação do indicador Taxa de Congestionamento dos processos da Contadoria, que apresentou excelente progresso tendo reduzido de 55,39%, em 2012, para 34,28% em outubro de 2014, o que representou uma queda de 1.153 processos, em janeiro de 2013, para 525 processos atualmente.

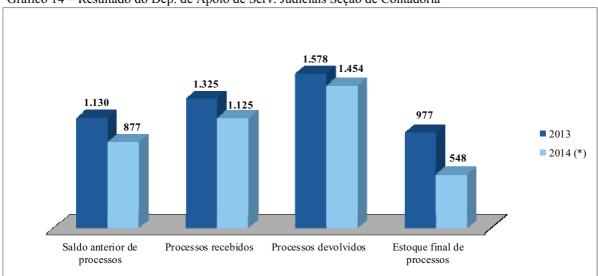


Gráfico 14 - Resultado do Dep. de Apoio de Serv. Judiciais Seção de Contadoria

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

### 7.17.8 Arquivo

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Seção de Arquivo:

- substituição de caixas e etiquetas de todo o acervo das Varas de Família, Júri e Falência (estimados em cerca 20 mil caixas). Em 2014, o trabalho foi estendido às outras especialidades, o que importou na troca de mais de 120 mil caixas e etiquetas;
- ii. padronização das atividades de arquivamento e desarquivamento de processos, por meio do Ofício Circular nº 82/2013 DIR;

<sup>\*</sup> Dados atualizados até outubro/2014

- iii. descarte de peças exordiais, autorizado pela Resolução nº 11/2010, e regulamentada pelo Provimento nº 18/2011. Já foram publicados 07 Editais de Ciência, relacionando 9.000 petições para descarte, das quais 5.057 petições iniciais foram descartadas (resultando num total de 833kg de papel), recolhidas e trituradas pela Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia;
- iv. criação do Serviço Interno de Digitalização de autos físicos arquivados para atender aos pedidos de desarquivamento.

### 7.17.9 Telejustiça

Melhoria da qualidade do atendimento por meio do desenvolvimento de ações voltadas a:

- i. capacitação e reciclagem em atendimento, resiliência e competências profissionais;
- ii. avaliações diárias do atendimento com a coleta de reclamações e sugestões dos usuários;
- iii. gerenciamento semanal das avaliações dos usuários;
- iv. criação e monitoramento dos indicadores setoriais;
- v. elaboração dos procedimentos gerenciais de atendimento e da alimentação das bases locais;
- vi. migração das bases locais para os servidores de produção do TJCE;
- vii. campanha de conscientização sobre a responsabilidade ambiental;
- viii. realização de reuniões semanais.

### 7.17.10 Central Integrada de Apoio à Área Criminal

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Central Integrada de Apoio à Área Criminal:

- i. fortalecimento das ações de integração dos sistemas do Judiciário e dos órgãos de segurança pública para agilizar a troca de informações;
- ii. implantação do fluxo automatizado do Alvará de Soltura;
- iii. implantação do fluxo automatizado do Ofício Requisitório de réu preso.



### 7.17.11 Gestão de Patrimônio, Bens e Serviços

Foram implementadas as seguintes ações:

- i. desenvolvimento de projeto para controle de solicitações de serviços que geram ordens de serviço (desenvolvido com a linguagem *Basic* do *Excel*);
- realização de visitas periódicas nas diversas Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (no total de 24) e realização dos serviços de manutenção necessários;
- iii. acompanhamento de contratos de serviços e fornecimento de bens de consumo pertinentes ao Fórum Clóvis Beviláqua;
- iv. acompanhamento de solicitações de serviços e materiais via CPA;
- v. elaboração mensal de relatórios e gráficos para acompanhamento dos itens movimentados pelo Almoxarifado;
- vi. maior controle do consumo de papel e copos descartáveis;
- vii. otimização no atendimento de requisições de materiais, gerando maior rapidez;
- viii. aperfeiçoamento da condução de veículos, prevenção de acidentes e o consumo consciente de combustíveis, através de cursos específicos;
  - ix. início da implantação do sistema de veículos "on line", que possibilitará que o usuário, através do CPA, requisite o veículo diretamente à Seção de Transporte.

## 8. Infraestrutura e Segurança

### 8.1 Construção de novos fóruns

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, envolvendo a construção de novos fóruns:

Tabela 41 – Projetos de construção de novos fóruns

Construção do novo fórum da comarca de Assaré		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Assaré	
Entregas Previstas	Edifício composto de uma vara, totalizando área construída de 770,89m² em terreno de 3.037,52m², conforme projetos construtivos	
Unidades Envolvidas	Secad e Setin	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído em junho/2014	
	Construção do novo fórum da comarca de Boa Viagem	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Boa Viagem	
Entregas Previstas	Edificio será composto de duas varas, totalizando área construída de 1.043,21m <sup>2</sup> em terreno de 2.516,95m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos	
Unidades Envolvidas	Secad e Setin	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído em novembro/2014	
	Construção do novo fórum da comarca de Crateús	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Crateús	
Entregas Previstas	O edifício será composto de três varas e JECC, totalizando área construída de 1.366,18m² em terreno de 4.696,95m², conforme projetos construtivos	
Unidades Envolvidas	Secad e Setin	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído em novembro/2014	
	Construção do novo fórum da comarca de Itapipoca	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Itapipoca	
Entregas Previstas	Edificio composto de três varas, totalizando área construída de 1.417,64m² em terreno de 6.040,46m², conforme projetos construtivos	
Unidades Envolvidas	Secad e Setin	
Progressos	40%	
Fase Atual	Execução da Obra	
	Construção do novo fórum da comarca de Várzea Alegre	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Várzea Alegre	
Entregas Previstas	Edificio composto de duas varas, totalizando área construída de 821,10m² em terreno de 3.000,00m², conforme projetos construtivos	
	Continua	



### Conclusão

Construção do novo fórum da comarca de Várzea Alegre (continuação)			
Unidades Envolvidas	Secad e Setin		
Progressos	20%		
Fase Atual	Orçamento		
Cor	nstrução do novo fórum da comarca de Senador Pompeu		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Senador Pompeu		
Entregas Previstas	Edifício composto de uma vara e JECC, totalizando área construída de 963,23m² em terreno de 4.490,29m², conforme projetos construtivos		
Unidades Envolvidas	Secad e Setin		
Progressos	13%		
Fase Atual	Elaboração de Projetos		
	Construção do novo fórum da comarca de Russas		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Russas		
Entregas Previstas	Edifício composto de duas varas, totalizando área construída de 1.285,39m² em terreno de 6.171,22m², conforme projetos construtivos		
Unidades Envolvidas	Secad e Setin		
Progressos	13%		
Fase Atual	Elaboração de Projetos		
	Construção do novo fórum da comarca de Milagres		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Milagres		
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, com Cartório Eleitoral, Ministério Público, depósito de bens, arquivo, Ministério Público e Cartório Eleitoral totalizando área construída de 822,22m² em terreno de 1.806,35m², conforme projetos construtivos		
Unidades Envolvidas	Secad e Setin		
Progressos	13%		
Fase Atual	Compatibilização de Projetos		

Fonte: Secretaria de Administração

### 8.2 Reformas e manutenções prediais

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, envolvendo a reformas e manutenções prediais:

Tabela 42 – Reformas e manutenções prediais

Reforma geral e ampliação de prédio do Poder Judiciário para abrigar o novo Juizado Especial Cível e Criminal - JECC de Aracati		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a reforma geral com ampliação do prédio que irá abrigar o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Aracati	
Entregas Previstas	Reforma geral do edifício existente será de 156,32m², afora os serviços nos muros, passeios e acesso principal. A ampliação corresponderá a um área de 61,82m² relativa a um depósito de bens, diretoria de secretaria, banheiros para servidores, espaço para rack e depósito de lixo	

Reforma geral e ampliação de prédio do Poder Judiciário para abrigar o novo Juizado Especial Cível e Criminal - JECC de Aracati (continuação)		
Unidades Envolvidas	Secad e Setin	
Progressos	87%	
Fase Atual	Execução da Obra	
Execução de reade	quações no prédio que abriga o Fórum Clóvis Beviláqua - FCB e Serviços de	
	complementação das instalações prediais do FCB	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de readequações no prédio que abriga o Fórum Clóvis Beviláqua	
Entregas Previstas	Serviços executados: alvenarias, painéis, esquadrias, instalações elétricas, telefônicas, lógica, instalações para o sistema de ar condicionado, demolições e remoções diversas	
Unidades Envolvidas	Secad e Fórum Clóvis Beviláqua	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído em julho/2014	
Projeto de co	ntratação de manutenção de subestações abrigadas e grupos geradores	
Objetivo	Prezar pela segurança dos utilizadores, manter as unidades citadas em condições adequadas de operação, reduzir o número de falhas consequentes da falta de manutenção, contribuir para o aumento da vida útil do equipamento e diminuir custos com manutenção corretiva	
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de subestações e grupos geradores	
Unidades Envolvidas	Juazeiro do Norte, Sobral, Caucaia, CDI, Palácio da Justiça e Fórum Clóvis Beviláqua (subestações abrigadas) e as unidades de Caucaia, Sobral, CDI e Fórum Clóvis Beviláqua (grupos geradores)	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
	Projeto de aproveitamento da água subterrânea	
Objetivo	Aproveitar a água proveniente do poço de drenagem do TJCE	
Entregas Previstas	Aquisição de equipamentos para promover o deslocamento e tratamento da água proveniente do poço de drenagem	
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
Eleva	ção do sistemas de refrigeração tipo VRF do Palácio da Justiça	
Objetivo	Evitar danos aos equipamentos devido ao acúmulo de água pluviais, assim como obter melhor rendimento dos equipamentos	
Entregas Previstas	Aquisição de plataformas e serviço de desinstalação e instalação dos equipamentos de refrigeração do tipo VRF	
Unidades Envolvidas	Gabinetes de Desembargadores	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
F	Recuperação dos detalhes da fachada do Palácio da Justiça	
Objetivo	Melhorar a estética da fachada e evitar acidentes com usuários devido à queda de material da estrutura	
Entregas Previstas	Recuperação e pintura dos detalhes da fachada do Palácio da Justiça	
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
Reforma da estação de tratamento de esgoto do Palácio da Justiça		
Objetivo	Adequar a estação de tratamento de esgoto para manter condições de operação	
Entregas Previstas	Estação de tratamento de esgoto reformada	
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído Continua	



Continuação	Controle de pragas e vetores	
	Contratação de Empresa para prestação de serviços especializados de controle e manejo de pragas e vetores e de animais sinantrópicos nocivos que representem	
Objetivo	riscos à saúde pública e a prestação dos serviços de responsabilidade do Tribunal	
	de Justiça do Ceará	
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em controle de pragas e vetores	
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário	
	50%	
Progressos		
Fase Atual	Realização de Pesquisa de Mercado	
	Contratação de manutenção em subestações aéreas	
Objetivo	Obter serviços de manutenção preventiva dessas unidades contemplando: limpeza, ajuste, pintura, reaperto de conexões, análises e medições e manutenção corretiva contemplando o atendimento emergencial, reparo e substituição de peças com o intuito de corrigir, restaurar, recuperar a capacidade produtiva de um equipamento ou instalação que tenha cessado ou diminuído sua capacidade de exercer as funções	
	para as quais foi projetado	
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de subestações aéreas	
Unidades Envolvidas	Fóruns de Aquiraz, Maracanaú, Maranguape, São Gonçalo do Amarante, Acaraú, Granja, Itapajé, Paracuru, Crateús, Tauá, Canindé, Quixadá, Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Aracati, Limoeiro do Norte, Nova Jaguaribara, Barbalha, Brejo Santo e Iguatu, e prédios da Corregedoria, ESMEC, Juizado da Infância e Juventude (Fortaleza) e Fórum das Turmas Recursais	
Progressos	50%	
Fase Atual	Realização de Pesquisa de Mercado	
	Contratação de manutenção predial – Região I	
	Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial e	
Objetivo	adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), localizadas nas 54 cidades que fazem parte da Região I	
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção predial para Região I	
Unidades Envolvidas	Todas as unidades judiciárias da Região I	
Progressos	50%	
Fase Atual	Solicitação de Dotação Orçamentária	
	Contratação de manutenção predial – Região IV	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), localizadas nas 38 cidades que fazem parte da Região IV	
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção predial para Região IV	
Unidades Envolvidas	Todas as unidades judiciárias da Região IV	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
Contratação de manutenção de <i>no breaks</i> e Estabilizadores de grande porte		
Objetivo	Proporcionar a manutenção preventiva e corretiva, conforme padrões preestabelecidos, como forma de buscar aumento de disponibilidade e da vida útil dos equipamentos	
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de <i>no breaks</i>	
Unidades Envolvidas	CDI – Centro de Documentação e Informática Fórum Clóvis Beviláqua	
Progressos	80%	
Fase Atual	Análise pela Consultoria Jurídica	
1 400 / 11441	Contratação de manutenção de elevadores	
Objetivo	Contratação de serviço de manutenção especializada em elevadores	
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de elevadores	
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum de Sobral e Fórum de Crateús	
Progressos	70%	
Fase Atual	Análise pela Comissão de Licitação	
1 450 1 11441	Continua	

Continuação	Contratação de manutenção de <i>data centers</i>
	Proporcionar a manutenção preventiva e corretiva, buscando manter o perfeito
	funcionamento e segurança da <i>data center</i> , com o objetivo de se evitar o risco de
Objetivo	ocorrência de graves danos e/ou interrupção de acesso aos ativos de tecnologia da
	informação hospedados no <i>data center</i>
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de <i>data centers</i>
Unidades Envolvidas	CDI – Centro de Documentação e Informática do Fórum Clóvis Beviláqua
Progressos	70%
Fase Atual	Análise pela Comissão de Licitação
Vistoria nos m	obiliários de todas as unidades judiciárias do interior do Estado do Ceará
Objetivo	Mapear as comarcas com maior necessidade de móveis e traçar um perfil com o nível de criticidade, a fim de subsidiar deliberação sobre aquisição de móveis
Entregas Previstas	-
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Serviços de manute	nção com substituição/recarga de extintores nas unidades judiciárias do Poder
	Judiciário
	Garantir maior segurança nas instalações do Poder Judiciário, por meio do
Objetivo	cumprimento da norma regulamentadora nº 23 do Ministério do Trabalho e
E. D	Emprego, bem como a recomendação da Assistência Militar
Entregas Previstas Unidades Envolvidas	T. 1 1. D. 1 I. 1! . ! . ! .
	Todas as unidades do Poder Judiciário.  100%
Progressos	
Fase Atual	Concluído
	Sinalização e mapeamento de riscos da subestação  Adequar as subestações elétricas, às normas vigentes de segurança, tanto quanto ao
Objetivo	uso de equipamentos especiais, de sinalização, como de acesso, com um
Oojenvo	complementar plano de contingência para cada localidade
Entregas Previstas	Subestações sinalizadas, controle de acesso e plano de contingência
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
	npliação do prédio da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça
	Prédio que atualmente abriga a Corregedoria Geral da Justiça possui área
Entregas Previstas	construída de 1.067,00m² distribuído em dois pavimentos, a fim de suprir a
Littlegas i ievistas	demanda de espaço com vistas à reestruturação do quadro funcional foi projetada
** ** **	uma ampliação de 424,01m², conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Corregedoria, Secad e Setin
Progressos	25%
Fase Atual	Execução da Obra
Execuçã	o de pintura e recuperação da fachada do antigo Palácio da Justiça
Objetivo	Contratação de empresa de prestação de serviços com fornecimento de materiais para a execução de pintura e recuperação e da fachada do antigo Palácio da Justiça
Entregas Previstas	Pintura e recuperação da fachada do antigo Palácio da Justiça, compreendendo área de pintura de 1.019,54m²
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em novembro/2014
	Continua



Continuação			
Revitalização do sister	na de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) do Fórum Clóvis Beviláqua		
Objetivo	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a execução dos serviços de revitalização do sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) do Fórum Clóvis Beviláqua		
Entregas Previstas	Revitalização do sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA)		
Unidades Envolvidas	Secad e Fórum Clóvis Beviláqua		
Progressos	100%		
Fase Atual	Concluído em maio/2014		
Reforma do aud	itório Dom Aloísio Lorscheider do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de complementação da reforma do auditório Dom Aloísio Lorscheider		
Entregas Previstas	Execução dos serviços de demolições, pavimentação, forro, pintura, instalação elétrica, esquadrias, ar condicionado, instalação de rede estruturada e instalação de infraestrutura de sonorização		
Unidades Envolvidas	Secad		
Progressos	100%		
Fase Atual	Concluído em maio/2014		
Contratação para el	aboração do projeto executivo de condicionamento de ar, incluindo ventilação,		
	automação e exaustão do prédio do TJCE		
Objetivo	Contratação para elaboração do projeto executivo de condicionamento de ar, incluindo ventilação, automação e exaustão		
Entregas Previstas	Projeto executivo detalhado de condicionamento de ar, incluindo ventilação, exaustão, projeto completo de automação do sistema, destinados à reforma do edifício do Tribunal de Justiça e do edifício da Setin, com área aproximada de 18.265,66m² e 773,00m², respectivamente		
Unidades Envolvidas	Secad		
Progressos	60%		
Fase Atual	Execução de projetos		
	Reforma do muro do condomínio de Juazeiro do Norte		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção do novo muro do Condomínio Judiciário da Comarca de Juazeiro do Norte		
Entregas Previstas	Construção do novo muro, compreendendo serviços de demolições diversas, movimento de terra, execução de alvenaria, concreto, revestimento, pavimentação e pintura		
Unidades Envolvidas	Secad		
Progressos	100%		
Fase Atual	Concluído em maio/2013		
Reforma do prédio d	Reforma do prédio da comarca de Maracanaú e adaptação das duas residências oficiais para uso do fórum como depósito de bens apreendidos		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de reforma do prédio do Fórum da Comarca de Maracanaú e das duas residências Oficiais de Juiz		
Entregas Previstas	Adaptação das duas residências oficiais para uso do Fórum como depósito de bens apreendidos, com área construída cada de 166,80m², totalizando área de 333,60m²		
Entregas Previstas Unidades Envolvidas	Adaptação das duas residências oficiais para uso do Fórum como depósito de bens		
	Adaptação das duas residências oficiais para uso do Fórum como depósito de bens apreendidos, com área construída cada de 166,80m², totalizando área de 333,60m²		
Unidades Envolvidas	Adaptação das duas residências oficiais para uso do Fórum como depósito de bens apreendidos, com área construída cada de 166,80m², totalizando área de 333,60m² Secad		
Unidades Envolvidas Progressos Fase Atual	Adaptação das duas residências oficiais para uso do Fórum como depósito de bens apreendidos, com área construída cada de 166,80m², totalizando área de 333,60m² Secad 100%  Concluído em agosto/2014		
Unidades Envolvidas Progressos Fase Atual	Adaptação das duas residências oficiais para uso do Fórum como depósito de bens apreendidos, com área construída cada de 166,80m², totalizando área de 333,60m² Secad 100%		

### Conclusão

Conclusão		
Execução dos serviço	s de reforma do fórum da comarca de São Gonçalo do Amarante (continuação)	
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, totalizando área construída de 619,60m², com execução dos serviços de demolições, retiradas, execução de alvenaria/ forro/ pintura, revestimento, instalação elétrica de baixa tensão esquadrias e serviços finais	
Unidades Envolvidas	Secad	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído em agosto/2014	
Serviços de p	erfuração de poço tubular profundo do fórum da comarca de Canindé	
Objetivo	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a execução dos serviços de perfuração de poço tubular profundo, incluindo locação, estudos hidrogeológicos e geofísicos, no terreno do Fórum da comarca de Canindé	
Entregas Previstas	Perfuração de poço tubular profundo, incluindo locação, estudos hidrogeológicos e geofísicos	
Unidades Envolvidas	Secad	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído em março/2014	
Cor	nplementação da reforma do fórum da comarca de Horizonte	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do fórum da Comarca de Horizonte	
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, Ministério Público, depósito de bens, arquivo, Ministério Público e Cartório Eleitoral totalizando área construída de 492,65m² em terreno de 1.232,50m², conforme projetos construtivos	
Unidades Envolvidas	Secad e Setin	
Progressos	100%	
Fase Atual	Execução da obra	
Reforma do fórum da comarca de Itaiçaba		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do Fórum da Comarca de Itaiçaba	
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, com Ministério Público totalizando área construída de 204,67m² em terreno de 1.124,93m², conforme projetos construtivos	
Unidades Envolvidas	Secad	
Progressos	13%	
Fase Atual	Elaboração de Termo de Referência	
Reforma do fórum da comarca de Miraíma		
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do Fórum da Comarca de Miraíma	
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, totalizando área construída de 274,00m² em terreno de 1.021,00m², conforme projetos construtivos	
Unidades Envolvidas	Secad	
Progressos	13%	
Fase Atual	Elaboração de Projetos	
	Reforma do fórum da comarca de Crato	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma prédio do fórum da comarca de Crato	
Entregas Previstas	Edifício composto de dois pavimentos com quatro varas, totalizando área construída de 1.328,80m² em terreno de 5.554,50m², conforme projetos construtivos	
Unidades Envolvidas	Secad	
Progressos	5%	
Fase Atual	Elaboração de Projetos	
- ~	· ·	

Fonte: Secretaria de Administração



### 8.3 Aquisições e contratações de bens móveis e imóveis

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, relacionados à aquisição e locação de bens móveis e imóveis:

Tabela 43 – Reformas e manutenções prediais

	Projeto de aquisição de bombas de água	
	Manter disponíveis os sistemas de abastecimento cisterna – caixa d'água e reduzir	
Objetivo	gastos com manutenções corretivas	
Entregas Previstas	Ata de registro de preço para aquisição de 61 bombas de água (centrífugas, injetoras e submersas)	
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
	Projeto de locação de vans adaptadas para Juizado Móvel	
Objetivo	Garantir a continuidade do serviço do Juizado Móvel da Comarca de Fortaleza, através do fornecimento de veículos adequados, adaptados ao uso específico exigido pelo serviço em questão e com motoristas	
Entregas Previstas	Contrato de locação de cinco vans com motoristas adaptadas para o Juizado Móvel	
Unidades Envolvidas	10 <sup>a</sup> unidade JECC	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
Aquisição de eq	uipamento de ar-condicionados (32 "Splitões", 859 Splits e 260 janeleiros)	
Objetivo	Aquisição de ata de registro de preços para aparelhos condicionadores de ar com serviço de instalação	
Entregas Previstas	Ata de Registro de preço para aquisição de 32 splitões, 859 split's e 260 janeleiros, para atender às demandas de manutenção e engenharia	
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário	
Progressos	100%	
Fase Atual	36% dos equipamentos adquiridos	
Contratação do s	serviço de ambulância para o Tribunal de Justiça e Fórum Clóvis Beviláqua	
Objetivo	Prestação de serviço de unidade móvel de suporte básico à vida (ambulância de suporte básico – tipo b), para eventuais ocorrências verificadas nas dependências do Tribunal de Justiça e/ou outra unidade judiciária dentro da Capital, durante cinco dias por semana, no período de doze meses	
Unidades Envolvidas	Unidades localizadas no Cambeba e Fórum Clóvis Beviláqua	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
Aquisição de detectores de metal tipo portáteis e portal		
Objetivo	Proporcionar mais segurança por meio da revista pessoal na entrada dos edifícios do Poder Judiciário do Estado do Ceará	
Entregas Previstas		
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário	
Progressos	98%	
Fase Atual	Concluído	
	Aquisição de catracas e divisores de fluxo	
Objetivo	Equipar os edifícios do Poder Judiciário de mecanismos de controle de acesso	
Entregas Previstas	-	
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
	Continua	

Continuação						
	Veículos tipo pick-up e SUV					
Objetivo	Renovação da frota de veículos (parte da frota está bastante desgastada pelo longo do tempo, além de ter um alto custo com manutenção)					
Entregas Previstas	-					
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça					
Progressos	100%					
Fase Atual	Concluído					
rase Atual	Contratação de leiloeiro público oficial					
	Realizar as licitações promovidas pelo TJCE, na modalidade leilão oficial, para					
Objetivo	venda de bens móveis e materiais de uso e consumo que compõem o patrimônio TJCE e que forem considerados inservíveis ao Poder Judiciário Estadual					
Entregas Previstas	-					
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça					
Progressos	50%					
Fase Atual	Em andamento					
	Aquisição de mobiliário					
Objetivo	Dotar os novos Fóruns (Crateús, Boa Viagem, Itapipoca etc.) e Varas recentemente criadas no Fórum Clóvis Beviláqua de mobiliários adequados, a fim de proporcionar um ambiente de trabalho mais polido					
Entregas Previstas	-					
Unidades Envolvidas	Fórum Clóvis Beviláqua, Boa Viagem, Crateús, Aracati, Itapipoca, Maracanaú, Várzea Alegre e Caucaia					
Progressos	70%					
Fase Atual	Em andamento					
Contrataçã	io de serviço de transporte de servidores do Tribunal de Justiça (rotas)					
Objetivo	Fornecimento de serviço de locomoção de servidores no deslocamento "residência – TJCE – residência" por meio de transporte de uso coletivo					
Entregas Previstas	Contrato de serviço de transporte de servidores					
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça					
Progressos	40%					
Fase Atual	Elaboração de Termo de Referência					
	Contratação de serviços de locação de veículos institucionais					
Objetivo	Fornecimento de veículos para atender às demandas de deslocamentos de magistrados, demais autoridades e dos serviços de apoio jurídico, técnico e administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará					
Entregas Previstas	Ata de registro de preço para contratação de serviço de locação de 85 veículos					
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário					
Progressos	70%					
Fase Atual	Análise pela Comissão de Licitação					
	Projeto de integração dos serviços de telefonia					
Objetivo	Integrar e otimizar a operação de telefonia de todas as unidades do Poder Judiciário e reduzir custos de telefonia do TJCE					
F	Integração do sistema de telefonia e redução de R\$650.000,00 por ano com custos					
Entregas Previstas	de telefonia					
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário					
Progressos	10%					
Fase Atual	Conclusão do estudo de viabilidade técnica-econômica					
	Projeto de aquisição de software de gestão de manutenção					
Objetivo	Aquisição ou disponibilização de <i>software</i> para controle e gerenciamento das atividades de manutenção					
Entregas Previstas	Software para gerenciamento dos serviços de manutenção					
Unidades Envolvidas	Departamento de Manutenção e Serviços Gerais					
Progressos	50%					
Fase Atual	Em análise pela Setin					



#### Conclusão

Modernização do sistema de áudio e vídeo do auditório do Pleno do TJCE				
Objetivo	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a execução dos serviços de modernização do sistema de áudio e vídeo do auditório do Pleno do Tribunal de Justiça Estado do Ceará e fornecimento de televisores			
Entregas Previstas	Instalações dos sistemas de distribuição e controle de microfones, de distribuição e controle de áudio, de captação e distribuição vídeo			
Unidades Envolvidas	Secad e Setin			
Progressos	100%			
Fase Atual	Concluído em fevereiro/2014			

Fonte: Secretaria de Administração

### 8.4 Cessão de imóveis em desuso ou subaproveitados

Durante o ano de 2014, mediante a análise de cada caso concreto, procedeu-se a cessão a outros órgãos públicos de 71 imóveis de propriedade do Poder Judiciário Estadual que estavam em desuso ou subaproveitados. Os processos de cessão foram conduzidos pela Secretaria de Administração em parceria com a Consultoria Jurídica.

É de se ressaltar que, com essa medida, além de desonerar o Poder Judiciário Estadual das despesas com a manutenção e a reforma de tais imóveis, beneficiou-se a sociedade como um todo, que passou a contar com novos equipamentos de utilidade pública.

### 8.5 Projeto de Segurança do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O projeto tem como principais objetivos: proporcionar segurança a magistrados, servidores e jurisdicionados; evitar o furto de armas de fogo das Unidades do Poder Judiciário; controlar o acesso, a permanência e a circulação de pessoas às dependências do Tribunal de Justiça e das demais unidades judiciárias; aumentar a sensação de segurança no ambiente interno das repartições da Justiça estadual, além de contribuir para o atendimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça acerca da segurança institucional (Resoluções nº 104/2010 e nº 176/2013).

Em razão de sua complexidade, o projeto envolveu várias secretarias e assessorias, com atribuições específicas: Assistência Militar, Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Finanças, Consultoria Jurídica, Assessoria Institucional e Assessoria Especial da presidência do TJCE.

Dentre as principais entregas do Projeto em tela, destacam-se:

### 8.5.1 Aquisição de detectores de metais portáteis

Por meio do Pregão Eletrônico nº 24/2013, foram adquiridos e entregues 222 detectores de metais portáteis em todos os Fóruns do Poder Judiciário estadual, instrumentos estes utilizados para salvaguardar a integridade física do corpo de magistrados e servidores no exercício de suas funções. Esses equipamentos, desde janeiro de 2014, passaram a ser utilizados em todas as comarcas.

### 8.5.2 Aquisição e instalação de pórticos detectores de metais

Por meio do Pregão Eletrônico nº 39/2013, foram adquiridos 248 pórticos detectores de metais. O processo de instalação dos referidos equipamentos teve início em 10 de fevereiro de 2014 com previsão de encerramento em 31 de janeiro de 2015. Até a presente data, 243 pórticos foram instalados nas diversas unidades da capital, da região metropolitana e do interior do Estado, restando pendentes apenas sete portais, a serem instalados nas seguintes unidades judiciárias: 25ª unidade do JECC (Unifor), 12ª unidade do JECC (FIC); nova sede do JECC da Comarca de Aracati e Fórum de Juazeiro do Norte.

### 8.5.3 Implantação do sistema VW/ACESSO e contratação de recepcionistas

Por meio do Pregão Presencial nº 02/2013 foi celebrado o Contrato de Trabalho nº 56/2013, tendo como objeto a contratação de 27 recepcionistas, cuja finalidade principal é identificar e cadastrar visitantes, por meio de sistema informatizado de controle de acesso, encaminhando-os ao setor desejado mediante a entrega de crachá ou adesivo de identificação. Referido sistema de controle, denominado Sistema de Controle de Visitantes (SISCONVI), foi implantado nas seguintes unidades do Poder Judiciário: Sede do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral de Justiça, Centro de Documentação e Informática, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais, Fórum da Comarca de Caucaia, Fórum da Comarca de Maracanaú, Fórum da Comarca de Sobral e Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte.

### 8.5.4 Implantação do sistema de segurança eletrônico e uso obrigatório de crachás

Por meio do Pregão Eletrônico nº 13/2014, foi adquirido sistema de segurança eletrônico contendo catracas eletrônicas, *software* de controle de acesso, impressora/codificadora de cartões e cartões de proximidade inteligentes. Referido sistema foi



instalado nas seguintes unidades: Palácio da Justiça, Corregedoria Geral da Justiça, Centro de Documentação e Informática, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais, Fórum de Caucaia, Fórum de Maracanaú, Fórum de Sobral e Fórum de Juazeiro do Norte. O processo de instalação do sistema teve início em 14 de julho de 2014 e se encerrou em 05 de agosto de 2014.

No que se refere aos cartões de acesso, foram distribuídos, até novembro do corrente ano, 4.586 crachás de identificação para magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes com a finalidade de permitir o acesso dos usuários por meio das catracas instaladas nas dependências do Palácio da Justiça, Corregedoria, Fórum da capital e nas entrâncias finais. A produção dos crachás foi realizada pelo Departamento Editorial Gráfico da Assessoria Institucional.

### 8.5.5 Regulamentação do acesso aos prédios do Tribunal de Justiça

Por meio da Portaria de nº 1133/2014, publicada Diário da Justiça de 30 de maio de 2014, foi regulado o controle de acesso, a circulação e a permanência de pessoas nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Ceará, disciplinando, inclusive, o acesso de pessoas armadas aos prédios da Justiça Estadual.

### 8.5.6 Aquisição de veículos para recolhimento de armas

Por meio do Pregão Eletrônico nº 01/2014 foram adquiridos dois veículos tipo pick-up com a finalidade de dar continuidade aos serviços de recolhimento de armas nas comarcas do interior do Estado do Ceará.

### 8.5.7 Operacionalização do CADARM

O sistema de Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas e Munições (CADARM) apreendidas e de posse nas unidades judiciárias do Estado do Ceará possibilitou a inclusão, a movimentação, a consulta, o recolhimento e o encaminhamento para destruição de armas e munições. Esse procedimento encontra-se em fase de operacionalização.

### 8.5.8 Formação e requalificação de brigadas de combate a incêndios

Na área de prevenção e combate a incêndio foram tomadas as seguintes providências:

- i. implantação do Curso de Formação de Brigada de Incêndio do Poder Judiciário nas seguintes unidades: Tribunal de Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, algumas comarcas da Região Metropolitana e algumas comarcas do interior do Estado, inclusive, com requalificações destas, perfazendo um total de dezesseis edificações judiciárias asseguradas e 287 funcionários treinados. Essa etapa foi encerrada em outubro de 2014.
- ii. implantação dos Mapas de Rotas de Fuga nos 43 gabinetes de Desembargadores do Palácio da Justiça.

#### 8.6 Recolhimento de armas

A Assistência Militar, em cumprimento às determinações da Presidência do TJCE, bem como à Resolução nº 134/2011 do CNJ e à Portaria nº 199/2012, além dos Ofícios Circulares nº 019/2011-CSP e nº 99/2013 da Corregedoria da Justiça, recolheu armas, munições e explosivos nas diversas unidades judiciárias do Estado, tendo, neste biênio, sido registrada a maior quantidade de recolhimento e destruição já registrada, a saber:

Tabela 44 – Levantamento de armas no biênio 2013-2014:

Tipo	Recolhidas		Incineradas		A incinerar <sup>1</sup>	Em depósito²		
	2013	2014	2013	2014	2014	2014	1994-2013	Total
Fogo	12.023	8.661	12.023	7.201	3.003	1.284	14.954	16.238
Branca	9.150	3.867	9.150	2.000	3.678	352	2.327	2.679
Total	21.173	12.528	21.173	9.201	3.327	1.636	17.281	18.917

Fonte: Assistência Militar

Tabela 45 – Levantamento de munições e explosivos no biênio 2013-2014:

Tine	Quantidade/Peso			
Tipo	2013	2014		
Cartuchos Intactos	15.303 unidades	8.922 unidades		
Cartuchos Deflagrados	7.437 unidades	7.370 unidades		
Chumbo	375kg	468,680kg		
Pólvora	213,92kg	34,411kg		
Dinamite	2,792kg	-		

Fonte: Assistência Militar

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Armas a incinerar: aguardando agendamento do 10º Depósito Sup./EB

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Armas em depósito: aguardando autorização dos magistrados para incineração



### 8.7 Atividades operacionais

Seguem as principais ações desenvolvidas pela Assistência Militar com o apoio da 3ª Companhia de Policiamento de Guarda e da 8ª Seção de Bombeiros:

- elaboração de planos de policiamento para atividades diversas (Operação Carnaval, Operação Eleição, Solenidade de Posse dos Desembargadores, dentre outros);
- ii. segurança nas sedes das diversas unidades do Poder Judiciário da capital;
- iii. fiscalização diária, por parte dos Oficiais de serviço, das unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Poder Judiciário;
- iv. Segurança dos desembargadores por ocasião da realização das sessões do Órgão Especial e do Pleno do TJCE;
- v. segurança nas salas de audiências e julgamentos para os magistrados de primeiro ou segundo graus;
- vi. controle, por parte dos comandantes de guarnições de serviço do TJCE, dos serviços realizados no interior do prédio aos sábados, domingos e feriados;
- vii. atuação preventiva de combate a incêndio e primeiros socorros nas Missas de Ação de Graças, Solenidades de Posse dos novos desembargadores, nos Órgãos Especiais, Câmaras Cíveis e Criminais e Conselho da Magistratura e nos eventos: júris (Fórum Clóvis Beviláqua), Semana da Conciliação (Fórum Clóvis Beviláqua e unidades dos Juizados Cíveis e Criminais) e nas Palestras e Seminários ocorridos na ESMEC;
- viii. atendimentos pré-hospitalar (primeiros socorros), com aferição de pressão arterial no Palácio da Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua;
- ix. poda de árvores em situação de risco de queda na sede do Palácio da Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua, nas unidades de Juizado Especial, no CDI, no Fórum das Turmas Recursais e na Creche do Poder Judiciário.

Seguindo as diretrizes do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e as orientações da Assistência Militar do TJCE, foram desenvolvidas as seguintes atividades no citado Fórum:

 acompanhamento de cumprimento de mandados: executadas 415 ações de auxílio aos oficiais de justiça por determinação judicial no cumprimento de mandado, quando são utilizados dois policiais do efetivo do grupo de segurança do Fórum Clóvis Beviláqua;

- condução de presos ou menores/adolescentes: executadas 243 determinações para condução às delegacias e aos Centros Educacionais para Menores e Projeto Justiça Já, sendo 90 prisões e 153 apreensões;
- iii. apoio ao plantão judicial e urgência (cumprimento de mandados): executados 46 acompanhamentos aos oficiais de justiça, sendo 18 no plantão judiciário, em saídas durante os finais de semana e feriados e 28 em caráter de urgência para o cumprimento de mandados judiciais;
- iv. atendimento de ocorrências: foram atendidas 56 ocorrências, tanto interna como externamente, para garantir a tranquilidade na execução do mister do Poder Judiciário, bem como cumprir o ditame constitucional de preservação da ordem pública;
- v. acompanhamento de audiências das varas do júri e dos plantões: oferecida segurança em 310 sessões de julgamentos e audiências, onde foram empregados de um a dois policiais em cada sessão, dependendo da solicitação do magistrado e/ou da quantidade de réus.

### 9. Auditoria e Controle Interno

### 9.1 Plano Anual e de Longo Prazo de Atividades de Auditoria

As atividades de Auditoria têm como suporte os Planos Anuais de Atividades aprovados pela Presidência do TJCE, os quais são balizadores das ações de controle ao longo dos períodos considerados, destacando-se que são passíveis de alterações para se adequarem a novos cenários e atenderem a demandas extraordinárias de órgãos internos e externos.

Em 2013, por exigência da Resolução nº 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Auditoria Administrativa de Controle Interno do TJCE (Audin) elaborou o primeiro Plano de Auditoria de Longo Prazo, compreendendo as atividades dos anos de 2014 a 2017.

Os planos são elaborados tendo como premissas básicas as atribuições legais da Audin, os objetivos estratégicos do Poder Judiciário e as diretrizes estabelecidas pelo CNJ, observando-se, principalmente, os riscos dos recursos públicos aplicados envolvendo a materialidade, a criticidade, a complexidade e a relevância.

Como toda atividade que depende em parte de fatos e acontecimentos futuros, um Plano de Auditoria estará sempre passível de modificações quanto às prioridades antes definidas, necessitando de adequações pontuais a partir do momento em que se apresente nova realidade no curso do interstício considerado de realizações.

As atividades de auditoria realizadas no biênio de 2013-2014 estão especificadas a seguir, destacadas por tipo a que se referem.

### 9.2 Atividades de gestão, acompanhamento e assessoramento

As atividades executadas relativas à gestão, acompanhamento e assessoramento foram:

- elaboração dos Relatórios Anuais de Atividades da Auditoria Interna dos anos de 2013 e 2014;
- ii. elaboração dos Planos Anuais de Atividades da Auditoria Interna para os anos de 2014 e 2015;
- iii. elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2014-2017);
- iv. análise e certificação das Prestações de Contas de 2012 e 2013 do TJCE;



- v. análise e certificação das prestações de contas de 2012 e 2013 do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju);
- vi. análise e certificação das prestações de contas de 2012 e 2013 do Fundo Especial Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg);
- vii. análises e certificação dos relatórios quadrimestrais da gestão fiscal 2012 a 2014;
- viii. acompanhamento da execução orçamentária de 2013 e 2014;
- ix. monitoramento das recomendações formuladas em relatórios de auditoria;
- x. análise e emissão de parecer sobre atos e processos administrativos;
- xi. monitoramento do Portal da Transparência e do Portal de Acesso à Informação;
- xii. apoio aos órgãos de controle externo.

### 9.3 Auditorias de processos operacionais ou de regularidade

As auditorias de processos operacionais ou de regularidades estão especificadas a seguir:

- i. Fermoju PIMPJ Fonte 15;
- ii. Folha de Pagamento Levantamento de Dados;
- iii. Folha de Pagamento Despesa de Pessoal;
- iv. Despesas de Exercícios Anteriores;
- v. Fermoju Recursos Diretamente Arrecadados (02 auditorias);
- vi. Equipamentos e Material Permanente;
- vii. Suprimentos de Fundos (02 auditorias)
- viii. Locação de Mão de Obra;
- ix. Indenizações e Restituições Compensação aos Registros Civis;
- x. Manutenção, Conservação e Guarda de Documentos;
- xi. Folha de Pagamento (PCCR);
- xii. Material de Consumo;
- xiii. Auxílio-Alimentação.

### 9.4 Auditorias de contratos

As auditorias realizadas em contratos estão especificadas a seguir:

- Contrato nº 44/2010 Consórcio Justo (Empresas: JFJ Tecnologia e Targa Tecnologia);
- ii. Contrato nº 51/2012 Lotil Construções e Incorporações Ltda.;
- iii. Contrato nº 26/2011 Softplan Planejamento e Sistemas Ltda.;
- iv. ARP No 45/2012 CPM Braxis Outsourcing S.A.;
- v. ARP Nº 54/2009 VM Locadora de Veículos Automotores Ltda.;
- vi. Contrato nº 40/2011 Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda.;
- vii. Contrato nº 26/2010 Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- viii. Contrato nº 42/2013 Gelar Refrigeração Ltda.

### 9.5 Auditoria em serviços de engenharia

A seguir estão relacionadas as atividades de auditoria do segmento de Serviços de Engenharia:

- Obras Públicas ação coordenada pelo CNJ (Contrato nº 51/2012 Lotil Engenharia Ltda. e contrato nº 57/2012 – Construtora Tecnos Nordeste Ltda.);
- ii. Construção do Fórum de Assaré (contrato nº 28/2013 Construtora Platô Ltda.);
- iii. Construção do Fórum de Boa Viagem (contrato nº 37/2013 RCN Rede de Construção do Nordeste Ltda.);
- iv. Construção do Fórum de Crateús (contrato nº 36/2013 CIPAL Construções, Incorporações, Participações e Administração Ltda.);
- v. Reforma do Fórum de Maracanaú (contrato nº 35/2013 Construtora Platô Ltda.).

### 9.6 Auditoria em tecnologia da informação

As auditorias específicas de Tecnologia da Informação estão relacionadas a seguir:

i. Segurança da Informação;



- ii. Gestão de Tecnologia da Informação ação coordenada pelo CNJ;
- iii. Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância (Sistema Módulo de Distribuição Processual);
- iv. Depósitos Judiciais (Sistema de Guias Extrajudiciais Online);
- v. Modelo de Contratação e Gestão de Soluções de Tecnologia da Informação
   ação coordenada pelo CNJ.

### 9.7 Auditorias especiais

A seguir, estão relacionadas as auditorias especiais que foram realizadas para atender à solicitação expressa de autoridade competente:

- i. Construtora Nocal (contrato nº 34/2009);
- ii. Avaliação de Controle Interno ação coordenada pelo CNJ;
- iii. Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua (contrato nº 51/2012 Lotil Engenharia Ltda; contrato nº 22/2013 Acistel Comércio, Manutenção e Instalação Ltda. ME; contrato nº 31/2013 IGC Empreendimentos Imobiliários Ltda; contrato nº 44/2010 Consórcio Justo);
- iv. Contrato nº 46/2009 Embratec Good Card.

### 9.8 Auditorias preventivas

Realização de atividades de auditoria de cunho preventivo, buscando-se, em parceria concomitante com os demais órgãos do TJCE, aprimorar os processos e procedimentos no seu nascedouro, de sorte a se evitar ou minimizar distorções operacionais posteriores. Durante o período em análise, destacam-se as auditorias preventivas realizadas na Comissão Permanente de Licitação, envolvendo os seguintes processos: Pregão Eletrônico nº 57/2012, Pregão Eletrônico nº 63/2012, Pregão Eletrônico nº 67/2012, Pregão Eletrônico nº 71/2012 e Tomada de Preços nº 07/2012.

#### 9.9 Atividades de monitoramento

Realização de atividades de acompanhamento das recomendações insertas nos relatórios de auditoria, quanto a sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.

Destaque-se a adesão dos gestores no sentido de se reportarem às recomendações presentes nos relatórios de auditoria, inferindo-se êxito no propósito de conscientizá-los quanto à necessidade de adoção de controles eficazes em suas áreas de atuação, ocasionando, assim, melhoria dos processos e procedimentos operacionais, administrativos e de gestão, possibilitando, ainda, minimizar riscos na execução das atividades da administração pública.

### 9.10 Apoio ao controle externo

A unidade de Controle Interno prestou apoio e assessoramento aos trabalhos de inspeção e as visitas realizadas pelos órgãos de controle externo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, cumprindo atribuições e competências normativas.

### 9.11 Seminário interno de auditoria

O Seminário Interno de Auditoria é realizado anualmente objetivando nivelar e integrar a equipe da Audin sobre os procedimentos de auditoria, contando com a participação de todos os servidores da unidade, onde são discutidas ações e procedimentos de interesse do grupo a serem implementados ou aprimorados.

A participação efetiva da equipe no Seminário é fator decisivo para o sucesso do seminário, onde são apresentados e discutidos planejamento, procedimentos, novas tendências de auditoria, ou seja, temas impactantes para as atividades de controle interno.

#### 9.12 Meta 16/2013 do CNJ

No ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu atribuições para fortalecer a estrutura de controle interno dos Tribunais de Justiça para realização das atividades de auditoria, com funcionamento regulamentado e pessoal qualificado para as funções de controle.

Referida Meta, cujo monitoramento foi realizado pela Secretaria de Controle Interno do CNJ, surgiu no contexto do combate a desperdícios de dinheiro público e do estabelecimento de ações preventivas a eventuais atos de improbidade que possam ser cometidos em âmbito interno do Poder Judiciário.



A unidade Administrativa de Controle Interno do TJCE, ao longo do ano de 2013, cumpriu em 100% da meta estabelecida pelo CNJ para as unidades de controle interno do Poder Judiciário.

### 9.13 Sistema Informatizado de Auditoria - SISAUD

As atividades de auditoria compreendem o planejamento, a execução, a supervisão e a emissão de relatórios, além do acompanhamento das recomendações efetivadas nas auditorias realizadas.

Para tanto, faz-se necessário dotar a unidade de Controle Interno com uma solução de tecnologia que automatize tais atividades de avaliação e controle do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-as mais céleres e eficientes.

Diante dessa necessidade está sendo realizado levantamento dos requisitos do Sistema de Auditoria, cuja solução proporcionará, principalmente, a automatização e integração dos procedimentos e sistemas; a racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho; a garantia da infraestrutura adequada para a excelência na gestão; economicidade e eficiência na utilização dos recursos e maior transparência e intercâmbio de conhecimento entre os membros da equipe.

### 9.14 Controle interno de precatórios

A Assessoria de Precatórios tem primado, desde sua implantação em 2013, pela contínua auditoria nos precatórios, especialmente quando possível a liberação de recursos em favor dos credores.

Também constitui função essencial o controle dos processos administrativos dos entes devedores e respectivas contas bancárias (contas especiais), buscando acompanhar os aportes realizados, identificar a necessidade de promover sequestros e conhecer o montante de recursos disponíveis para pagamento dos precatórios de cada ente.

Para atingir os fins acima descritos, houve a redistribuição de tarefas com o envolvimento de dois servidores na execução das mesmas atividades, inclusive no que diz respeito ao controle de precatórios, cronologia, credores/devedores, observando o movimento diário das contas dos entes públicos.

Inclui-se ainda, no ponto, a verificação prévia da formação do precatório, quando do envio pelo juízo da execução de requisições novas via SAPRE para observância dos

documentos necessários à adequada instrução do precatórios e conformidade dos valores requisitados com o título executivo de onde originado o crédito.

Considerando a necessidade de garantir a guarda segura das informações contidas nos autos de precatórios em favor das partes interessadas, sobretudo quando contiverem informações pessoais e bancárias das mesmas, foi publicada a Portaria nº 395/2014. A partir desse ato, os precatórios passaram a tramitar em segredo de justiça, sendo exigido, para o acesso aos respectivos processos virtuais, o uso de senha fornecida às partes legitimadas.

### 10. Comunicação

#### 10.1 Produção de notícias

As atividades voltadas à divulgação das ações e decisões da Justiça estadual são coordenadas pela Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário (Ascom) tendo, como parâmetros, diretrizes da Presidência do TJCE e da Resolução nº 85/2009 do CNJ. Durante a gestão 2013-2015, foram centrados esforços para subsidiar a mídia com informações que mostrassem um Judiciário atuante com iniciativas em busca de melhoria na prestação jurisdicional.

Para a produção de notícias, a Ascom conta com a disponibilidade do corpo de magistrados, gestores e servidores do Poder Judiciário e também recorre a outras fontes de informação como o Diário da Justiça Eletrônico, a cobertura das sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras Cíveis e Criminais.

Os profissionais do setor fazem a cobertura jornalística (textos e fotos) dos principais eventos do Judiciário do Ceará, buscando a instantaneidade da informação. Com essa diretriz, procura atualizar constantemente o site e as redes sociais do Tribunal.

Figura 5 – Cobertura jornalística dos principais eventos da Justiça



Fonte: Assessoria de Comunicação

Vale ressaltar que a contribuição para a divulgação de boas notícias da Justiça estadual tornou-se meta setorial para 11 unidades administrativas do Tribunal. Nesse sentido,



a partir de 2014, a Ascom passou a monitorar e encaminhar as pautas relacionadas a essas unidades à Comissão Gestora da GAM para acompanhamento das referidas metas.

No período 2013-2014, foram produzidos 5.503 textos, representando acréscimo de 26,15% com relação à quantidade produzida no biênio anterior (quando foram produzidos 4.362 textos). Do total produzido neste biênio, veículos de comunicação externos replicaram 3.810 textos, registrando o total de replicação de 69,23%.

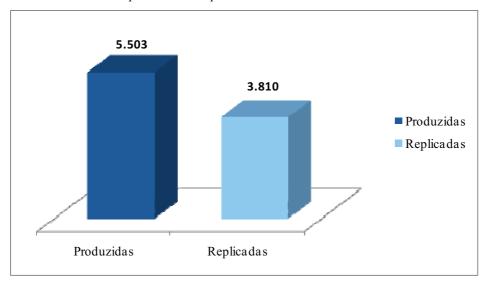


Gráfico 15 – Matérias produzidas e replicadas

Fonte: Assessoria de Comunicação

Com significativo volume de matérias positivas, foi possível amenizar o impacto das negativas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

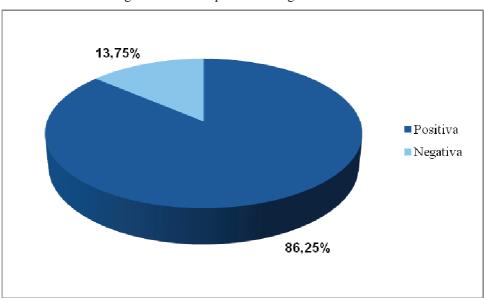


Gráfico 16 - Porcentagem de matérias positivas e negativas no biênio

Fonte: Assessoria de Comunicação

#### 10.2 Canais de divulgação

O site do TJCE (www.tjce.jus.br), o Facebook, o Twitter e dois boletins eletrônicos são os principais meios utilizados diariamente para divulgar as notícias da Justiça estadual. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação a partir da ferramenta Google Analytics, a consulta de notícias está entre as cinco páginas mais acessadas do Portal do Tribunal. A principal estratégia utilizada para conquistar o leitor é a credibilidade da informação. Além disso, há a preocupação de apresentar textos com linguagem clara e acessível, buscando-se sempre tornar de fácil compreensão eventuais termos jurídicos utilizados.



Fonte: Assessoria de Comunicação

Por meio do *link* "Fale com a Assessoria", disponível no site do TJCE, o setor atende às mais diversas demandas, incluindo solicitação da imprensa local e nacional. De janeiro de 2013 a outubro de 2014, 1.114 e-mails foram encaminhados à Assessoria. Todos os e-mails são checados e anotados em planilha com autor, data e conteúdo. O contato com a imprensa é feito também por telefone. A Ascom é responsável, ainda, pela organização de entrevistas durante eventos realizados no âmbito da Justiça estadual.

O incremento do número de acessos ao Facebook e ao Twitter do Tribunal é um desafío que vem sendo monitorado desde o segundo semestre de 2013, quando foram



contabilizados 3.639 seguidores no Twitter e Facebook. Até outubro de 2014, esse valor subiu para 8.726. Apesar do significativo aumento, ainda é preciso conquistar mais pessoas.

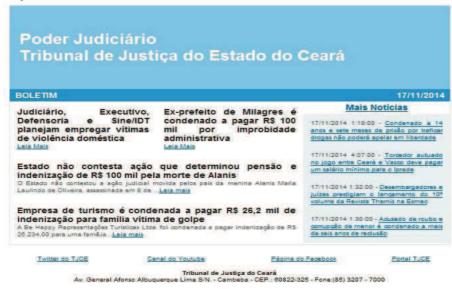
Figura 7 – Twitter (à esquerda) e Facebook (à direita)



Fonte: Assessoria de Comunicação

Além da disponibilização das matérias no site e nas redes sociais do TJCE, são editados diariamente dois boletins, um, às 15h, direcionado a rádios da capital e do interior), e o outro, ao final da tarde, para 106 veículos cadastrados no mailling. Foi criado sistema para produção e envio dos boletins em formato "newsletter", com layout funcional, valorizando as principais notícias. Até o final de 2014, a nova ferramenta deverá funcionar integralmente.

Figura 8 - Boletins de Notícias



Fonte: Assessoria de Comunicação

Registra-se que a Assessoria de Comunicação é ainda responsável pelo monitoramento das matérias produzidas pelo setor e aproveitadas pelos veículos de comunicação. O setor também contabiliza o número de seguidores nas redes sociais e classifica o conteúdo publicado em jornais, blogs e sites como positivo ou negativo. Já o acompanhamento das notícias veiculadas em TVs e rádios é feito por empresa terceirizada.

Programa de Rádio e campanha para incrementar o acesso às redes sociais do TJCE integram as estratégias da Ascom para ampliar os canais de divulgação nos próximos anos. Também é meta do setor incluir o Judiciário estadual no Instagram e no Flicker, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. Tal medida deverá constar no próximo Plano de Comunicação.

#### 10.3 Publicações: "Judiciário Notícias" e "Judiciário em Foco"

As principais notícias produzidas no intervalo de dois meses são publicadas no jornal bimestral "Judiciário Notícias", com tiragem de 750 exemplares. Com projeto gráfico da Ascom, o jornal é distribuído nas unidades do Judiciário da Capital e do Interior, bem como a autoridades do Executivo, Legislativo e jornalistas diversos. No final do ano, é editada a revista "Judiciário em Foco" e, no final de cada gestão, publicada uma edição com as mais significativas ações durante o biênio.

Figura 9 – Jornal e Revista



Fonte: Assessoria de Comunicação





#### 10.4 Programa "Judiciário em Evidência"

A celebração de convênio entre o Tribunal de Justiça e duas emissoras de televisão – TV Assembleia (canal 30 da TV aberta e do Multiplay), em outubro de 2013, e TV O Povo (canal 48 da TV aberta e 23 do Multiplay), em novembro de 2013 – expandiu o alcance do programa de TV "Judiciário em Evidência", produzido pela Assessoria de Comunicação com exibição semanal. Antes o programa fazia parte somente da grade de programação de uma emissora – a TV Fortaleza (canal 6 do Multiplay, 61.4 da TV aberta digital e 361.4 da Sky). Agora, além das três televisões, é veiculado no site do TJCE e no YouTube. Até outubro de 2014, foram produzidos 81 programas.



Figura 10 - Frame da gravação em estúdio

Fonte: Assessoria de Comunicação

#### 10.5 Clipping de Notícias

O *clipping* das notícias publicadas no Diário do Nordeste, O Povo e O Estado é feito diariamente pela Ascom, que monitora também 40 principais blogs e sites. Em 2014, a inserção do *clipping* na *intranet* do TJCE passou a ser feita por meio da plataforma *wordpress*. Foi desenvolvido, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, sistema para o *clipping* digital, possibilitando economia de papel. Anteriormente, o *clipping* era impresso no Parque Gráfico e entregue nos 43 gabinetes dos desembargadores.

Figura 11 – Clipping Eletrônico



Fonte: Assessoria de Comunicação

#### 10.6 Campanhas e divulgações internas

A intranet é o meio mais utilizado pela Assessoria de Comunicação para interagir com o público interno, por meio de notícias, banners e clipping eletrônico. Em média, são publicadas dez matérias por dia, de âmbito administrativo e judicial. Até janeiro de 2015, será disponibilizada a nova intranet do TJCE, desenvolvida conjuntamente pela Setin, Seplag e Ascom, com *layout* que proporcionará mais visibilidade às ações desenvolvidas pelas secretarias e departamentos.

Vale registrar, ainda, a criação e divulgação de campanhas institucionais, por meio da produção de *banners*, cartazes e logomarcas, a saber:

- i. logomarca do "Fórum Sustentável";
- ii. projeto gráfico do folder "Conhecendo o Fórum Clóvis Beviláqua";
- iii. banner com as ações da gestão 2013-2015;
- iv. campanha institucional para divulgação do Selo Extrajudicial Digital;
- v. cartazes para mutirões e datas comemorativas, como Doação de Brinquedos,
   Dia das Mães e Mutirão de Conciliação.



Figura 12 - Campanhas Institucionais





Fonte: Assessoria de Comunicação

#### 10.7 Programa Justiça e Cidadania

Tem como objetivo estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a Sociedade, por meio de iniciativas que divulguem, com transparência, clareza e linguagem acessível, aspectos relativos ao papel, estrutura e funcionamento deste Poder, além de orientar o cidadão sobre seus direitos.

Dentre as iniciativas contempladas pelo Programa, destaca-se o acolhimento de estudantes da rede municipal e estadual de ensino, bem como, das universidades públicas e privadas, proporcionando-lhes visitas guiadas às dependências do Tribunal de Justiça, com a finalidade de conhecerem o Judiciário. Ainda faz parte do Programa a ida de magistrados às escolas para a realização de palestras sobre temas variados.

Em 2014, um total de 8.928 estudantes foram contemplados pelo Programa, que é conduzido pela Assessoria de Cerimonial, em parceria com a Assessoria Institucional e com a Assessoria de Comunicação.

#### 10.8 Projeto Cidadania Judiciária

Com vistas a aproximar o Poder Judiciário cearense e a sociedade, foi idealizado pela Assessoria Institucional, o Projeto de Cidadania Judiciária, que resultou no contrato

celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Fundação Demócrito Rocha para o desenvolvimento do Programa de Cidadania Judiciária, uma iniciativa inédita no âmbito do Poder Judiciário que visa a promover a qualificação integrada e o aperfeiçoamento do diálogo e debate social, com base em ferramentas de democracia participativa.

Tendo como foco a cidadania na cena do Judiciário com a sociedade, os movimentos sociais, agentes públicos, alunos e professores de ensino médio, o Programa fundamenta-se na utilização de instrumentos pedagógicos de ensino à distância, ferramentas voltadas para o resgate histórico deste Tribunal, além de subsídios que visem à mobilização em mídias sociais. O objetivo é o desenvolvimento de um canal de comunicação entre a sociedade e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

O conteúdo do Programa foi subdividido em duas fases, a saber:

#### i. 1<sup>a</sup> fase:

- temas abordados: "Direitos e Deveres do Cidadão", "Organização Social
   Brasileira" e "Cidadania na Comunidade";
- material disponibilizado: kit "Cidadania Judiciária" contendo 03 DVDslibretos, com material impresso e em vídeo alusivos aos subtemas da etapa, a serem distribuídos a 2.500 entidades da sociedade organizada.

#### ii. 2<sup>a</sup> fase:

- temas abordados: "A Justiça e a Escola", "A Justiça e os Direitos Sociais"
   e "Agentes da Justiça".
- material disponibilizado: kit "Cidadania Judiciária" contendo 03 DVDslibretos, que serão repassados a 600 escolas da rede pública, 500 entidades de movimentos sociais e a agentes da Justiça.

Além deste material, serão confeccionados fascículos a serem encartados em jornal de grande circulação para acesso à população em geral, sendo realizados também, por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, cursos relacionados às vertentes utilizadas para os interessados em participar.

Por fim, foram produzidos um livro, um documentário e uma exposição, alusivos aos 140 anos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, completados em 2014, além da realização do Prêmio de Cidadania Judiciária, o qual premiou, no dia 03/12/2014, trabalhos realizados com base nos temas propostos para as duas fases do programa. Houve, ainda, a utilização de mídias sociais para divulgação do Programa, que caracterizou-se como mais um canal de comunicação entre a sociedade e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.



Ressalta-se, finalmente, que somente a ação de produção e distribuição dos fascículos possuiu como meta proporcionar acesso a 30.000 inscritos, além do público atingido por todas as outras ações que compõem o projeto.

Após contratação da Instituição, a coordenação do Projeto foi repassada à Assessoria de Cerimonial, a qual, desde então, vem supervisionando, com a colaboração da Assessoria de Comunicação, as atividades relativas à execução das etapas contempladas pelo Programa de Cidadania Judiciária. As ações vem contemplando um número significativo de beneficiados, a saber:

- 25.277 inscrições para realização de cursos oferecidos na modalidade de Ensino à Distância (EaD);
- ii. 754 inscrições, até a primeira da data limite de inscrição, para o Prêmio Cidadania Judiciária.

### 11. Outras Ações e Projetos

## 11.1 Realização do II Ciclo de Palestras – Gestão Organizacional: Eficiência na Gestão Pública

Tendo como objetivo a disseminação de metodologias de gestão adequadas ao desenvolvimento organizacional, foram realizadas palestras e mesa redonda com personalidades da área estratégica dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, destinadas a gestores e servidores do TJCE. A ação foi promovida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, e incluiu a realização dos seguintes eventos:

- i. Palestra Inovação em Gestão (22/08/2104)
- ii. Palestra Controle Externo (12/09/2014)
- iii. Mesa Redonda: Programa GesPública (22/10/2014)
- iv. Palestra Governança, Estratégia e Desempenho no Setor Público (28/11/2014)

#### 11.2 Gestão do conhecimento organizacional

Tendo como objetivo a implantação de práticas relacionadas aos processos de identificação, armazenamento, estruturação e compartilhamento do conhecimento organizacional, foram conduzidas diversas ações pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão ao longo do biênio 2013-2014, merecendo realce:

- i. padronização, elaboração de regras e realização de capacitação junto às unidades do TJCE para elaboração do Relatório Anual de Gestão, em conformidade com as regras da ABNT, às diretrizes dos órgãos de controle externo e aos objetivos institucionais de retenção de conhecimento;
- ii. reestruturação do Portal da Transparência do TJCE, com a reorganização das páginas e menus de acesso, um melhor detalhamento das informações e a disponibilização de arquivos em formatos abertos e não proprietários. Foram realizados, ainda, um mapeamento de informações, prazos e periodicidades de atualização, bem assim um alinhamento junto às unidades responsáveis pelos



- dados, como forma de garantir a completude e atualização dos dados disponibilizados à sociedade;
- iii.desenvolvimento de repositório central de informações e conhecimentos organizacionais a Central do Conhecimento que proporcionou aos servidores, gestores e magistrados um acesso ampliado e simplificado às informações e aos conhecimentos organizacionais existentes, bem como uma plataforma virtual de compartilhamento e colaboração;
- iv. realização da palestras "Transformando Conhecimento em Valor" no Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua, com o objetivo de difundir a importância dos conhecimentos organizacionais e estimular a cultura de compartilhamento e criação de novos conhecimentos no Poder Judiciário cearense;
- v. reestruturação e modernização do Portal do TJCE na rede mundial de computadores e da *intranet*, esta última a ser divulgada até janeiro de 2015;
- vi. elaboração das Políticas de Gestão de Conteúdos da *intranet* e do Portal do TJCE na rede mundial de computadores, a segunda instituída por meio da Portaria nº 672, de 07 de abril de 2014, contendo regras e permissões para inclusão, atualização e gestão dos conteúdos institucionais disponibilizados no referido portal;
- vii. levantamento de conteúdos, padronização e fornecimento de orientações às unidades do TJCE para elaboração do Relatório de Transição 2014, em conformidade com as regras da ABNT e às diretrizes estabelecidas na resolução nº 95 do CNJ, de 29 de outubro de 2009, que dispõe sobre a transição dos dirigentes dos Órgãos do Poder Judiciário.

#### 11.3 Acompanhamento de estatísticas e informações gerenciais

No campo das estatísticas, além das ações descritas na seção "Estatística Processuais", foi empreendida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão uma série de ações buscando o acompanhamento sistemático e um maior suporte a magistrados e servidores em relação a metas e indicadores do TJCE, destacando-se:

 criação de novos modelos de acompanhamento das metas do Judiciário Nacional, que apresentam tabelas e gráficos com os resultados alcançados por cada instância do TJCE;

- ii. apoio no acompanhamento pelo Gestor da Meta 4 de 2014, Desembargador Inácio Alencar, referente a processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, como forma de subsidiar os trabalhos por ele executados e fomentar o cumprimento da meta;
- iii. constante revisão e adequação de parâmetros de extração das informações referentes ao relatório Justiça em Números e às Metas do Conselho Nacional de Justiça (Metas 1, 2, 4 e 6 em 2014), em prol da fidedignidade dos dados;
- iv. Apoio metodológico na construção de indicadores e metas para o Planejamento Estratégico 2015-2020.

Elencam-se, demais disso, os estudos estatísticos e os relatórios de gestão elaborados pela Seplag ao longo do biênio, que subsidiaram a Gestão na tomada de decisão e no acompanhamento sistemático de resultados, promovendo, ainda, um melhor entendimento por parte de magistrados e servidores a respeito das metas e indicadores do TJCE, a saber:

Tabela 46: Estudos e Relatórios elaborados pelo Departamento de Informações Gerenciais

Nome	Descrição
Boletim Estatístico 2013.1	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Relatório Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2013
Nota Técnica 01/2013	Analisa e fornece esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2013 (ano-base 2012)
Relatório Anual de Gestão 2013	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no exercício de 2013
Boletim Estatístico 2013	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao ano de 2013
Nota Técnica 01/2014	Analisa de forma detalhada os critérios estabelecidos na Resolução nº 184/2013 do CNJ, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, bem assim apresenta o desempenho do TJCE nos referidos parâmetros.
Boletim Estatístico 2014.1	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2014
Estudo Técnico 01/2014	Analisa os resultados obtidos pelo TJCE nos principais indicadores do Relatório Justiça em Números referentes ao exercício de 2013, trazendo, ainda, análises comparativas envolvendo a evolução dos mesmos com relação aos anos anteriores



#### Conclusão

Nome	Descrição
Nota Técnica 02/2014	Analisa e fornece esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013)
Nota Técnica 03/2014	Atualiza os resultados apresentados na Nota Técnica 01/2014, com a inclusão dos dados divulgados no Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013), bem como analisa os critérios estabelecidos na Resolução nº 184/2013 do CNJ e apresenta o desempenho do TJCE nos referidos parâmetros
Estudo Técnico 02/2014	Analisa a série histórica de resultados obtidos com relação às metas institucionais contidas no Plano Estratégico 2010-2014, bem como apresenta propostas de indicadores para o Plano Estratégico 2015-2020, de acordo com os macrodesafios estipulados pelo CNJ e com os objetivos estratégicos do novo plano
Relatório de Transição	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no biênio de 2013-2014 visando ao aporte informações para a equipe de gestores que estará à frente do Judiciário do Ceará no próximo biênio
Relatório de Gestão 2014	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no biênio de 2013-2014 com vistas ao registro gerencial e histórico da equipe de Gao tão que esteve à frente do TJCE nos anos de 2013 e 2014

Fonte: Departamento de Informações Gerenciais/Seplag

#### 11.4 Curso Gestão do Conhecimento e Inovação

Visando ao aprimoramento de processos, produtos e serviços nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário do Ceará, foi realizado o curso "Gestão do Conhecimento e Inovação", em plataforma EaD, abordando conceitos introdutórios e técnicas relacionadas à inovação e à melhoria da gestão do conhecimento organizacional. A tutoria e a elaboração do conteúdo do curso foram realizadas por servidores da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

#### 11.5 Café da Gestão

Tendo como objetivo o aprimoramento de competências gerenciais e estratégicas dos seus servidores, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão promove, semanalmente, o Café da Gestão – ciclo de palestras ministradas por gestores, servidores e convidados, sobre temas relacionados à gestão. Os encontros proporcionam integração, compartilhamento de conhecimentos e debates em torno das lições aprendidas e das oportunidades de melhorias identificadas. Uma vez por mês mantém-se a rotina de convidar um palestrante externo para apresentar temas e discussões condizentes com os propósitos do Café da gestão. Nessas ocasiões, também são convidados servidores de outras áreas do Tribunal. Durante o ano de 2013, foram realizados 35 encontros do Café da Gestão, dos quais 02 foram conduzidos por

palestrantes convidados de outras instituições governamentais. Por sua vez, em 2014 foram realizados 37 encontros, sendo 04 conduzidos por palestrantes externos.

#### 11.6 Compartilhamento, fomento e reconhecimento de boas práticas de gestão

O TJCE, por meio da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, busca incentivar a cultura da publicação de boas práticas de gestão no serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado através do Banco de Boas Práticas do Judiciário cearense. O Banco fica situado *on line* na Central do Conhecimento.

No ano de 2013, o Banco de Boas práticas recebeu o seguinte quantitativo de participações:

Tabela 47 – Práticas publicadas no Banco de Boas Práticas em 2013

Classificação	Boas práticas internas	Boas práticas externas
Administrativas	7	3
Jurídicas	4	5
Socioambiental	1	4

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

Já no ano de 2014, foi empreendido alinhamento das metas setoriais da GAM de 13 unidades do Judiciário cearense no sentido de as mesmas encaminharem semestralmente, no mínimo, uma boa prática de gestão para o Banco. No referido ano, o quantitativo de participações foi:

Tabela 48 – Práticas publicadas no Banco de Boas Práticas em 2014

Classificação	Boas práticas internas	Boas práticas externas
Administrativas	19	4
Jurídicas	1	5
Socioambiental	5	2

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

Com o intuito de reconhecer a qualidade e o compartilhamento de práticas de gestão, no anos de 2014 foi promovida a 2ª edição do "Prêmio Melhores Práticas de Gestão". A premiação, ocorrida em março de 2014, referiu-se às boas práticas inscritas no Banco no ano de 2013, sendo esses os resultados da edição do Prêmio, conforme disciplinamentos editados pela Gestão 2013-2015 (Portaria nº 1117/2013 e Portaria nº 20/2014):



Tabela 49 - Edição 2013 do Prêmio Melhores Práticas de Gestão (premiação realizada em março de 2014)

Prática (título)	Colocação	Comarca	Autor(es)
Planejamento, metas e gestão de pessoas na administração judiciária como fator de valorização da imagem do Judiciário	1º lugar	Itapiúna	Dr. Erick Omar Soares Araujo (Magistrado)
Manual de rotinas cíveis e criminais	2º lugar	Fortaleza – 14 <sup>a</sup> unid. JECC	Francisca Nelzeny Feitosa Santos (Servidora)
Excelência no atendimento ao jurisdicionado	3º lugar	Fortaleza – TJCE	Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda (Magistrada)

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

## 11.7 Construção, validação, implantação e evolução do fluxo digital do plantão judiciário

Foi implantado pela Secretaria Judiciária, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o fluxo digital do Plantão Judiciário de segundo grau, a fim de possibilitar o recebimento, o cadastramento e o encaminhamento, no sistema SAJ-SG, dos processos recebidos durante os Plantões Judiciários realizados nos finais de semana e nos feriados.

# 11.8 Análise do manual de racionalização de procedimentos do CNJ e validação da nova tabela de índices para realização de cálculos judiciais

Foi realizada, pela Secretaria Judiciária, análise do Manual de Racionalização de Procedimentos do Conselho Nacional de Justiça e validação de nova tabela de índices para a realização de cálculos judiciais.

## 11.9 Reforma nas instalações físicas das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Judiciária

Foram realizadas reformas nas instalações do Departamento Judiciário Cível, Divisão de Distribuição e Departamento de Serviços Judiciários de Apoio, racionalizando os respectivos espaços físicos e adequando-os à realidade do processo eletrônico.

A reforma apresentou um quadro positivo de controle das atividades exercidas pelos servidores, melhorando o desempenho dos mesmos, a exemplo da concentração dos Serviços de Recursos das Câmaras em uma única área, como também a mudança do Serviço de Cálculos para uma sala com maior espaço físico e mais privacidade considerando o trabalho que o setor realiza.

#### 11.10 Saneamento das informações dos sistemas SProc e SAJ-SG

Com escopo de reduzir a taxa de congestionamento do 2º grau (Meta Institucional nº 02), nos termos da Resolução nº 06/2014 do Órgão Especial, foi realizado pela Secretaria Judiciária o saneamento das informações processuais contidas nos sistemas SProc e SAJ-SG.

#### 11.11 Descentralização do protocolo administrativo

Os departamentos desta Corte implantaram como boa prática, no exercício de 2014, a protocolização de CPA (Cadastro de Processo Administrativo) em todas as suas unidades, em conformidade com a Portaria nº 1994/2012.

#### 11.12 Projeto de transparência do protocolo e da distribuição

Visa disponibilizar ao público em geral informações acerca dos processos interpostos, através de monitores alocados no "hall" dos setores respectivos. O projeto é coordenado pela Secretaria Judiciária.

#### 11.13 Certidão on line do 2º grau

O projeto, que é conduzido pela Secretaria Judiciária e se encontra em fase de planejamento, visa disponibilizar, no Portal do TJCE na rede mundial de computadores, o serviço de emissão de "Certidão *on line*" dos processos de 2º grau.

#### 11.14 Reestruturação do setor de cálculos judiciais

Objetiva racionalizar, padronizar e manualizar os procedimentos e metodologias de cálculos financeiros adotados no Tribunal de Justiça e no Serviço de Contadoria do Fórum



Clóvis Beviláqua, bem como adequar o espaço físico e os equipamentos, incrementar o quadro de pessoal e capacitar os servidores. O projeto se encontra na fase de realização e vem sendo coordenado pela Secretaria Judiciária.

#### 11.15 Reestruturação da Assessoria de Precatórios

Conferindo especial atenção ao Serviço de Precatórios, foi proposto ao Poder Legislativo Estadual a alteração da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, com o objetivo de transformar o antigo Serviço de Precatórios em Assessoria de Precatórios, órgão de assessoramento direto à Presidência, integrado por uma Assessoria de Cálculos e uma Assessoria Jurídica, sob a coordenação de um Assessor-chefe. A transformação ocorreu em 15 de julho de 2013, com a publicação da Lei nº 15.380, de 11 de julho de 2013.

Atualmente, referida unidade administrativa, além das assessorias citadas – dois assessores jurídicos e uma assessora técnica de cálculos –, conta com equipe de apoio compreendendo seis servidores efetivos, quatro funcionários terceirizados e doze estagiários, bem como recebe o auxílio de dois assessores jurídicos cedidos pela Consultoria Jurídica e um assessor jurídico cedido pelo gabinete do Desembargador ocupante da Presidência.

Foi reestruturado, de igual forma, o espaço físico do setor, tendo sido iniciado projeto de ampliação e modernização nas suas instalações, objetivando adaptá-lo à nova estrutura organizacional trazida pela Lei nº 15.380/2013. O novo layout disponibiliza espaços que possibilitam comunicação direta entre o Assessor-chefe, as Assessorias Jurídica e de Cálculos, Sala de Apoio e o Gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência, permitindo maior rendimento dos servidores atualmente lotados nesta unidade administrativa.

Nesse passo, houve alteração nas instalações do protocolo próprio da Assessoria de Precatórios, que passou a contar com espaço mais reservado para o atendimento às partes (credores/advogados/procuradores).

O protocolo também foi modernizado com a implantação do Sistema SAJ Protocolo, que permite o recebimento, digitalização e juntada imediata das petições apresentadas pelos credores em meio físico ao SAJ-SG – Fluxo de Precatórios. Importante salientar que os advogados cadastrados, a partir da publicação da Resolução nº 13/2013, do TJCE, passaram a apresentar suas petições virtualmente, fazendo uso do Sistema SAJ-SG.

No contexto da reestruturação, foram, ainda, realizadas as seguintes ações:

i. promovida a readequação de metas e indicadores da GAM do setor;

- ii. oportunizada a capacitação da equipe de colaboradores: promoção de treinamento dirigido a todos os servidores da unidade no Sistema SAPRE, e, no decorrer do mês de novembro, o treinamento para uso do SAJ-SG Fluxo de Precatórios (2013). Sobre o Sistema SAPRE, também foi promovida pela Assessoria de Precatórios capacitação externa, para servidores lotados no Fórum Clóvis Beviláqua e no TJCE (2014);
- iii. idealizado e posto em prática projeto de capacitação interna da equipe de colaboradores, compreendendo matéria de interesse da Assessoria de Precatórios e apresentada por servidores da própria unidade administrativa (2014);
- iv. alocação de servidores e estagiários, de acordo com suas aptidões, nas unidades internas da Assessoria de Precatórios (Apoio, Assessoria Jurídica e Assessoria Técnica de Cálculos);
- v. desenvolvimento de cultura interna do conhecimento compartilhado no setor, dotando todos os servidores do conhecimento geral sobre o trabalho dos colegas, com o objetivo de permitir que cada um possa substituir os demais quando necessário, em virtude de férias ou licenças, o que tem garantido a continuidade do serviço público prestado pelo setor;
- vi. reestruturação e atualização do Portal Eletrônico da Assessoria de Precatórios, com sua atualização constante, buscando o aprimoramento das informações a serem por meio dele divulgadas, incluindo ferramentas de consultas aos precatórios em andamento e peticionamento eletrônico.

#### 11.16 Projeto Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial

O projeto foi desenvolvido pela Secretaria Geral com o objetivo de possibilitar o pagamento, com fonte de custeio definida no orçamento do Poder Judiciário estadual, de honorários a peritos, tradutores e intérpretes em processos cíveis em que deferido o benefício da justiça gratuita, constituindo-se atualmente atividade desenvolvida pela Secretaria Judiciária.

A normatização da matéria se deu mediante à Resolução nº 10/2012, do Órgão Especial, tendo o projeto sido finalizado em outubro de 2014, com a publicação do Edital de Credenciamento nº 01/2014, de 31/10/2014, publicado no DJe de 03/11/2014, possibilitando ao Poder Judiciário estadual a formação do Banco de Peritos. Participaram da elaboração do



referido edital de credenciamento a Consultoria Jurídica, a Secretaria Judiciária e a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua

Foi ainda desenvolvido e implantado sistema informatizado para interessados em integrar o Banco Estadual de Peritos, mediante inscrição pela *internet*, possibilitando às unidades judiciárias o acompanhamento das informações relativas aos peritos cadastrados por comarca.

#### 11.17 Gestão de Pessoas – magistrados de 1º Grau das comarcas do interior do Estado

É realizado, pela Secretaria Geral, o controle de todas as movimentações e afastamentos dos magistrados do 1º grau das comarcas do interior do Estado), tais como substituições, férias, licença para tratamento de saúde, outros afastamentos, bem como os procedimentos referentes à promoção, à remoção, ao acesso e às permutas, além daqueles referentes ao provimento de vagas de membro efetivo e suplente das Turmas Recursais.

Nesse sentido, foi criada pasta compartilhada com informações sobre magistrados de 1º grau, permitindo seu acesso pelo Gabinete da Presidência, Secretaria Geral e Fórum Clóvis Beviláqua. Relativamente aos magistrados de 1º grau, são ainda realizadas:

- i. concessão de Suprimento de Fundo a magistrados do interior do Estado;
- ii. recadastramento dos pedidos de auxílio-moradia, havendo sido analisados cerca de 90 processos administrativos em 2013 e 71 em 2014, com verificação da instrução, expedição de comunicações, informações, despachos e planilhamento dos processos deferidos, implantados em folha, indeferidos ou com pendências;
- iii. análise de processos administrativos referentes às escolhas de Juízes Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na classe de Juiz de Direito, efetivos e suplentes, inclusive com preparo dos expedientes necessários às votações pertinentes durante sessão do Tribunal Pleno para a indicação dos escolhidos;
- iv. análise e autorização de cadastro dos magistrados e servidores no Infoseg,
   Renajud, Bacenjud e Infojud;
- v. levantamento sobre todas as situações de "respondência" dos magistrados lotados em comarcas do interior do Estado – seja dentro e/ou fora da respectiva zona judiciária de atuação, registrando-se a elaboração de portarias para definição de novas situações;

vi. concessão de licença para tratamento de saúde a magistrados da capital.

Tabela 50 - Movimentações e afastamentos de magistrados das comarcas do interior do Estado

Portaria de designação para atuar em processo por natureza	2013	2014
Suspeição/Impedimento	43	20
Auxílio em Comarca	6	3
Resp. Férias	68	37
Resp. Liçenca	15	21
Resp. Vacância	31	10
Afastamento	3	4
Diretoria de Fóruns	20	8
Revogação	20	8
Celebração de Casamento	29	13

Fonte: Secretaria Geral

#### 11.18 Assessoramento administrativo e financeiro/exercício de delegação

A Secretaria Geral atua no exercício de delegação de competências, na autorização, análise e revisão de informações em processos de compras e outros serviços cujo valor seja superior ao estabelecido para a modalidade Carta Convite – acima de R\$ 80.000,00, e, ainda, dos seguintes tipos de procedimentos:

- autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, respectiva autorização de emissão de empenho, assinatura de Notas de Empenhos e reconhecimento de dívida, conjuntamente com os Secretários das áreas;
- autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, respectiva autorização de emissão de empenho, assinatura de Notas de Empenhos e reconhecimento de dívida;
- iii. ordenação e autorização de despesas relativas às atividades do Gabinete da Presidência e do Gabinete da Vice-Presidência, até o limite do valor estabelecido para a modalidade Tomada de Preços, inclusive a instauração de procedimento licitatório, sua homologação e ainda para compra e contratação de prestação de serviços para essas Unidades.



Os dados a seguir demonstram o volume quantitativo das citadas atividades:

Tabela 51 - Análise e Decisões em Processos Administrativos 2013-2014

Entrada		Saída		Arquivados	
2013	2014	2013 2014		2013	2014
10.105	9.051	9.748	8.797	393	215

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Dentre outras ações desenvolvidas pela Secretaria Geral, destacam-se:

- a revisão da normatização da edição do Diário da Justiça Portaria nº 41/2014;
- ii. a realização de campanhas, a cargo do Departamento de Serviços Integrados de Saúde como Triagem Vocal, Vacinação contra Gripe e Hepatite B, Combate e Prevenção da Obesidade, Combate à Hipertensão Arterial, Dia Mundial da Voz, Outubro Rosa e Novembro Azul;
- iii. a análise e a elaboração de designação para juízes de paz e suplentes: editados24 provimentos em 2013 e 46 em 2014.
- iv. o secretariado ao Tribunal Pleno e Órgão Especial;
- v. a elaboração das pautas das sessões do Órgão Especial, a partir do mês de julho de 2013;
- vi. o gerenciamento do Plantão Judiciário do 2º Grau consistindo na programação, controle das designações dos magistrados plantonistas, elaboração de expedientes referentes a plantões com a edição de portarias semanais que designam magistrados para exercer os plantões de fins de semanas, feriados e dias de pontos facultativos, expediente diferenciado natalino, bem como exercer o controle das permutas entre Desembargadores;
- vii. o assessoramento a questões relativas à gestão de pessoas no tocante a magistrados de 2º grau e o controle dos afastamentos de desembargadores: concessão, ressalva e alterações de férias e de licença para tratamento de saúde. Destaca-se, ainda, a criação de pasta compartilhada com informações sobre magistrados do 2º grau para acesso por parte do Gabinete da Presidência, Secretaria Geral e Fórum Clóvis Beviláqua.

#### 11.19 Serviço de protocolo postal

Tendo como objetivo facilitar o acesso à Justiça e oferecer meios que possibilitem maior celeridade e eficiência aos serviços prestados pela Justiça Estadual do Ceará, foi instituído, por meio da Resolução nº 10/2014 do Órgão Especial do TJCE, o Serviço de Protocolo Postal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, respaldado em convênio celebrado entre este Tribunal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Participaram da elaboração da referida Resolução a Secretaria Judiciária e a Consultoria Jurídica da Presidência deste TJCE.

#### 11.20 Revista de Pareceres Administrativos da Consultoria Jurídica

Encontra-se em vias de conclusão, com previsão de lançamento para dezembro de 2014, a Segunda Edição da Revista de Pareceres Administrativos da Consultoria Jurídica, que colaciona entendimentos firmados pelo setor e encampados pela Presidência do TJCE no biênio 2013-2014. Espera-se que a revista sirva de parâmetro de consulta para as gestões vindouras.

#### 11.21 Guarda e gerenciamento de processos físicos

Com a adoção pelo Tribunal de Justiça do Ceará do processo judicial eletrônico e, considerando o aumento da produção de informações em formato digital, tornou-se necessário que a Assessoria Institucional, por meio da sua Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, realizasse a guarda e o gerenciamento dos autos físicos após a sua conversão. No biênio 2013-2014 foram recebidos 23.760 processos físicos, referentes às varas Cíveis, da Fazenda Pública, Criminais e de Trânsito. Da parte da Secretaria Judiciária, foram recebidos 7.896 processos.

No que concerne aos processos relativos ao 2º grau, a Assessoria Institucional, por meio da sua Divisão de Arquivo, desempenhou as seguintes ações: conferência, higienização, triagem e reorganização de 1.200 caixas de 20kg e de 760 caixas tipo box; arquivamento e desarquivamento de 15.447 processos, dos quais 14.955 eram jurídicos; conferência de 627 fichas financeiras digitalizadas dos servidores, proporcionando maior segurança nas juntadas de peças de processos digitais; organização de livros de atas, de acórdãos e de cursos de apelação cíveis e criminais, totalizando 600 livros de períodos diversos (englobando



exemplares datados do ano de 1881 a 2004); e a reestruturação da sala-cofre, com a realocação de estantes e a consequente organização de 887 caixas alocadas no espaço.

#### 11.22 Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe

A Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe encontra-se totalmente informatizada, possuindo um acervo de 9.706 títulos e 13.725 exemplares de livros, além de 210 títulos de periódicos, disponíveis para pesquisas e empréstimos. Há de se ressaltar que, no biênio 2013-2014, a Biblioteca realizou um total de 4.164 empréstimos e, somente em 2014, recebeu a visita de cerca de 1.600 alunos oriundos de diversas escolas públicas e faculdades de direito. Além disso, é realizada mensalmente uma pesquisa de percepção do grau de satisfação do público com o material disponibilizado na Biblioteca e com os serviços prestados, sendo aferido que os usuários se encontram com nível de satisfação de 98%.

#### 11.23 Programa Nacional de Gestão Documental

Em consonância com a Recomendação nº 37 e com a Portaria nº 616/2010, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que instituíram, respectivamente, o Programa Nacional de Gestão Documental e o Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), a Assessoria Institucional, por meio do Departamento de Gestão de Documentos, iniciou os trâmites necessários ao atendimento das citadas normas, a saber:

- estudo, desenvolvimento, planejamento e coordenação das atividades relacionadas à organização técnica e administrativa de gestão documental;
- ii. coordenação do grupo de trabalho de gestão documental, referente ao recebimento e guarda dos processos digitalizados oriundos do Fórum Clóvis Beviláqua;
- iii. catalogação de normas arquivísticas;
- iv. esboço das tabelas de temporalidade de documentos.

Nesse contexto, foram iniciados, em 2013, os trabalhos necessários à implantação da política de gestão documental no âmbito do Poder Judiciário cearense (Proged), que definirá as condições necessárias à padronização e à melhoria dos processos de trabalho, bem como à preservação e à divulgação das informações, resultando no aprimoramento da prestação jurisdicional e da utilização dos acervos judiciais como fonte de pesquisa histórica.

Vale salientar que, além de atender às diretrizes e normativos do CNJ, a implantação do Proged resultará na criação de Tabela de Temporalidade, que será utilizada pelo TJCE como parâmetro para o descarte de documentos físicos e eletrônicos, incorrendo em redução de custo e otimização no uso do espaço disponível.

#### 11.24 Projeto "Amor à Vida, Crack Não!"

Realizado em parceria com o Instituto Venelouis Xavier Pereira / Jornal O Estado, o Projeto leva, a diversas escolas públicas, palestras com psicólogos e ex-usuários de drogas esclarecendo sobre o uso do crack e de outras drogas.

Sob monitoramento e execução da Assessorial de Cerimonial do TJCE, já foram beneficiados pela ação 2.027 alunos da rede pública estadual e municipal.

#### 11.25 Eventos

Seguem listas de eventos e ações realizados e/ou acompanhados pela Assessoria de Cerimonial:

Tabela 52 - Eventos - Gestão 2013-2015

Data	Hora	Eventos	Local
29/01/2013	14h	Solenidade de Posse do novo Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	Fórum Clóvis Beviláqua
29/01/2013	16h30min	Solenidade de Transmissão de Cargo de Corregedor Geral de Justiça	Corregedoria
05/02/2013	19h30min	Solenidade de Posse Diretor da Esmec	Esmec
22/02/2013	15h	Solenidade de Posse do Presidente da Cejai	Sala de Convivência do TJCE
08/03/2013	9h30min	Debate sobre Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Colégio Deputado Paulo Benevides
15/03/2013	14h30min	Missa em Ação de Graças pela Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira	Capela do TJCE
20/03/2013	9h às 12h	Reunião Conjunta do TJCE/MP/Defensoria Publica com membros do GTDA (Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária, diplomatas e representantes Governo Federal)	Antigo Pleno
23/04/2013	16h	Reunião com Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Luciano Losekann sobre Mutirão Carcerário	Antigo Pleno
03/05/2013	15h	Páscoa dos Magistrados	1º Salão do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua
11/05/2013		Passeio ao Beach Park	Beach Park
13/05/2013	12h	Missa em Ação de Graças à Nossa Senhora de Fátima, Dia das Mães e Coroação de Maria	Capela do TJCE



#### Continuação

Data	Hora	Eventos	Local
14/05/2013	12h	Culto em Ação de Graças ao Dia das Mães	Hall do 1° andar do TJCE
16/05/2013	16h30min	Aposição de fotografias dos ex-presidentes do TJCE	Galeria do TJCE - andar térreo
05/06/2013	9h	Visita de Alunos da EMEIF Dom Antonio Batista Fragoso	TJCE
05/06/2013	10h	Solenidade do dia do Meio Ambiente	TJCE
12/06/2013	14h30min	Palestra da Magistrada Rosália Gomes dos Santos na Escola de Ensino Médio Presidente Humberto Castelo Branco	Escola
13/06/2013	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos novos Dirigentes do TER	Capela do TJCE
14/06/2013	16h	Solenidade de Posse dos novos Dirigentes do TRE	Pleno do TJCE
17/06/2013	10h	Sessão Pública de escolha de comarcas dos novos Juízes	Antigo Pleno
24/06/2014	10h	Homenagem do TJCE ao Centenário de Luiz Gonzaga e festividades juninas do Poder Judiciário	TJCE
04/07/2013	14h	Solenidade de Posse de 35 Juízes Substitutos em Comarcas do Interior	Pleno do TJCE
09/07/2013	17h	Missa em Ação de Graças pelo Natalício do Des. Suenon Mota	Capela Nossa Senhora de Fátima - TJCE
16/07/2013	10h	Solenidade de conclusão do Curso de Brigadistas do Poder Judiciário cearense	Auditório da Corregedoria
26/07/2013	16h	Solenidade de Posse dos Magistrados Lisete de Sousa Gadelha e Raimundo Nonato Silva Santos como Desembargadores do TJCE	Pleno do TJCE
08/08/2013	16h	Solenidade de Posse do Advogado Paulo Airton Albuquerque Filho como Desembargador do TJCE	TJCE
14/08/2013	17h	Aula-show com Ariano Suassuna	Esmec
02/09/2013		Abertura da Exposição "Os símbolos Oficiais e a construção da identidade nacional"	TJCE
16/09/2013	8h	Abertura do Curso de Mediação e Conciliação no âmbito dos Cartorários	Esmec
19/09/2013	16h30min	Missa em Ação de Graças pelo aniversário natalício do Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz	Capela do TJCE
24/09/2013	14h30min	Palestra do Magistrado Cristiano Rabelo Leitão	Escola EMEIF Profa. Aldaci Barbosa
14/10/2013		Viagem a Crateús – Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Crateús
16/10/2013	14h30min	Palestra de Magistrado na EEM Colégio Estadual Liceu do Ceará	Liceu do Ceará
22/10/2013	14h30min	Palestra de Magistrado Cid Peixoto do Amaral na EMEIF Marieta Cals	Colégio
24/10/2013	9h30min	Apresentação do Coral pelo Dia do Servidor Público	TJCE
25/10/2013	9h30min	Comemorações do Dia do Servidor	TJCE
04/11/2013		Viagem a Limoeiro do Norte - Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum Limoeiro do Norte
25/10/2013		Apresentação do Coral pelo Dia do Servidor Público Comemorações do Dia do Servidor Viagem a Limoeiro do Norte - Reunião do Presidente com	TJCE Fórum Limoeiro do

Continuação

Continuação	**	<b>P</b>	
Data	Hora	Eventos	Local
05/11/2013	9h	Reunião de Trabalho acerca da Implantação do Selo Digital para Cartorários da capital e Região Metropolitana	Auditório da Corregedoria
05/11/2013	14h	Visita de Alunos da EMEIF Marieta Cals	TJCE
11/11/2013		Viagem a Juazeiro do Norte - Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Juazeiro do Norte
13/11/2013	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos Magistrados Mário Parente Teófilo Neto e Maria Edna Martins como Desembargadores do TJCE	Fórum Clóvis Beviláqua
13/01/2013	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício do Des. Francisco Auricélio Pontes	Capela do TJCE
07/02/2014	10h	Entrega do Diploma "Missão Cumprida"	Antigo Pleno
10/03/2014	9h30min	Apresentação do Coral pelo Dia Internacional da Mulher	TJCE, CDI e Corregedoria
13/03/2014	8h às 18h	Curso e Seminário sobre Adoção	Esmec
17/03/2014		Solenidade de Abertura da I Semana Nacional do Juri	Fórum Clóvis Beviláqua
20/03/2014	14h	Visita de 30 Alunos do Master Concursos	TJCE
26/03/2014	9h	Visita de Alunos da EMEIF Professora Aldaci Barbosa	TJCE
26/03/2014	14h	Visita de Alunos da EMEIF Belarmina Campos	TJCE
27/03/2014	14h	Visita de 30 Alunos do Master Concursos	TJCE
15/04/2014	14h30min	Palestra na EEM Liceu de Messejana	Liceu de Messejana
24/04/2014	8h às 17h	VI Seminário sobre Mediação	Esmec
25/04/2014	14h30min	Palestra na EM Aldemir Martins	Escola
26/04/2014	9h às 13h	Páscoa dos Magistrados	CEU
30/04/2014	16h	Solenidade de Lançamento do Livro "Série Direito Vivo Vol. II – Sentenças"	Restaurante dos Desembargadores
08/05/2014	10h	Solenidade em Homenagem ao Dia das Mães	TJCE
20/05/2014	14h30min	Palestra na EEFM Moema Távora	Colégio
28/05/2014	9h	Visita de Alunos da EM Professora Lireda Facó	TJCE
28/05/2014	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos novos Desembargadores José Tarcílio e Tereze Neumann	Fórum Clóvis Beviláqua - Salão do Juri
29/05/2014	16h	Solenidade de Posse dos Magistrados José Tarcílio Souza da Silva e Tereze Neumann Duarte Chaves	TJCE
30/05/2014	14h30min	Palestra de Magistrados na EM Prof. Antonieta Cals	Escola
06/06/2014	16h	Lançamento do Livro "Série Direito Vivo – Vol. II – Sentenças"	Restaurante dos Desembargadores
09/06/2014	14h	Assinatura de Convênio com Sinduscon	Sala da Presidência
08/07/2014	11h	Assinatura de convênio de cessão remunerada de imóveis do Interior do Estado para a instalação de Cartórios Eleitorais	Sala da Presidência
			Q .:



Continuação

Continuação	***	_	
Data	Hora	Eventos	Local
14/07/2014	14h	Posse da Desa. Maria Edna Martins como Ouvidora Geral do Poder Judiciário	Sala da Presidência
22/07/2014	14h30min	Palestra do Magistrado Yuri Cavalcante Magalhães na EEFM Monsenhor Dourado	EEFM Monsenhor Dourado
19/08/2014	14h30min	Palestra de Magistrado na EEFM General Eudoro Correia	Escola
28/08/2014	10h	Sessão Pública FCC	Antigo Pleno
28/08/2014	15h	Solenidade de instalação do Conselho da Comunidade de Fortaleza	1º Salão do Júri
25/08/2014	13h30min	Cerimônia de entrega do Relatório do III Mutirão Carcerário no Estado do Ceará com Conselheiro Guilherme Calmon	Pleno do TJCE
13/01/2014	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício do Des. Francisco Auricélio Pontes	Capela do TJCE
15/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (1º Encontro)	Esmec
16/09/2014	14h30min	Palestra de Magistrado em Escola Projeto Amor à vida, Crack não	EEFM Liceu Prof. Domingos Brasileiro
19/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (2º Encontro)	Esmec
22/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (3º Encontro)	Esmec
24/09/2014	16h	Julgamento dos Recursos do Concurso para Juiz	Antigo Pleno
26/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (4º Encontro)	Esmec
26/09/2014	14h30min	Palestra de Magistrado no Projeto Justiça e Cidadania	EM Filgueiras Lima
13/10/2014	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse de novas Desembargadoras	1º Salão do Júri – Fórum Clóvis Beviláqua
15/10/2014	16h	Solenidade de Posse das Magistradas Maria de Fátima de Melo Loureiro e Helena Lúcia Soares como Desembargadoras desta Egrégia Corte de Justiça	Auditório Bernardo Machado da Costa Dória (Pleno 1º andar TJCE)
21/10/2014	14h30min	Palestra na EEFM Telina Barbosa	Escola (Rua Dr. Pergentino Maia, 811 – Messejana )
29/10/2014	15h	Ato Ecumênico em homenagem ao Dia do Servidor Público	Hall do 1º andar - TJCE
30/10/2014	9h	Apresentação do Coral do TJCE em homenagem ao Dia do Servidor Público	TJCE e Fórum Clóvis Beviláqua
31/10/2014	14h30min	Palestra na EM Dom Antonio de Almeida Lustosa	Escola (Rua Geraldo Barbosa, 3901 – Granja Lisboa)
24/11/2014	8h	Abertura da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
28/11/2014	14h30min	Palestra do Promotor de Justiça Francisco Edson de Sousa Landim na EM José Carvalho	Escola (Rua Clodoaldo Arruda, 1.300 - José de Alencar)
28/11/2014	16h	Solenidade de Encerramento da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
03/12/2014	10h	Prêmio Cidadania Judiciária	Auditório Dom Aloísio Lorscheider

#### Conclusão

Data	Hora	Eventos	Local
05/12/2014	10h	Solenidade de entrega da Medalha do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo - "Valorização do 1º Grau"	Auditório da Corregedoria
10/12/2014	15h	Natal do Poder Judiciário	Hall do 1º andar - TJCE
12/12/2014	14h	Lançamento do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
15/12/2014		Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua	Pleno do TJCE
17 a 19/12/2014	16h	Lançamento de Livros do Conselho Editorial do TJCE	Hall do 1º andar - TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 53 - Serviços de Floricultura da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

Data	Eventos	Local
18/01/2013	Inauguração da 22ª JECC Faece/Fafor	JECC
25/01/2013	Missa de Ação de Graças pelo novos dirigentes do TJCE	TJCE
28/01/2013	Posse do Presidente do TJCE	TJCE
05/02/2013	Posse do Diretor da Esmec	Esmec
14/03/2013	Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira	TJCE
10/04/2013	Velório da Sra. Terezinha Melo	Velório
03/05/2013	Páscoa dos Magistrados	Fórum Clóvis Beviláqua
22/05/2013	Velório da Sra. Eulália Medeiros	Velório
28/06/2013	Velório do Sr. José Lima de Oliveira	Velório
26/07/2013	Velório do Sr. Fco. das Chagas Oliveira	Velório
26/07/2013	Posse da Desa. Lisete e Des. Raimundo Nonato	TJCE
08/08/2013	Posse do Des. Paulo Airton	TJCE
07/08/2013	Abertura do Mutirão Carcerário	Fórum Clóvis Beviláqua
22/08/2013	Velório da Sra. Meyre Augusto	Velório
27/08/2013	Palestra na Esmec	Esmec
14/10/2013	Velório do Des. aposentado Raimundo Hélio de Paiva Castro	Velório
31/10/2013	Velório do Sr. José Humberto Diniz de Freitas	Velório
13/11/2013	Missa no Fórum dos Desembargadores	Fórum Clóvis Beviláqua
14/11/2013	Posse dos Desembargadores Mário Parente e Edna Martins	TJCE
27/02/2014	Funeral da Sra. Maria Helena Cordeiro Cavalcante	Velório
12/05/2014	Funeral da Sra. Leda Maria Granja de Castro	Velório
28/05/2014	Missa em ação de graças pela posse dos novos Desembargadores	TJCE
29/05/2014	Posse dos novos Desembargadores	TJCE
06/06/2014	Lançamento do 2º volume da "Série Direito Vivo Sentenças"	TJCE
05/08/2014	Funeral do Des. Carlos Facundo	Velório
06/10/2014	Funeral da Sra. Maria Goreti de Macedo Sátiro	Velório
04/11/2014	Funeral da Sra. Maria Irma Belfort Cavalcante	Velório
12/11/2014	Posse das Desembargadoras Maria de Fátima Loureiro e Helena Lúcia Soares	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Tabela 54 - Serviços de Sonorização da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

Data	Eventos	Local
25/10/13	Solenidade de encerramento da Semana do Servidor	TJCE
05/11/13	Palestra do Profo Juarez Freitas	Esmec
14/11/13	Posse dos Desembargadores Mário Parente e Maria Edna	TJCE
14/03/13	Vídeo-aula realizada pela Seplag e Coges	TJCE
08/05/14	Homenagem ao dia das mães	TJCE
29/05/14	Posse dos Desembargadores Tereze Neumann e José Tarcílio	TJCE
15/10/14	Posse das Desembargadoras Fátima Loureiro e Helena Lúcia	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 55 - Serviços de *Buffet* da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

Data	Eventos	Local	Quantidade de pessoas
02/01/13	Coquetel posse do Corregedor	TJCE	157
28/01/13	Coquetel posse do Presidente	TJCE	800
05/02/13	Coquetel posse do Diretor da Esmec	Esmec	327
14/03/13	Coquetel posse da Desa. Gladys	TJCE	300
09/04/13	Almoço Pres. Assembléia Zezinho Albuquerque	TJCE	30
17/05/13	Almoço Pres. Assembléia Zezinho Albuquerque	TJCE	32
26/07/13	Posse Desa. Lisete e Des. Raimundo Nonato	TJCE	400
08/08/13	Coquetel posse do Des. Paulo Airton	TJCE	500
27/08/13	Coquetel Esmec	Esmec	55
31/0314	Abertura da Semana Nacional do Tribunal do Júri	Fórum Clóvis Beviláqua	40
04/04/14	Encerramento da Semana Nacional do Tribunal do Júri	Fórum Clóvis Beviláqua	40
09/05/14	VI seminário na Esmec	Esmec	100
02/06/14	Posse dos Desembargadores Thereze Neumann e José Tarcílio Souza	TJCE	400
16/10/14	Posse das Desembargadoras Maria de Fátima Loureiro e Helena Lúcia Soares	TJCE	400

Fonte: Assessoria de Cerimonial

### 12. Vice-Presidência

#### 12.1 Introdução

Com as atribuições previstas pela Portaria nº 358/2011, a partir de então, a Vice-Presidência passou a desempenhar novas funções administrativas e judiciais ao compartilhar com a Presidência do Tribunal, dos juízos de admissibilidade, apreciação de providências de urgência, cautelares para concessão de efeito suspensivo, determinar o cumprimento de decisões proferidas etc. Ainda cumpre a esta unidade as disposições relativas à distribuição de processos.

Ademais, tendo em vista a alteração processual inaugurada com a Lei nº 11.672/2008, que criou, para os tribunais superiores o julgamento por amostragem, a Vice-Presidência passou, também, a ter competência para obstaculizar a admissão dos recursos excepcionais e, ainda, proceder ao juízo de conformidade do acórdão impugnado, com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral ou pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso representativo da controvérsia.

Dessa forma, destaca-se o crescimento do acervo processual digital, bem como o quantitativo exacerbado de processos físicos, localizados no Serviço de Recursos Privativos, muitos dos quais sobrestados/suspensos, em aguardo ao julgamento dos temas paradigmas pelos Tribunais Superiores.

Pautando-se em valores institucionais imprescindíveis ao exercício da função jurisdicional, quais sejam: celeridade, transparência, imparcialidade, cooperação e respeito ao jurisdicionado, a Vice-Presidência, sob a administração do Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, envidou esforços para contribuir com o fortalecimento e a eficiência do Poder Judiciário estadual, no que lhe compete.

#### 12.2 Estatística processual

#### 12.2.1 Procedimentos Administrativos

Durante o biênio 2013-2014, o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva atuou como relator de um total de 14 procedimentos administrativos de competência da Vice-Presidência no Conselho da Magistratura.



#### 12.2.2 Processos Distribuídos e Redistribuídos

Neste biênio foram distribuídos 117.193 processos, dos quais 96.485 foram distribuídos/redistribuídos e outros 20.708 foram transferidos.

#### 12.2.3 Processos Analisados

Durante a atual Gestão, 10.005 processos foram analisados, onde foram proferidos 4.179 juízos prévios de admissibilidade dos recursos constitucionais; 427 despachos de sobrestamento, suspensão do processo, indeferimento, não conhecimento ou retenção do recurso; e, ainda, 5.399 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente. A seguir, apresenta-se quadro com maior detalhamento:

Tabela 56 – Processos Analisados pela Vice-Presidência

Processos Analisados	Quantidade
Recursos Especiais	3.019
Recursos Extraordinários	559
Recursos Ordinários	601
Decisões Diversas	427
Despachos de mero expediente	5.399

Fonte: Vice-Presidência

#### 12.2.4 Processos com Pedido de Providência Urgente

Nos termos do art. 39, §10 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foram apreciados 227 pedidos de providência urgente em *Habeas Corpus*, Agravo de Instrumento e Mandado de Segurança. Analisou-se, ainda, 16 Cautelares apresentadas no intuito de atribuir efeito suspensivo aos recursos excepcionais. Segue detalhamento:

Tabela 57 – Processos com Pedido de Providência Urgente

Processo	Quantidade
Habeas Corpus	207
Agravos de Instrumento	13
Mandado de Segurança	7
Cautelares	16

Fonte: Vice-Presidência/TJCE

Os resultados obtidos durante o biênio traduzem o comprometimento e o esforço de toda a equipe da Vice-Presidência em contribuir com uma prestação jurisdicional justa e eficaz.

#### 12.3 Ações e projetos

A partir da identificação dos trabalhos a serem desempenhados pela Vice-Presidência, buscou-se desenvolver mecanismos que otimizassem a execução das atividades, aprimorando os métodos de trabalho a serem realizados pela equipe, os quais visam, em suma, a uma prestação mais célere e adequada do serviço.

Distribuíram-se funções entre os servidores do set como forma de melhor aproveitar a equipe e alcançar as metas institucionais, além de proporcionar maior eficiência na prestação jurisdicional pretendida, a saber:

- i. juízo prévio de admissibilidade dos recursos excepcionais (Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Recurso Ordinário) e seus incidentes;
- aplicação da sistemática da repercussão geral e dos recursos representativos de controvérsia;
- iii. análise de providência de urgência em *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança, Agravo de Instrumento e outros feitos;
- iv. análise de medida cautelar para concessão de efeito suspensivo ao recurso;
- v. decisões/acórdãos dos processos do Conselho da Magistratura;
- vi. despachos em Agravos que determinam a sua remessa aos Tribunais Superiores;
- vii. cumprimento das providências solicitadas pelo STF e STJ;
- viii. apreciação dos questionamentos e peticionamentos apresentados acerca da distribuição, competência e de matérias relacionadas aos processos que se encontram nesta unidade;
- ix. despachos de mero expediente;
- x. informação mensal ao Conselho Nacional de Justiça acerca da produtividade da unidade;
- xi. informação mensal ao setor competente acerca da produtividade da unidade com relação à da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM);
- xii. atendimento ao público;



xiii. controle do material de papelaria e copos, na busca por reduzir o seu consumo.

Durante os anos de 2013 e 2014, o Vice-Presidente realizou viagens institucionais, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. De igual forma, em algumas oportunidades assumiu interinamente a Presidência do Tribunal de Justiça. O Desembargador Francisco Lincoln também participou do programa Judiciário em Evidência, oportunidade em que falou sobre a experiência de ocupar a função na atual administração do Tribunal de Justiça estadual e tratou das matérias de competência da Vice-Presidência.

Em virtude da Resolução nº 02/2013, do Órgão Especial, foi criado no âmbito deste Tribunal de Justiça, o Núcleo de Repercussão Geral de Recursos Repetitivos (Nurer).

O núcleo é vinculado à Vice-Presidência e supervisionado por Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, conforme Portaria nº 1.294/2013.

Dentre as funções relacionadas ao Nurer, tem-se a identificação, a catalogação e a atualização dos recursos representativos da controvérsia, bem como o acompanhamento da tramitação dos recursos paradigmas nos Tribunais Superiores. O núcleo compila, ainda, os dados referentes aos recursos sobrestados/suspensos nas Turmas e Colégios Recursais, sem prejuízo de outros mecanismos ou atividades que possam ser criados para possibilitar o gerenciamento dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

### 13. Corregedoria Geral da Justiça

#### 13.1 Introdução

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará (CGJ), sob gestão do desembargador Francisco Sales Neto (Gestão 2013/2015), planejou e desenvolveu diversas atividades, com a missão de fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais prestados à sociedade, bem como zelar pela regular conduta dos juízes, servidores e delegatários.

Dentre as ações implementadas, estão os mutirões processuais, realizados em comarcas do interior do Estado, em busca da redução do congestionamento processual no 1º grau de Jurisdição. Os trabalhos movimentaram um total de 13.133 processos nos municípios de Icó, Várzea Alegre, Mauriti, Crateús, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte e Acopiara.

Na busca pela excelência dos serviços judiciais e extrajudiciais, foram realizadas ações correicionais em 267 unidades jurisdicionais e 382 cartórios.

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, implantou o novo Selo Extrajudicial Digital, que substitui o selo físico utilizado nas atividades cartorais, promovendo, assim, maior eficiência, transparência e segurança na autenticação e validação de documentos.

Ainda nas ações dirigidas às serventias extrajudiciais, a atual Gestão editou o novo Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará, orientado pela busca de uma prestação de serviço mais célere e eficiente.

Dentre os projetos desenvolvidos pela Corregedoria, destacam-se o Projeto Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e o Projeto Pai Presente que, em parceria com o CNJ, promovem a cidadania e garantem acesso aos Direitos Humanos da população do Estado do Ceará.

As ações e projetos citados estão alinhados aos Planejamentos Estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e da Corregedoria Geral do Estado do Ceará. Nesta perspectiva, a Gestão 2013-2015 buscou a efetividade da prestação jurisdicional e extrajudicial cearense, priorizando a Justiça cidadã.



## 13.2 Estatística processual

# 13.2.1 Atos normativos/documentos publicados

Tabela 58 – Portarias 2013-2014 (até novembro de 2014)

Portarias	Quantidade
Sindicâncias instauradas	15
Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados	4
Prorrogar de prazo conclusão sindicância/PAD	29
Inspeções/correições	229
Reconduzir comissão sindicante	6
Outras	16
Total	299

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 59 – Provimentos 2013-2014 (até novembro de 2014)

Provimentos	Quantidade
Diversos	20

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 60 - Editais 2013-2014 (até novembro de 2014)

Editais	Quantidade
Correições	6

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

# 13.2.2 Documentos expedidos pela Divisão de Correições

Tabela 61 - Certidões para Juízes 2013-2014 (até novembro de 2014)

Certidões	Interior	Capital	Total
Fins gerais	7	8	15
Promoção/remoção	167	27	194
Permuta	2	2	4
Acesso desembargador	-	91	91
Substituição de desembargador		-	-
Vitaliciedade	15	-	15
Juiz corregedor		8	8
Total	191	136	327

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 62 – Informações 2013-2014 (até novembro de 2014)

Informações	Quantidade
Em procedimentos administrativos	3

Tabela 63 - Senhas concedidas junto ao sistema SGEC 2013-2014 (até novembro de 2014)

Senhas Concedidas	Quantidade
Interior	99
Capital	66
Total	165

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

#### 13.2.3 Movimento estatístico relativo aos anos de 2013 e 2014

Dentre as atividades da competência da Divisão de Correições da Corregedoria, estão o recebimento das planilhas estatísticas, por meio do Sistema SGEC, a conferência de dados e a elaboração de relatórios mensais e informações utilizadas na rotina de expedição de documentos, tais como: certidões para magistrados, Relatórios da Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça e os demonstrativos mensais que registram a estatística dos processos e a prestação jurisdicional de juízes de primeiro grau. Destacamos, abaixo, a resenha da Estatística do Biênio 2013-2014:

Tabela 64 – Acervo Processual 1º Grau – 2013

Variável	Cível	Criminal	Total
Total de Processos da Capital	455.145	64.430	519.575
Total de Processos do Interior	446.443	136.971	583.414
<b>Total de Processos</b>	901.588	201.401	1.102.989
Total de Precatórias da Capital	4.926	4.355	9.281
Total de Precatórias do Interior	8.849	8.723	17.572
Total de Precatórias	13.775	13.078	26.853

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



Tabela 65 – Acervo Processual 1º Grau – 2014 (até outubro)

Variável	Cível	Criminal	Total
Total de Processos da Capital	484.558	66.566	551.124
Total de Processos do Interior	446.799	143.353	590.152
<b>Total de Processos</b>	931.357	209.919	1.141.276
Total de Precatórias da Capital	6.349	5.241	11.590
Total de Precatórias do Interior	11.402	12.185	23.587
Total de Precatórias	17.751	17.426	35.177

Tabela 66 - Prestação Jurisdicional: Sentenças e Precatórias Devolvidas – 2013-2014 (até outubro de 2014):

	Sentenças Cíveis	Sentenças Criminais	Total de Sentenças	Cartas Precatórias Devolvidas Cíveis	Cartas Precatórias Devolvidas Criminais	Total de Cartas Precatórias
Capital	211.082	31.205	242.287	24.732	12.838	37.570
Interior	261.288	82.793	344.081	48.320	38.533	86.853
Total	472.370	113.998	586.368	73.052	51.371	124.423

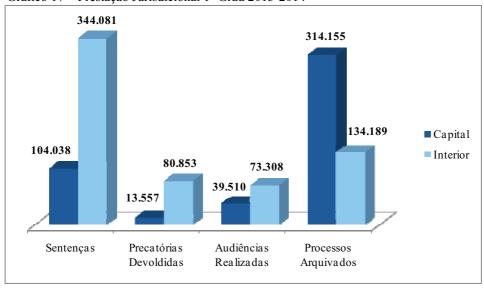
Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 67 - Prestação Jurisdicional: Audiências e Processos Arquivados – 2013-2014 (até outubro de 2014)

	Audiências Cíveis	Audiências Criminais	Total Audiências	Processos Arquivados Cíveis	Processos Arquivados Criminais	Total Proc. Arquivados
Capital	66.427	33.748	100.175	274.113	40.042	314.155
Interior	115.264	79.249	194.513	272.881	78.061	350.942
Total	181.691	112.997	294.688	546.994	118.103	665.097

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Gráfico 17 - Prestação Jurisdicional 1º Grau 2013-2014



Fonte: Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria/Divisão de Correições-CGJ

Tabela 68 - Prestação Jurisdicional: Despachos – 2013-2014 (até outubro de 2014)

	Cíveis	Criminais	Total
Capital	678.705	168.226	846.931
Interior	921.998	430.267	1.352.265
Total	1.600.703	598.493	2.199.196

Tabela 69 - Prestação Jurisdicional: Decisões Interlocutórias - 2013-2014 (até outubro de 2014)

	Cíveis	Criminais	Total
Capital	130.857	80.163	211.020
Interior	99.336	103.197	202.533
Total	230.193	183.360	413.553

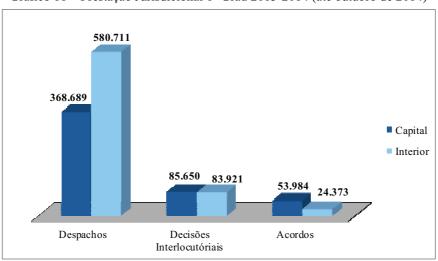
Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 70 - Prestação Jurisdicional: Acordos - 2013-2014 (até outubro de 2014)

	Cíveis	Criminais	Total
Capital	51.514	2.470	53.984
Interior	48.396	9.814	58.210
Total	99.910	12.284	112.194

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Gráfico 18 – Prestação Jurisdicional 1º Grau 2013-2014 (até outubro de 2014)



Fonte: Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria /Divisão de Correições-CGJ

Tabela 71 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau – 2013

Processos	Quantidade
Arquivados	355.801
Sentenciados	312.099
Total de Processos	1.298.904

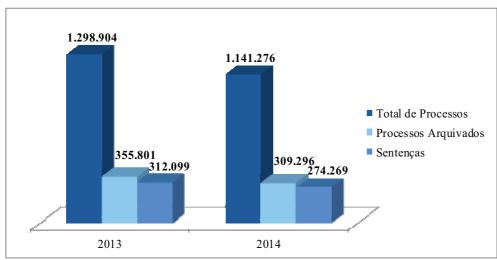
Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



Tabela 72 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau – 2014 (até outubro)

Processos	Quantidade
Processos Arquivados	309.296
Sentenças	274.269
Total de Processos	1.141.276

Gráfico 19 - Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos - 1º Grau 2013-2014 (até outubro)



Fonte: Sistema SGEC/Divisão de Correições-CGJ

### 13.3 Ações e projetos

#### 13.3.1 Promoção do quadro funcional

Propõe-se a atender a Meta de Nivelamento das Corregedorias, com o fito de reestruturar o quadro de servidores efetivos e funções comissionadas para dar resposta à crescente demanda de serviços da capital e do interior.

O projeto foi encaminhado à presidência do Tribunal de Justiça do Ceará em 5/11/2013 (processo nº 8518686.48.2013.8.06.0000), para aprovação pelo Tribunal Pleno, contudo, o percurso do processo foi suspenso em dezembro de 2013, tendo em vista superveniência da Resolução nº 184/2013 do CNJ, que determina, no seu art. 1º, § 3º, que cópias dos anteprojetos de criação de cargos de magistrados e servidores, cargos em comissão, funções comissionadas e unidades judiciárias no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados sejam encaminhadas àquele órgão, o que foi efetivado para o projeto em tela e, até presente data, aguarda-se a manifestação do CNJ.

#### 13.3.2 Capacitação de magistrados e servidores

O projeto visa capacitar juízes e servidores na área de procedimento administrativo disciplinar e auditoria nos cartórios. Estão envolvidos no projeto a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, a Escola Superior da Magistratura (Esmec) e o Serviço de Treinamento do Tribunal de Justiça do Ceará. Das entregas previstas, foram realizados apenas dois módulos jurídicos, com carga horária de 40 horas, na área de Registro Imobiliário e Notarial do Estado do Ceará, em outubro de 2014.

# 13.3.3 Revisão e atualização do Regimento Interno

Considerando a necessidade de adequar o Regimento Interno vigente às atuais funções institucionais da Corregedoria, foi desenvolvido estudo e elaborado um novo Regimento.

Embasado em recentes orientações do Conselho Nacional de Justiça, o mencionado projeto buscou elaborar um Regimento Interno mais dinâmico e atual, inserindo medidas necessárias à reestruturação da organização administrativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará.

Foram normatizados instrumentos que viabilizassem as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, com a inclusão da disciplina de procedimentos, tais como: a Sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Estão envolvidos no projeto em tela a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará e o Tribunal de Justiça do Ceará.

#### 13.3.4 Reestruturação física da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará

O Projeto objetiva reformar o prédio atual da Corregedoria Geral da Justiça, visando à nova estrutura física e de pessoal, garantindo assim, uma infraestrutura adequada para a acomodação dos seus servidores e juízes. A obra está orçada em R\$ 1.532.695,40 e serão ampliados 424,01m<sup>2</sup>.

No pavimento superior da Corregedoria serão construídos cinco gabinetes para os juízes corregedores auxiliares e uma sala de apoio. O pavimento inferior contará com sete salas, sendo quatro destinadas aos auditores; uma para a Assessoria Pedagógica, de



Comunicação e Tecnologia da Informação; outra para Reunião; e uma para o Apoio. A reforma será promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

As obras tiveram início no dia 24 de novembro de 2014 e os serviços serão concluídos em 120 dias. O projeto envolve a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará e as Secretarias de Administração e de Finanças do TJCE.

#### 13.3.5 Inspeções e correições extrajudiciais

No que diz respeito às ações relacionadas às inspeções e correições extrajudiciais, efetivou-se o planejamento destes procedimentos nas diversas serventias extrajudiciais do Estado, com levantamento de dados para seleção de amostras, em que foram considerados a materialidade e os riscos identificados, sendo observados, neste processo, os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, transparência e moralidade.

Nessa perspectiva, todas as ações de fiscalização e orientação realizadas nos diferentes cartórios foram pautadas pelo padrão ético, consubstanciado, principalmente, nos relatórios produzidos, os quais traduzem o sentido pedagógico de, após a constatação de uma eventual irregularidade, informar e prestar os esclarecimentos pertinentes aos respectivos tabeliães, conduzindo-os às correções e aos acertos norteados pelas normas reguladoras, com o objetivo de tornar mais célere, eficiente, transparente e revestida da necessária segurança jurídica a prestação extrajudicial à sociedade.

Coube à Auditoria, dentre outras atribuições, o exame da regularidade dos recolhimentos efetuados pelos cartórios ao Fermoju e da conformidade dos procedimentos adotados na prestação do serviço notarial e ou registral. No biênio 2013-2014, foram inspecionadas 419 serventias extrajudiciais, correspondendo à cobertura de 62% das 675 unidades extrajudiciais atualmente ativas.

#### 13.3.6 Portal Extrajudicial (PEX)

Por meio do Provimento nº 10/2013-CGJ/CE, a Corregedoria Geral da Justiça implantou e disciplinou a utilização do Portal Extrajudicial (PEX) pelas serventias extrajudiciais do Estado, com o objetivo de otimizar a remessa de documentos/informações e agilizar a atualização dos dados cadastrais das unidades, com considerável redução de custo de impressão e de postagem, contribuindo, assim, com a sustentabilidade ambiental.

A ferramenta, que funciona como canal de comunicação entre os cartórios, o Tribunal de Justiça do Ceará, a Corregedoria e o Fermoju, faz parte do programa de virtualização do Judiciário cearense.

Uma das funções do Portal é gerenciar o encaminhamento de expedientes das varas e outras instituições públicas, referentes às demandas sobre bens e demais serviços cartorários. Por meio da ferramenta, os representantes das serventias extrajudiciais também terão acesso aos atos normativos (portarias, resoluções, provimentos, avisos) e os usuários poderão consultar endereços de cartórios, nomes dos responsáveis e portarias referentes às inspeções.

Dessa forma, o PEX visa promover a comunicação adequada, segura, célere e não onerosa entre a Corregedoria e os cartórios, solucionando com maior rapidez as demandas do público. O sistema convergirá, nas próximas versões, para também se tornar meio de acesso integrado aos demais sistemas de controle extrajudicial.

A fase de validação dos dados do PEX, necessária para liberação de todas as funcionalidades desenvolvidas para a ferramenta, está sendo concluída. Ao todo, foram três meses de trabalho, que contou também com a participação de servidores do Fermoju e da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE. O acesso ao sistema está disponível no portal da Corregedoria.

# 13.3.7 Selo extrajudicial digital

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, em parceria com a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, vem realizando as ações de implantação do selo digital junto às serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, com o objetivo de promover maior agilidade, transparência e segurança na autenticação e na validação de documentos, bem como melhor controle acerca da utilização dos selos pelo TJCE.

A iniciativa consiste na virtualização dos selos extrajudiciais impressos em papel adesivo, o que permite redução de custos para o Tribunal e maior segurança na conferência dos atos extrajudiciais praticados. A iniciativa disponibilizou para a sociedade a possibilidade de obter informações e confirmar a autenticidade do selo utilizado nos atos lavrados, apenas acessando o site www.tjce.jus.br/fermoju. Os dados ficarão disponíveis 24 horas.

O selo digital está sendo implantado nas serventias extrajudiciais de Fortaleza e será implementado, gradativamente, nas demais unidades do Estado.



### 13.3.8 Malote digital inserindo as serventias extrajudiciais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará regulamentou a utilização do sistema *Hermes* Malote Digital pelas serventias extrajudiciais do Ceará, mediante o Provimento nº 11/2013-CGJ/CE, integrando, assim, as unidades extrajudiciais alencarinas com os demais órgãos do Judiciário e do Extrajudiciário nacional, de forma a viabilizar a comunicação de forma eficiente, rápida, segura e com pequeno custo. A CGJ, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, implementou e vem assegurando os cadastros dos cartórios no aludido sistema.

#### 13.3.9 Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará

O Código de Normas das Serventias Extrajudiciais do Estado do Ceará é um ato normativo interno de competência do corregedor geral da Justiça, expedido por meio de Provimento, que compila todos os procedimentos referentes aos notários, registradores e distribuidores das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará. O Código assume a tarefa de uniformizar os procedimentos necessários a uma prestação de serviço notarial mais célere e eficiente.

Vários foram os provimentos expedidos pela Corregedoria Geral para regulamentar os atos praticados pelas serventias extrajudiciais nos últimos anos, contudo, a última atualização do Código de Normas datava de 2010, necessitando, assim, de uma reforma. A atualização fazia-se necessária, ainda, tendo em vista os novos modelos e procedimentos adotados em todo o país, bem como a expedição de vários atos normativos pelo Conselho Nacional de Justiça, pela Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros.

Neste sentido, verificando a necessidade de atualização do Código de Normas, a gestão do biênio 2013-2014, atualizou-o e reativou-o como Norma Magma para a condução de procedimentos internos. Impende ressaltar que a elaboração do referido Código contou com a colaboração do desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho, especialista na matéria extrajudicial.

O Código de Normas das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará atualizado foi lançado no dia 12 de dezembro, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

#### 13.3.10 Revisão e otimização das atividades de controle desenvolvidas internamente

A Auditoria da CGJ reformulou os processos e atividades internas, bem como aprimorou as ferramentas e revisou seus objetivos e prioridades, buscando o alcance das metas institucionais estabelecidas.

# 13.3.11 Revisão e manualização dos procedimentos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais

A Auditoria da CGJ procedeu com manualização dos procedimentos de fiscalização e revisão dos papéis de trabalho, com a implantação de questionários específicos e outros formulários aplicados durante os trabalhos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais, tudo em consonância com o planejamento prévio baseado nos riscos conhecidos.

#### 13.3.12 Serviços inspecionais judiciais

Visando dar cumprimento ao disposto na Meta de Nivelamento 3/2014 das Corregedorias, que consiste em realizar, anualmente, correições ordinárias ou extraordinárias, presenciais ou remotas, em pelo menos 34% das unidades judiciais, com entrega de relatório conclusivo em até 30 dias após o término da inspeção, a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará inspecionou, em 2014, um total de 142 unidades judiciais, sendo 124 inspeções ordinárias previstas no cronograma anual e 18 inspeções extraordinárias, de um universo de 413 unidades judiciais efetivamente instaladas no início de 2014. Em 2013, foram inspecionadas 125 unidades judiciais. Assim, o biênio 2013-2014 inspecionou um total de 267 unidades.

# 13.3.13 Mutirões processuais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará realizou, ao longo dos anos de 2013 e 2014, sete mutirões processuais nas seguintes comarcas: Icó, Várzea Alegre, Mauriti, Crateús, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte e Acopiara.

Referidas forças-tarefas tiveram como objetivo a redução do congestionamento processual no 1º grau de jurisdição, de forma a promover a diminuição dos transtornos ocasionados às populações locais. Os mutirões foram supervisionados pelo Corregedor Geral,



Desembargador Francisco Sales Neto, e contou com o auxílio de mais de dez magistrados. Os trabalhos movimentaram um total de 13.133 processos.

#### 13.3.14 Elaboração de minutas de provimentos, portarias, despachos e outros atos

Na realização dessas atividades, a Assessoria Jurídica da Corregedoria Geral da Justiça, no biênio 2013-2014, foi responsável pela expedição de cerca de 8.800 minutas de despachos, ofícios e decisões, bem como pela emissão de 31 pareceres jurídicos sobre as mais diversificadas matérias jurídicas de interesse social, dos quais se destacam aquele que fixou as atribuições extrajudiciais para a elaboração de contratos marítimos no Estado e o que versou sobre a possibilidade de registro de títulos de domínio pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (Idace). Ainda no auxílio das funções correcionais, a Assessoria Jurídica da Corregedoria Geral da Justiça foi responsável pela produção de 12 votos.

Além disso, a Assessoria foi responsável pela elaboração das minutas de dez provimentos normativos expedidos pela Corregedoria Geral da Justiça no biênio sob referência, com destaque para os que dispuseram acerca da dispensa de expediente de trabalho de indivíduos investidos na função de jurados nas sessões de julgamento no Tribunal de Justiça do Ceará (Provimento n.º 01/2013); da lavratura de escritura pública de declaração de convivência de união estável homoafetiva e sua conversão em casamento (Provimento n.º 02/2013); do assento de nascimento de indígena no registro Civil de Pessoas Naturais (Provimento n.º 06/2013); e sobre o funcionamento do colegiado de que tratam a Lei Federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012 (Provimento nº 05/2014).

#### 13.3.15 Relatórios estatísticos

A Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça elaborou e executou, pela segunda vez (a primeira no ano de 2013), projeto visando a estimular as unidades judiciárias de 1º Grau a potencializarem a prestação jurisdicional. O projeto consiste na elaboração de relatórios estatísticos contendo a produtividade mensal de cada unidade jurisdicional, relativos ao primeiro semestre de 2014, combinado com tabelas e gráficos originados a partir dos dados contidos nos relatórios estatísticos enviados pelas unidades à Corregedoria por meio do sistema SGEC.

Objetivando ser um referencial aos juízes para autoavaliação da prestação jurisdicional, referidos relatórios foram enviados às comarcas do interior e de Fortaleza,

inclusive às comarcas/varas vagas, para que os juízes titulares, ou em respondência em razão de vacância, adotem medidas que viabilizem promover o efetivo acréscimo da prestação jurisdicional e a redução dos processos paralisados, através de análise dos fatores que contribuíram para o resultado, seja ele satisfatório ou não.

#### 13.3.16 Conselho da Comunidade

A Lei de Execução Penal nº 7.210/84 estabeleceu que, em cada comarca, o juiz da Execução Penal deve compor, instalar e acompanhar o funcionamento do Conselho da Comunidade, cabendo aos seus integrantes visitar mensalmente os estabelecimentos e serviços penais existentes na comarca, dentre outras atribuições. O Conselho Nacional de Justiça expediu a Resolução nº 47/2007, determinando aos juízes de execução penal que realizassem pessoalmente inspeção mensal nos estabelecimentos penais, bem como compusessem e instalassem referido Conselho.

Uma das atribuições da Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça consiste em manter um banco de dados sobre o Conselho da Comunidade de cada Comarca. Para tanto, regularmente são solicitadas aos juízos competentes informações atualizadas sobre a instalação e o funcionamento dos Conselhos. Como forma de dar maior agilidade à captação dessas informações, foi implementado no formulário criminal do Sistema de Estatística item específico sobre o pleno funcionamento do Conselho na Comarca, o qual deverá ser informado a partir do envio referente ao mês de outubro do corrente ano.

### 13.3.17 Correições internas permanentes

Compete aos juízes de 1º Grau a correição permanente das secretarias de suas varas, nos termos do artigo 102, do Código de Divisão e de Organização Judiciária do Estado do Ceará. De forma complementar, a Corregedoria Nacional de Justiça, por meio da Recomendação nº 12/2013 e, visando por em prática medidas de organização de trabalho nas unidades judiciais, recomendou a todos os magistrados de 1º Grau que inspecionassem as suas unidades judiciais, com periodicidade não superior a um ano, a fim de que verifiquem o cumprimento de vários itens descritos no ato em alusão.

Nesse contexto, como forma de promover o aumento das inspeções internas e a sua incorporação à rotina de atividades dos magistrados de 1º grau, foi desenvolvido, pela Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça, um controle das inspeções internas



realizadas pelas unidades judiciais durante o ano de 2014, por meio de comunicações eletrônicas e publicações no Diário da Justiça eletrônico.

#### 13.3.18 Projeto Certidão On line "Nada Consta"

Trata-se do desenvolvimento de uma funcionalidade junto ao Sistema CPA, ou outro em uso na Corregedoria Geral da Justiça, que emita certidão *on line*, informando se há procedimento administrativo relacionado a magistrado ou servidor (representação, reclamação, denúncia, pedido de providências, carta precatória) em tramitação na Corregedoria, bem como o registro da última movimentação do procedimento. O projeto encontra-se na fase inicial e envolve a Divisão de Correições da CGJ e a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE.

### 13.3.19 Criação do módulo de perfil das unidades judiciárias junto ao sistema Eficiência.jus

Trata-se da criação de um módulo, junto ao Sistema Eficiência. Jus, visando a registrar informações das unidades judiciárias do Estado do Ceará, conforme as orientações contidas no Cojece e as necessidades internas desta Corregedoria Geral da Justiça, tais como: juízes que atuaram na unidade, data de inspeções/correições, informações contidas nos formulários Fiva/Ficovi etc. O projeto encontra-se em fase inicial e envolve a Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE.

#### 13.3.20 Projeto Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento

Por meio do Provimento nº 13/2009, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu as diretrizes básicas do projeto em tela, tendente a disciplinar a emissão da certidão de nascimento e da primeira via da certidão respectiva nas unidades hospitalares de todo o País.

Consoante previsão constante do citado ato normativo, o registro de nascimento e a emissão da primeira via da certidão seriam feitos na própria unidade hospitalar, mediante contato com o cartório de registro civil, por meio de sistema de informática via rede mundial de computadores.

Foram então encetadas diversas medidas em todas as comarcas do Estado do Ceará, capitaneadas pela Corregedoria, sendo que, em maior ou menor proporção,

dependendo da comarca, criou-se a consciência no sentido de garantir ao nascituro o direito básico à identificação civil. Magistrados, servidores do Poder Judiciário, das Prefeituras, das Secretarias de Desenvolvimento, Trabalho e Ação Social e da Secretaria de Saúde, além dos cartorários, uniram-se com o firme propósito de levar a diante um programa de tamanha repercussão social.

Em reunião realizada na sede da Corregedoria Geral da Justiça, no dia 26 de março de 2014, onde estiveram presentes representantes da Corregedoria Geral de Justiça, da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará (SDTS) e da Secretaria de Saúde (SESA), foi feita avaliação geral a respeito da atual situação do Projeto, tendo a Secretaria de Saúde informado que este teria sido encerrado no âmbito do Governo Estadual, inclusive, com prestação de contas dos recursos aplicados.

Ainda por ocasião do encontro, restou decidido que a Corregedoria Geral da Justiça entraria em contato com os juízes das comarcas do Interior, para que estes informassem se a Unidade Interligada (UI) estava funcionando normalmente, conectando as serventias extrajudiciais, qual sistema estaria sendo utilizado, se houve convênio para a instalação da Unidade e se a Unidade Interligada havia sido cadastrada no Sistema Justiça Aberta do CNJ.

Em face dessa situação, ao longo do biênio, foram mantidos contatos com os Juízes das comarcas do Interior, obtendo-se os resultados relatados a seguir.

As comarcas de Crato e Tianguá efetuaram reuniões para implantação do Projeto, tendo, inclusive, recebido o kit específico. As unidades de Lavras da Mangabeira, Horizonte, Beberibe, Boa Viagem, Ibiapina, Cedro, Morada Nova, Quixadá e Quixeramobim vêm observando o Projeto e chegaram a celebrar convênio entre os respectivos cartórios e hospitais. A Comarca de Itapiúna não implantou o Projeto, porquanto não dispõe de maternidade.

As unidades de Araripe, Irauçuba, Brejo Santo, Várzea Alegre e Paracuru sinalizaram no sentido de não possuírem interesse na implantação do Projeto, seja por baixo número de nascimentos ou limitação de ordem financeira.

Em algumas comarcas, os kits não foram recebidos, ou, se recebidos, não foi instalada a Unidade Interligada, dentre elas: São Gonçalo do Amarante, Russas, Aquiraz, Salitre, Canindé, Juazeiro do Norte, Santana do Acaraú, Cruz, Jaguaribe, Ipu, Mucambo, Ipueiras, Redenção, Itarema, Marco, Viçosa do Ceará, Pereiro, Pacajus, Nova Russas, Tamboril, São Benedito, Itapipoca, Missão Velha, Maranguape, Mauriti e Aurora. Em



algumas delas, um servidor do cartório se desloca até o hospital e efetua os registros de nascimento.

As demais comarcas, no total de 141, foram contatadas pela Corregedoria, estando as mesmas em processo de implantação do Projeto.

#### 13.3.21 Projeto Pai Presente

O Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça e implementado em todo o País, objetiva estimular o reconhecimento da paternidade de pessoas sem esse registro.

Conforme o CNJ, a declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. O sistema denominado Coletor Estatístico do Projeto Pai Presente – CEPP, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, monitora mensalmente os resultados do Projeto, a partir dos dados informados pelos módulos jurisdicionais.

No Estado do Ceará, as unidades do interior e algumas varas da capital (Família, Infância e Juventude e Registros Públicos) recebem mídias digitais com a lista de alunos que não têm paternidade conhecida em seus registros de nascimento, remetidas pelo Censo Escolar e já readequadas por circunscrição judiciária. Com isso, são promovidas as medidas necessárias à intimação dos supostos pais, os quais comparecerão em Juízo para firmarem, ou não, a paternidade reclamada.

No biênio 2013-2014 obteve-se os seguintes resultados: 1.293 reconhecimentos voluntários, 253 reconhecimentos a partir de exames de DNA e 1.874 não atenderam ou negaram a paternidade. Perfizeram "outros casos" o total de 11.084.

# 13.3.22 Política Institucional do Poder Judiciário na Utilização dos Recursos Oriundos da Aplicação da Pena de Prestação Pecuniária

Consiste, em suma, na adoção de medidas em âmbito estadual para o cumprimento do que é determinado na Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece que os valores oriundos de prestações pecuniárias aplicadas em substituição à prisão, ou ainda como condição para a suspensão condicional do processo ou transação penal, sejam recolhidos em conta judicial vinculada ao respectivo Juízo da

execução, movimentados apenas por meio de alvará judicial e destinados, preferencialmente, a entidades públicas ou privadas com finalidade social, previamente conveniadas.

Foi apresentada à Presidência do Tribunal de Justiça uma minuta de resolução a ser editada pelo Órgão Especial que condensa regras da Resolução nº 154/2012 e do Provimento nº 21/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, tomando por base, ainda, regulações sobre o mesmo tema, criadas pelos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio Grande do Norte (Provimento nº 99, de 7 de dezembro de 2012), São Paulo (Provimento CG nº 01/2013) e de Minas Gerais (Provimento Conjunto nº 27/2013).

Resguarda-se, em privilégio das expressas previsões dos normativos editados pelo CNJ e pela Corregedoria Nacional, a determinação de que as transferências de recursos estejam condicionadas à assinatura de convênio entre a entidade beneficiária e o Tribunal de Justiça, evitando-se a prática do mero "credenciamento" da entidade perante a unidade gestora. Neste tocante, a minuta contempla, com adaptações, regras semelhantes às atualmente em vigor no âmbito do Poder Executivo Estadual para a formalização de convênios, constantes da Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012, bem assim do Decreto nº 31.406, de 29 de janeiro de 2014, notadamente quanto aos requisitos necessários para que sejam formalizados os pactos.

Atentou-se, ainda, para o que foi decidido pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça nos autos da Consulta nº 0006364-95.2012.2.00.0000, em especial a necessidade de que as unidades gestoras tomem as contas das entidades beneficiárias e as prestem ao Tribunal de Justiça, e este, por seu turno, as encaminhe ao Tribunal de Contas. Diante do que manifestado em discussões conduzidas pela Corregedoria Geral com juízes e da atuação nas unidades dos Juizados Especiais da Comarca da Capital, a minuta de resolução prevê a concentração do recolhimento dos recursos oriundos de decisões aplicadas no âmbito do Foro Criminal em Fortaleza na Vara Única de Penas Alternativas, dispensando-se as demais da abertura de conta bancária para recolhimento de recursos.

O documento foi encaminhado ao exame da Presidência do Tribunal de Justiça e aguarda deliberação sobre sua submissão ao crivo do Órgão Especial.

13.3.23 Grupo de trabalho para a implementação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)

Referido Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 1367/2011, é supervisionado por um juiz corregedor e, dentre suas atribuições, está a de coordenar e



fiscalizar o cumprimento da Resolução nº 137/2011, do Conselho Nacional de Justiça, oferecendo apoio técnico e operacional aos magistrados encarregados da expedição de mandados de prisão.

Dentre as principais medidas adotadas pelo Grupo, destaca-se o levantamento, ainda em curso, junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, notadamente a Delegacia de Capturas, de todos os mandados de prisão em aberto cadastrados no sistema do órgão, permitindo a oportuna conferência da higidez dos dados pelos respectivos Juízos expedidores e a atualização dos mandados, com o devido cadastramento no Banco Nacional, mantido no site do CNJ.

O Provimento nº 09/2013 da Corregedoria Geral, de 30 de abril de 2013, fixou o prazo de seis meses para que todas as unidades judiciárias cadastrem no BNMP os mandados expedidos anteriormente à entrada em vigor do ato normativo e ainda não cumpridos, o que tem sido inspecionado pela CGJ. O último levantamento compartilhado entre os integrantes do Grupo de Trabalho do BNMP, relativos a agosto de 2014, apontavam mais de onze mil mandados de prisão cadastrados pela Justiça Estadual do Ceará, enquanto em abril de 2013 esse número era de aproximadamente cinco mil.

# 13.3.24 Grupo de trabalho para implementação da Central Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC), instituído pela Portaria nº 1706/2012

A instituição da Central Integrada de Apoio à Área Criminal é fruto do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2012-TJCE-SEJUS-SSPDS, que contou com a interveniência da Corregedoria Geral da Justiça e busca oferecer um serviço integrado, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, para o intercâmbio de informações de interesse recíproco na área criminal, otimizando, dentre outras tarefas, o cumprimento de alvarás de soltura.

A instituição da CIAAC foi formalizada por meio da Portaria nº 58/2013, do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e seu funcionamento foi iniciado no dia 13 de junho de 2013.

Contando com a atuação de servidores do Tribunal de Justiça, da Sejus e da SSPDS, a Central executa, dentre outras atribuições, as consultas necessárias ao cumprimento dos alvarás de soltura, conforme previsto no art. 4º do citado normativo, e opera com um fluxo automatizado de processos desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, garantindo maior controle, confiabilidade e segurança na execução da soltura dos presos custodiados pelo sistema prisional do Estado do Ceará. A CIAAC substituiu a Central de

Localização de Presos e está atuando, nesta primeira fase, através de projeto piloto que envolve a 4ª e a 6ª Varas Criminais, tendo, ainda, a atribuição quanto ao cumprimento de requisições de réus presos para comparecimento ao Fórum, a fim de participar dos diversos atos processuais, expedidas por todos os Juízos com competência criminal da Capital.

O Grupo de Trabalho deliberou, em 2014, estender a utilização da CIACC, quanto ao cumprimento de alvarás de soltura, para as cinco Varas do Júri da Comarca de Fortaleza.

As ações da CIAAC estão abrangidas, ainda, pelo Convênio de Cooperação Técnica nº 020/2011, de 1º de novembro de 2011, entre o Estado do Ceará (mediante interveniência das Secretarias de Justiça e de Segurança Pública) e o Tribunal de Justiça, para o fim de propiciar o compartilhamento de informações entre os partícipes e uma melhor execução das respectivas atividades, o qual fundamenta o desenvolvimento do Projeto Integrajus, cujas ações estão sendo acompanhadas, no âmbito deste Tribunal, pela Secretaria de Tecnologia da Informação e pela Corregedoria Geral da Justiça.

13.3.25 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão de Organização do Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual

Desenvolvido mediante parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), o Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual passa a ser realizado anualmente e pretende estreitar relação entre os órgãos, propiciando o aprimoramento das atividades de formação inicial e continuada de magistrados, a melhoria da qualidade técnica e ética da prestação jurisdicional e das atividades administrativas, bem como a facilitação dos trabalhos de correição e fiscalização.

13.3.26 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE

A participação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico possibilitou a aprovação de importantes projetos estratégicos de interesse do órgão, destacando-se os que preveem a adequação do quadro funcional e a reestruturação das instalações físicas, esta já iniciada e



com previsão de término para março de 2015, conferindo à CGJ a infraestrutura necessária para atender ao aumento da demanda ocorrido nos últimos anos.

13.3.27 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos

Instituída pela Portaria nº 07/2013, do diretor da Esmec, a Comissão Multidisciplinar tem a finalidade de acompanhar, supervisionar e orientar a avaliação de magistrados durante a realização do IV Curso de Formação Inicial de juízes substitutos, o qual foi encerrado em abril de 2014.

## 13.3.28 Gestão de metas institucionais do Plano Estratégico do TJCE 2010-2014

As metas do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça em que a Corregedoria Geral da Justiça figura como gestora dizem respeito à redução da taxa de congestionamento e ao aumento da produtividade dos magistrados de 1º Grau e dos Juizados Especiais. Tais metas passaram por revisão durante o ano de 2013. Além disso, de acordo com a Meta 7 de 2013 das Corregedorias Estaduais, fixada durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, incumbe à CGJ, em relação ao primeiro grau, monitorar, permanentemente, o cumprimento de 100% das metas do Poder Judiciário.

13.3.29 Desempenho da função de Juiz Cooperador do Interior e de membro do Comitê Estratégico do Poder Judiciário

O Juiz Cooperador do Interior integra o Núcleo de Cooperação Judiciária do TJCE, nos termos da Portaria nº 1.548/2014, promovendo o estreitamento de relações do Poder Judiciário Estadual com outros órgãos judiciais. Nessa qualidade, o Juiz Cooperador tem assento, ainda, no Comitê Estratégico do Poder Judiciário, que se reúne periodicamente para examinar o alcance das metas nacionais e institucionais.

# 14. Ouvidoria Geral da Justiça

#### 14.1 Introdução

A Ouvidoria Geral atua no atendimento ao público externo e interno, com atribuições básicas voltadas ao atendimento pessoal (presencial) e virtual. O atendimento presencial é feito diretamente na Ouvidoria, com o registro da manifestação pelo cidadão em formulário apropriado, podendo ter pronto atendimento ou receber resposta após os encaminhamentos realizados pela Ouvidoria. Quanto ao atendimento virtual, em regra é feito pelo *e-mail* da Ouvidoria Geral, disponibilizado no Portal do TJCE na *internet*, ocasião em que os atendentes procedem consultas diárias aos e-mails, resolvendo as demandas com informações já disponíveis ou providenciando o encaminhamento das demandas remanescentes em busca de respostas aos manifestantes. Os assuntos demandados são os mais diversos (reclamação, sugestão, crítica, pedido de informação, agradecimento e outros), registrando-se maior incidência nas questões relacionadas à falta de movimentação processual.

No biênio de 2013 e 2014, sendo este último ano com registro até o mês de outubro, contabilizou-se 8.259 demandas. Os resultados vêm trazendo satisfação ao usuário e demonstrando uma Ouvidoria proativa, garantindo ao cidadão pleno exercício da sua cidadania perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com crescente credibilidade na comunidade local. Nesse sentido, havendo sido apresentado maior número de agradecimentos e elogios, firmou-se a Ouvidoria Geral como um canal direto de acessibilidade à sociedade, elevando o conceito dos serviços prestados pelo Tribunal.

Junto a Ouvidoria Geral funciona também o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria nº 980/2012, cuja expedição deu-se pela necessidade de se cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527) e atender à Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constante do Ofício-Circular Nº 221/2012.

Ainda no campo de ação da Ouvidoria Geral, podemos citar o encaminhamento de projeto que tem por objetivo a estruturação do órgão, com a sugestão de encaminhamento de Projeto de Lei para criação de cargos comissionados.



#### 14.2 Ações e projetos

Por iniciativa da Ouvidoria Geral, foi encaminhado, em outubro de 2013, à Presidência deste Tribunal, proposta de projeto de estruturação da Ouvidoria Geral, denominada PPJSOU2013001 - Estruturação da Ouvidoria Geral. O Projeto tem como objetivo, dentre outros, de regulamentar, por Regimento Interno, os procedimentos da Ouvidoria Geral. O presente projeto encontra-se em fase de readequação tendo em vista a Resolução nº 184 do CNJ.

No decorrer do ano de 2013, desenvolveu-se, ainda, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Sistema de Ouvidoria Geral (SIOGE/SIC), que funcionará no sítio eletrônico do TJCE na rede mundial de computadores e atenderá, via sistema, as manifestações da Ouvidoria Geral e do Serviço de Acesso à Informação. O SIOGE/SIC foi aprovado pelo Órgão Especial deste Tribunal no dia 13 de março de 2014, atualmente aguardando publicação a cargo da Secretaria Geral.

Também faz parte do campo de atuação da Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria nº 980/2012, cuja competência subsume-se aos ditames da Lei nº 12.527/2011 (LAI) e da Lei Estadual Nº 15.175. As atividades do SIC são delegadas a um grupo de servidores, coordenados por um servidor da Ouvidoria, com o auxílio de mais dois servidores, que juntos integram o Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação, instituído pelo Provimento nº 20/2012. Os pedidos de informações feitos pelo SIC são direcionados ao citado Grupo, que os analisam, prestam as informações, ou, se for o caso, dão os encaminhamentos necessários na busca da informação requestada, obedecendo-se os prazos instituídos nos citados normativos.

No biênio observado, a Ouvidoria Geral atendeu 8.259 demandas, com encaminhamento de todas e com quase 100% de resolutividade, o que evidencia resultado positivo e a proatividade do órgão. No entanto, mesmo diante dos resultados alcançados, é necessário apontar algumas situações que devem ser enfrentadas em prol da melhoria e estabilidade dos serviços prestados pela Ouvidoria Geral, sobremodo no que atine ao número crescente de demandas.

Cumpre destacar, ainda, que os servidores da Ouvidoria Geral, por iniciativa própria, participaram de cursos, palestras e treinamentos, em especial, cursos direcionados a Ouvidorias Públicas.

No campo dos avanços, pode-se destacar não só a crescente quantidade de demandas e suas respectivas soluções, mas também a melhoria na qualidade do atendimento,

o que é aferido pela maior satisfação dos usuários que em diversas situações retornam a Ouvidoria com agradecimentos e elogios aos serviços prestados.

2.715
2.637
2.344
485
48 16 14 0

Rectarrações Deniros Substitutas Substitutas

Gráfico 20 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria

Fonte: Relatório Estatístico da Ouvidoria Geral

# 15. Escola Superior da Magistratura

#### 15.1 Introdução

No decorrer do biênio 2013-2015, a Gestão da Escola Superior da Magistratura do Estado Ceará (Esmec), sob direção do Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, procurou aprimorar os objetivos institucionais da Escola, sobretudo no tocante à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário estadual. Para tanto, várias ações foram desenvolvidas no período.

Foi realizado o IV Curso de Formação Inicial para Juízes Substitutos, com um número recorde de 45 magistrados inscritos. Em relação à turma anterior, foi dobrada a carga horária do curso, que também inovou ao adotar o acompanhamento, por parte de juízes formadores, das atividades práticas dos novos juízes nas comarcas.

O auditório da Esmec acolheu convidados de renome nacional e até internacional, com públicos recordes, como nos casos das palestras do escritor Ariano Suassuna, do jurista português Jorge Miranda e do psiquiatra Augusto Cury, dentre outras.

Além de concorridas palestras, congressos, seminários, lançamento de livros e outros eventos realizados na Escola, foram ofertados vários cursos de curta duração, a maior parte credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, oportunidade em que foram debatidos temas atuais e de suma importância para os profissionais do Direito, tais como: Gestão de Pessoas e Processos, Administração Judiciária, Seguro Dpvat, Dosimetria da Pena, Improbidade Administrativa, Direito da Infância e da Família, Adoção, Direito Registral e Imobiliário, novo CPC, Mediação e Solução de Conflitos, dentre outros.

Dentre outros resultados obtidos na Gestão 2013-2015, destacam-se, ainda: o lançamento de quatro edições da revista científica Themis, regularizando-se a sua periodicidade; a ampliação substancial do acervo da Biblioteca da Escola; a realização de reformas no prédio da Escola e a aquisição de novos móveis e equipamentos, com destaque para a modernização dos sistemas informatizado (computadores, *no-breaks, rack* e cabeamento) e o início ao processo de virtualização das rotinas da Esmec, com a criação do Sesmec.

A preocupação com a inclusão social foi também outra marca da Administração, quando foram distribuídos alimentos e ofertados cursos para a comunidade do Dendê.



Outra política adotada diz respeito à interiorização das atividades da Escola, com a criação dos Polos de Aprendizagem da Esmec nas cidades de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús.

Oportuno destacar, de igual forma, a assinatura de Convênios de Cooperação Técnica com a Escola Nacional da Magistratura (ENM), com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), com a Universidade Regional do Cariri (Urca) e com a Rede de Escolas de Governo.

# 15.2 Ações e projetos

Segue a relação de projetos do biênio 2013-2014:

Tabela 73 – Projetos Esmec

Educação a distância em parceria		
Objetivo	Ofertar quatro turmas, com vinte vagas cada, em seis cursos de aperfeiçoamento, na modalidade a distância, durante 2013 e 2014, nas áreas do Direito e correlatas (Administração, Gestão de Pessoas, Psicologia Jurídica) em parcerias diversas	
Entregas Previstas	Duas turmas do curso de Administração Judiciária (23/09 a 11/10/2013, 14/10 a 1º/11/2013 e 10 a 28/02/2014) e duas turmas do Curso de Informática Aplicada à Jurisdição (11 de novembro a 13 de dezembro de 2013 e 10 a 21 de março de 2014)	
Unidades Envolvidas	TJCE, Esmec e Enfam	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
	Eventos culturais	
Objetivo	Realização de eventos culturais de diversas naturezas (lançamento de livros, mostras de cinema e artes plásticas, mesas redondas, debates, cafés culturais, esquetes teatrais, colóquios, seminários, entre outros) durante os anos de 2013 e 2014, com temas de interesse da comunidade acadêmico-jurídica	
Entregas Previstas	Aula-espetáculo de Ariano Suassuna, em 15 de agosto de 2013 e II Seminário de Literatura e Direito em 2014	
Unidades Envolvidas	TJCE e Esmec	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
Cı	ırsos de Capacitação na Área da Infância e da Adolescência	
Objetivo	Ofertar, ao longo de 2013, pelo menos dois cursos de aperfeiçoamento, voltados especificamente para a área da infância e da adolescência	
Entregas Previstas	Curso Direito da Infância e da Juventude, (12 e 13 de dezembro de 2013); Direito de Família em Debate (21, 22, 28 e 29 de março de 2014); Guarda no Direito de Família (04 de abril)	
Unidades Envolvidas	TJCE e Esmec	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
Curso de formação de novos juízes		
Objetivo	Assegurar recursos que permitam o cumprimento da obrigação constitucional de oferecimento de curso de formação inicial para novos juízes	
Entregas Previstas	IV Curso de Formação de Novos Juízes	
Unidades Envolvidas	CGJ, TJCE e Esmec	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
	Continua	

#### Conclusão

Curso de aperfeiçoamento de magistrados		
Objetivo	Assegurar recursos que permitam o cumprimento da obrigação constitucional de oferecimento de curso de formação continuada para juízes (aperfeiçoamento)	
Entregas Previstas	Cursos Ofertados: Gestão de Pessoas: meio de alcance ao princípio da razoável duração do processo; O Novo Processo Civil; Filosofia do Direito; Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais das Decisões Ambientais; Direito de Família: por uma maior responsabilidade parental; Direito Registral e Imobiliário e Notarial; e Dosimetria da Pena Alternativas Penais	
Unidades Envolvidas	TJCE e Esmec	
Progressos	100%	
Fase Atual	Concluído	
	Vídeo Institucional da Esmec	
Objetivo	Mostrar à sociedade a história da Instituição, suas realizações e depoimentos de pessoas que fizeram e/ou fazem a Esmec. Divulgar o vídeo no site da Escola e em eventos internos (auditório e sala de aula) e externos de iniciativa da Esmec. O vídeo passará a ser um documento audiovisual a integrar o acervo e a memória da Escola	
Entregas Previstas	Vídeo institucional	
Unidades Envolvidas	TJCE e Esmec	
Progressos	50%	
Fase Atual	Empresa licitada não cumpriu projeto no prazo. TJCE iniciou procedimento administrativo para definir sanções contra a mesma.	

Fonte: Escola Superior da Magistratura/CE

#### 15.2.1 Virtualização das rotinas acadêmicas

Em 2013 foi iniciado o projeto de virtualização das rotinas acadêmicas da Esmec (Sesmec), que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça.

Nos meses de outubro e novembro de 2013, os funcionários da Escola receberam informações da equipe da Setin e deram sugestões. O Sistema, que se encontra em fase experimental, irá agilizar os serviços da Secretaria e da Assessoria Pedagógica da Esmec, reduzindo a utilização de papel e aumentando a interação com alunos e professores.

#### 15.2.2 Melhorias em infraestrutura

- modernização do sistema de internet, com ampliação dos pontos de rede e do acesso ao sistema wi-fi, aquisição de um moderno rack, novo sistema de cabeamento etc;
- ii. novo mobiliário, em formato de ilhas, para a Secretaria da Escola;
- iii. novos aparelhos de ar-condicionado e modernização da central;
- iv. aquisição de novos computadores, *no breaks*, *notebooks* e aparelhos de audiovisual (projetores multimídia) para a Secretaria, Assessoria Pedagógica,



- Biblioteca e salas de aula;
- v. equipamentos de som mais modernos para o auditório (sistema de gravação, microfones etc.);
- vi. proposta de cerca verde para o entorno da Escola;
- vii. colocação de portal detector de metal na entrada principal da Esmec.

#### 15.2.3 Ações de comunicação

- mailing e SMS: intensificação no envio de informações (sobre cursos, seminários, lançamento de livros etc.) para jornais, blogs, assessorias de comunicação e outros públicos locais e nacionais. Envio de SMS para juízes, a partir de parceria com a ACM;
- publicação jornalística: impressão de quatro edições do informativo Esmec Notícias, periódico distribuído para desembargadores, juízes, Escolas da Magistratura, imprensa, professores e alunos da Esmec, dentre outros públicos;
- iii. Portal da Esmec: em março de 2014 foi ao ar o Portal Esmec, que modernizou e tornou mais interativo o antigo *site* da Escola. A enquete sobre o conteúdo do Portal mostra um índice de 83% de aprovação por parte dos internautas, conforme dados apurados em 19/11/2014;
- iv. cobertura fotográfica: aquisição de câmera fotográfica profissional para cobertura dos eventos da Escola, cujas fotos foram utilizadas em informativos e no Portal Esmec, bem como enviadas para jornais, Assessoria de Comunicação do TJCE e outros interessados;
- v. clipagem: assinatura dos jornais O Povo e Diário do Nordeste (O Estado já vinha sendo recebido regularmente) para o recorte de matérias de interesse da Esmec, objetivando não só o arquivamento de notícias, mas também a utilização como subsídio à tomada de decisão por parte da Direção da Escola.

# 15.2.4 Outras ações

- i. atualização da periodicidade da revista Themis, com a publicação dos volumes 9, 10, 11 e 12 do periódico científico;
- ii. interiorização das atividades da Escola, com a implantação dos Polos de

- Aprendizagem nas cidades de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús;
- iii. novas aquisições para o acervo da Biblioteca da Esmec: no período de fevereiro de 2013 a outubro de 2014 foram adquiridos 943 livros, 13 periódicos e 57 monografias. Realizados 277 empréstimos;
- iv. ações de responsabilidade socioambiental, tais como: doação de alimentos e materiais de reciclagem para a população da comunidade do entorno da Escola, oferta de cursos para mulheres da comunidade do Dendê, participação na Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, redução no consumo de papel e copo descartável etc.
- v. participação em encontros nacionais que reuniram diretores de Escolas da Magistratura, tais como os eventos promovidos pela Enfam, Copedem e ENM;
- vi. assinatura de Convênios de Cooperação Técnica com instituições como a Escola Nacional da Magistratura, Associação Cearense de Magistrados, Universidade Regional do Cariri e Rede de Escolas de Governo;
- vii. lançamento de seis livros no auditório da Esmec, seguido de palestras com convidados ilustres, como o jurista português Jorge Miranda.



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará Secretaria Especial de Planejamento e Gestão